

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

WILLIAM NEVES DA SILVA

**PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: Análise da  
implementação do 1º Ciclo do Plano Distrital**

Brasília – DF

2023

WILLIAM NEVES DA SILVA

**PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: Análise da  
implementação do 1º Ciclo do Plano Distrital**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Gestão de Políticas Públicas como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Elisabeth Aparecida  
Corrêa Menezes.

Brasília – DF

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

Autorizo a reprodução ou a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Np	<p>Neves da Silva, William PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: Análise da implementação do 1º Ciclo do Plano Distrital / William Neves da Silva; orientador Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes. -- Brasília, 2023. 148 p.</p> <p>Monografia (Graduação - Gestão de Políticas Públicas) -- Universidade de Brasília, 2023.</p> <p>1. Plano Distrital de Segurança Pública. 2. Percepção. 3. Implementação. I. Menezes, Elisabeth Aparecida Corrêa, orient. II. Título.</p>
----	---

WILLIAM NEVES DA SILVA

**PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: Análise da  
implementação do 1º Ciclo do Plano Distrital**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada,  
aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de  
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de  
Brasília do aluno William Neves da Silva

---

Doutora Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes -  
Orientadora.

---

Doutora Sheila Tolentino Cristina Barbosa -  
Professora-Examinadora.

Brasília, 14 de dezembro de 2023.

Dedico a Deus, à minha mãe, minha esposa, a as  
minhas Professoras de Orientação e Projeto, sem  
todos vocês a minha jornada até aqui seria  
simplesmente inexecutável.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus, por ter me ajudado nessa caminhada e conquista, essas palavras são somente uma forma de transparecer a tamanha alegria e felicidade que estou vivenciando em minha jornada. Estou realizando o meu sonho, desde a primeira vez que coloquei os pés aqui na Universidade de Brasília, fiquei encantado com a tamanha bondade e cuidado que o Senhor Jesus tem em minha vida, com isso agradeço ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo por ter até aqui me ajudado, protegido e abençoado.

Agradeço a minha mãe, Elizabeth Neves da Silva, que é o meu maior exemplo de perseverança e determinação que me ajudou com palavras e orações, te amo meu amor hoje e sempre, a minha esposa, Keliane Cristine Ramos de Araujo, que sempre com uma palavra de motivação e cuidado me auxiliou nos momentos mais difíceis, onde por muitas vezes pensei em desistir ela sempre este lá, do meu lado, com seu carinho e amor, obrigado vida!

Ora, também quero agradecer aos meus amigos que sempre me auxiliaram ao longo dos anos da minha graduação em Gestão de Políticas Públicas, na Universidade de Brasília, Silas de Sousa Lima, Gustavo Rodrigues Brito, Bernardo Moreira Amado Barros e Marcos Jonatas de Araujo Oliveira.

E finalmente, agradeço e dedico esse trabalho às minhas professoras do coração, a minha orientadora Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes, que com muito apreço e carinho, me auxiliou nessa caminhada e a minha professora de projeto de pesquisa Sheila Tolentino Cristina Barbosa, a qual me motivou, auxiliou e acreditou no meu potencial, com palavras de carinho e de cuidado me ajudou quando nem eu mesmo acreditava em mim, obrigado por ser essa pessoa tão maravilhosa.

Por fim, trago uma breve passagem da Bíblia Sagrada, “Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.” (Romanos 11:36).

"A **eficácia na administração** deve ser medida pela capacidade de fornecer serviços públicos de alta qualidade de forma eficiente, **separando a política da gestão.**" (Thomas Woodrow Wilson, 28º Presidente dos Estados Unidos da América, 1856-1924).

## **Resumo**

O propósito principal deste estudo foi identificar a percepção de servidores públicos das Forças de Segurança Pública do Distrito Federal, em relação ao 1º ciclo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública na Capital Federal, Procurou-se também identificar os atores responsáveis pela implementação no âmbito de cada instituição, assim como sobreveio o processo de implementação do Plano, de conseguinte modo, buscou-se identificar as melhorias, desafios e obstáculos enfrentados pelos servidores no decorrer da implementação. A metodologia utilizada foi a qualitativa, descritiva e documental. Para alcance dos objetivos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, buscando compreender os fatores desenvolvidos no decorrer da implementação do Plano. Nesse ensejo, realizou-se a análise categorial das falas dos entrevistados em consonância com os objetivos específicos. De maneira geral, o presente estudo buscou compreender o desenvolvimento do Plano Distrital de Segurança Pública, destacando particularidades e obstáculos observados durante a implementação. Também procurou-se analisar os teóricos relacionados as políticas públicas, segurança pública, eficácia e percepção. Os pontos fortes identificados incluem ganhos na organicidade, governança e integração entre as forças, enquanto os pontos fracos estão relacionados ao estágio incipiente em que o Plano ainda se encontra, necessitando de maturação na implementação, aprimoramento nos sistemas de monitoramento e maior coesão entre as forças de Segurança Pública do Distrito Federal. Contudo, vale ressaltar que essa percepção foi compreendida devido à falta de maturidade do processo de implementação, sendo necessário um efetivo empenho para os ciclos subsequentes, conforme constatado por meio dos respondentes. Para futuras pesquisas, sugere-se a utilização dados provenientes do 2º ciclo adiante, juntamente com a pesquisa quantitativa, buscando analisar os números provenientes do monitoramento do Plano.

**Palavras-chave:** Implementação, Percepção, Plano Distrital de Segurança Pública.



## **Abstract**

The main purpose of this study was to identify the perception of public servants in the Public Security Forces of the Federal District regarding the 1st cycle of implementation of the District Public Security Plan in the Federal Capital. The study also sought to identify the actors responsible for the implementation within each institution, as well as how the implementation process of the Plan unfolded. Consequently, efforts were made to identify the improvements, challenges, and obstacles faced by the employees during the implementation. The methodology used was qualitative, descriptive, and documentary. Semi-structured interviews were conducted to achieve the objectives, aiming to understand the factors developed during the implementation of the Plan. In this context, a categorical analysis of the respondents' statements was carried out in line with the specific objectives. Overall, this study aimed to understand the development of the District Public Security Plan, highlighting peculiarities and obstacles observed during the implementation. It also sought to analyze theorists related to public policies, public security, effectiveness, and perception. The identified strengths include gains in organization, governance, and integration among the forces, while the weaknesses are related to the early stage at which the Plan still finds itself, requiring maturation in implementation, improvement in monitoring systems, and greater cohesion among the Public Security Forces of the Federal District. However, it is worth noting that this perception was understood due to the lack of maturity in the implementation process, requiring effective efforts for subsequent cycles, as noted by the respondents. For future research, it is suggested to use data from the 2nd cycle onwards, along with quantitative research, aiming to analyze the numbers from the Plan's monitoring.

**Key words:** Implementation, Perception, District Public Security Plan.

## **Página de Ilustrações**

### **Tabelas**

Tabela 1: Frequência de Palavras	115
Tabela 2: Frequência de Palavras	121
Tabela 3: Frequência de Palavras	125

### **Figuras**

Figura 1: Organização do Plano Distrital de Segurança Pública do DF.	30
Figura 2: Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problemas	37
Figura 3: Ampulhetas em paralelo de ciclo e os atores da polícia pública	38
Figura 4: Sistematização do PDISP	60
Figura 5: Percepção da atuação do Governo do DF na segurança pública (%)	110
Figura 6: Nuvem de Palavras	116
Figura 7: Nuvem de Palavras	121
Figura 8: Nuvem de Palavras	126

### **Quadros**

Quadro 1 - Dimensão I - Prevenção, Segurança e Cidadania – PSC.	62
Quadro 2 - Dimensão II - Enfrentamento Qualificado à Criminalidade – EQC	66
Quadro 3 - Dimensão III - Prevenção da Incolumidade – PI.	71
Quadro 4 - Dimensão IV - Racionalização do Sistema Penitenciário – RSP.	74
Quadro 5 - Dimensão V - Melhoria do Atendimento ao Cidadão – MAC.	76
Quadro 6 - Dimensão VI - Integração 360° - I360°.	79
Quadro 7 - Dimensão VII - Governança e Transparência – GT.	82
Quadro 8 - Dimensão VIII - Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública – ROSP	87
Quadro 9 - Dimensão IX - Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento – GQPC	91
Quadro 10 - Dimensão X - Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários – GROE	100
Quadro 11: Análise de conteúdo da entrevista sobre o processo de implementação	112
Quadro 12: Análise de conteúdo da entrevista sobre os impactos e estratégias.	116
Quadro 13: Análise de conteúdo da entrevista sobre a eficácia e percepção	122

## **Gráficos:**

Gráfico 1: Status da Dimensão, Prevenção, Segurança e Cidadania por Instituição.	65
Gráfico 2: Status da Dimensão Enfrentamento Qualificado à Criminalidade por Instituição.	70
Gráfico 3: Status da Dimensão Prevenção da Incolumidade por Instituição.	73
Gráfico 4: Status da Dimensão Racionalização do Sistema Penitenciário por Instituição.	75
Gráfico 5: Status da Dimensão Melhoria do Atendimento ao Cidadão por Instituição.	78
Gráfico 6: Status da Dimensão Integração 360º por Instituição.	81
Gráfico 7: Status da Dimensão Governança e Transparência por Instituição.	86
Gráfico 8: Status da Dimensão Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública por Instituição.	90
Gráfico 9: Status da Dimensão Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento por Instituição.	98
Gráfico 10: Status da Dimensão Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários por Instituição.	101
Gráfico 11: Percentual de progresso do PDISP na PCDF	102
Gráfico 12: Percentual de progresso do PDISP na PMDF	103
Gráfico 13: Percentual de progresso do PDISP na CBMDF	104
Gráfico 14: Percentual de progresso do PDISP no DETRAN/DF	105
Gráfico 15: Percentual de progresso do PDISP na SEAPE/DF	106
Gráfico 16: Percentual de progresso do PDISP na CM	107
Gráfico 17: Percentual de progresso do PDISP na SSP/DF	108
Gráfico 18: Percentual de progresso do PDISP	109

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

BCE - Biblioteca Central

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAGESP - Comitê de Assessorias de Gestão Estratégica de Segurança Pública

CAISP - Comitê das Áreas Integradas de Segurança Pública

CBM - Corpo de Bombeiros Militar

CBMDF - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

CF - Constituição Federal

CGU - Controladoria Geral da União

CIOB - Centro Integrado de Operações de Brasília

CM - Casa Militar

CNCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CONDISP - Conselho Distrital de Segurança Pública

CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança

CRISP - Comitê de Regiões Integradas de Segurança Pública

DETRAN/DF - Departamento de Trânsito do Distrito Federal

DF - Distrito Federal

DPF - Defensoria Pública Estadual

DPU - Defensoria Pública da União

EB - Exército Brasileiro

EQC - Enfrentamento Qualificado da Criminalidade

EUA - Estados Unidos da América

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNSP - Força Nacional de Segurança Pública

GM - Guarda Municipal

GQPC - Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento

GROE - Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários

GT - Governança e Transparência

I360° - Integração 360°

JE - Justiça Estadual

JF - Justiça Federal

LAI - Lei de Acesso à Informação

MAC - Melhoria do Atendimento ao Cidadão

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MP - Ministério Público

MPE - Ministério Público Estadual

MPF - Ministério Público Federal

Observa DF - Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal

PC - Polícia Civil

PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal

PDISP - Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social

PDSPDS - Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social

PF - Polícia Federal

PM - Polícia Militar

PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal

PNSPDS - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PNSP 2003 - Plano Nacional de Segurança Pública 2003

PNSP 2018-2028 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028

PNSP 2021-2030 - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030

PP - Polícia Penal

PPGG - Políticas Públicas e Gestão Governamental

PRF - Polícia Rodoviária Federal

RSP - Racionalização do Sistema Penitenciário

ROSP - Reparcelhamento dos Órgãos de Segurança Pública

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEAD - Secretaria de Administração

SEAPE - Secretaria de Administração Penitenciária

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

SENAPPEN - Secretaria Nacional de Políticas Penais

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIDIGESP - Sistema Distrital de Gestão de Segurança Pública

SJC - Sistema de Justiça Criminal

SSP/DF - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

SUSP - Sistema Único de Segurança Pública

TCU - Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização do tema	18
1.2 O Plano Distrital de Segurança Pública	21
1.3 Pergunta de pesquisa	31
1.4 Objetivos	31
1.5 Justificativa	31
2. REFERENCIAL TEÓRICO	32
2.1 Políticas Públicas	34
2.2 Ciclo de Políticas Públicas	36
2.3 Implementação	39
2.3.1 Burocracia de Nível do Rua (Street-Level Bureaucracy)	41
2.4 Segurança Pública	43
2.4.1 O Sistema Único de Segurança Pública	45
2.5 Eficácia	47
2.6 Percepção: Atitude	48
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	48
3.1 Tipo e Descrição Geral da Pesquisa	48
3.2 Caracterização da Organização	50
3.3 Participantes do Estudo	51
3.4 Técnicas e Procedimentos de Coleta de Dados	52
3.4.1 Pesquisa Bibliográfica	52
3.4.2 Pesquisa documental	53
3.4.3 Entrevistas estruturadas e semiestruturadas	54
3.5 Análise dos Dados	54
4. RESULTADOS E ANÁLISES	58
4.1 Identificação dos atores responsáveis pela implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.	59
4.2 Análise do Relatório de Gestão do PDISP.	59
4.3 Análise de Conteúdo das Entrevistas	111
4.3.1 Análise do processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.	112
4.3.2 Identificação das principais melhorias e impactos percebidos pelos servidores públicos decorrentes da implementação do Plano.	116
4.3.3 Verificação dos eventuais desafios e obstáculos enfrentados pelos servidores públicos na implementação do Plano Distrital.	122
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
6. REFERÊNCIAS	130
Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada em pesquisa acadêmica para os servidores	

das Forças de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF, CBMDF, Detran/DF, PCDF, PMDF e Seape).	137
<b>ANEXOS</b>	
Anexo I - Prevenção, Segurança e Cidadania – PSC	139
Anexo II - Enfrentamento Qualificado da Criminalidade – EQC	140
Anexo III - Preservação da Incolumidade – PI	141
Anexo IV - Racionalização do Sistema Penitenciário – RSP	142
Anexo V - Melhoria do Atendimento ao Cidadão – MAC	143
Anexo VI - Integração 360° – I360°	144
Anexo VII - Governança e Transparência – GT	145
Anexo VIII - Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública – ROSP	146
Anexo IX - Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento – GQPC	147
Anexo X - Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários – GROE	148



## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo capta o atual cenário do Plano Distrital de Segurança Pública, suas várias nuances e particularidades, trazendo a percepção de servidores das forças de segurança pública, para uma visão mais palpável de como um Plano Distrital vem desenvolvendo a segurança pública no Distrito Federal.

A percepção é um processo que envolve a transformação de estímulos físicos captados pelos nossos órgãos sensoriais em interpretações psicológicas. Em outras palavras, é a capacidade de interpretar o mundo ao nosso redor. Seguindo essa linha de raciocínio, tudo o que está presente no ambiente de uma organização pode ser percebido pelos indivíduos e, por consequência, afetar a maneira como eles enxergam a própria organização. (Baldanza, et al., 2013, p.219).

Assim, acompanhar e avaliar periodicamente a implementação de políticas públicas, considerando a percepção de servidores públicos envolvidos no processo, além da possibilidade de aprimoramento do processo é possível identificar e corrigir erros, podendo ter como resultado a otimização dos recursos.

Dessa forma, considerando a importância do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP) destaca-se inicialmente que se trata-se de um documento elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), em parceria com as forças de segurança e a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAPE), mediante o Decreto nº 42.831, de 17 de dezembro de 2021. Seu objetivo é garantir a ordem pública e a segurança da população e do patrimônio, por meio de uma abordagem conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Desse modo, o PDISP é um dispositivo de planejamento da segurança pública, que busca promover práticas gerenciais eficientes e eficazes objetivando viabilizar avanço e aprimoramento na segurança pública distrital.

Desse modo, por meio da instituição desse plano, inicia-se, portanto, um novo capítulo na área de Segurança Pública do Distrito Federal, que visa estabelecer uma política mais estruturada e sistemática, com uma abordagem governamental mais unificada e transparente, com objetivo central de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

De maneira geral, a presente monografia analisa como vem ocorrendo a implementação do primeiro ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública, e se essa foi eficaz, segundo a percepção de Servidores Públicos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, bem como os das forças de segurança pública do Distrito Federal.

Além do mais, para uma melhor compreensão de como se deu o processo de implementação é necessário contextualizar os últimos anos da segurança pública.

### **1.1 Contextualização do tema**

Na conjuntura que antecede a elaboração dos planos de segurança pública, é possível perceber que a sociedade mudou, os crimes cresceram e se tornaram mais violentos, mas as instituições encarregadas da proteção dos cidadãos bem como de aplicar lei e ordem permaneceram operando segundo o mesmo modelo que o faziam há quatro décadas, (Adorno, 2008).

Para enfrentar tamanho desafio, é necessário um trabalho conjunto de diversos setores da sociedade, incluindo o governo, as instituições de segurança, a justiça, a sociedade civil e a população em geral. Pois é preciso investir em políticas públicas eficazes de segurança, em formação e capacitação dos profissionais da área e em tecnologias modernas de combate ao crime.

A mudança de paradigma pode ser observada, a partir dos anos 90 com uma reorganização das relações intergovernamentais, onde ocorreu uma intensificação nas prioridades do Governo Federal no enfrentamento da criminalidade, violência e violação de direitos humanos, por meio de articulação intergovernamental e descentralização de programas de segurança pública (Schabbach, 2014).

Contudo, apesar da concepção dessa articulação, a criminalidade continuou crescendo e, todavia, a sensação de segurança observada pela sociedade diminuiu. Por meio desse cenário, é possível observar os custos da violência no País, seja ele econômico ou social, os quais motivaram a priorização da segurança pública mediante a elaboração de medidas as quais visam suprir os entraves ao desenvolvimento social e econômico brasileiro.

É a partir da segurança pública, onde a percepção impacta de maneira significativa o desenvolvimento social e econômico do país, no ano 2018, ocorreram avanços expressivos no âmbito da Segurança Pública brasileira, por meio do Ministério da Segurança Pública, hoje,

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), bem como foi sancionado a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituído o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), mediante da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, bem como do Decreto nº 9489, de 30 de agosto do mesmo ano, que o regulamenta, no Art. 1º, da supracitada lei, ela descreve qual o seu escopo:

A finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. (Brasil, 2018).

A partir dessa regulamentação, foram estabelecidos, os princípios, diretrizes, objetivos, meios e instrumentos para implementação do PNSPDS, dentre outros aspectos.

Outra regulamentação relevante foi o Decreto nº 9.630/2018, que constituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028 (PNSP 2018-2028), o qual seria implementado em âmbito nacional durante os próximos 10 (dez) anos, de 2018-2028. No entanto, os órgãos de controle federais identificaram fragilidades no processo de implementação do programa. Originando a necessidade de revisão do Plano, a fim de aprimorá-lo, tornando sua implementação, monitoramento e avaliação exequíveis, para que medidas concretas pudessem ser tomadas visando a melhoria efetiva da Segurança Pública do país.

Com a colaboração do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2019 e a Controladoria Geral da União (CGU), naquele mesmo ano, foram realizadas consultas, mediante a aplicação de métodos de análise ex-ante e uso de modelos lógicos de políticas públicas, visando o redesenho do PNSPDS 2018.

O Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, de acordo com Moraes, Spaniol e Rodrigues (2020), foi publicado em abril de 1991. Daí em diante, diversas políticas foram implementadas pelo Governo Federal. Até chegar ao novo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) em 2021. O PNSP 2021-2030, foi instituído mediante o Decreto nº 10.822 de setembro de 2021 e tem como objetivo, estabelecer diretrizes e estratégias conjuntas para a área de segurança pública no país para a próxima década.

Além disso, o Plano Nacional de Segurança Pública projeta um sistema de governança composto por mecanismos de liderança, estratégia e controle, conforme as diretrizes do Governo Federal. As ações estratégicas que regem o Plano são 12 (doze) e estas estão ajustadas com os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e relacionadas às 13 (treze) metas a serem alcançadas.

Desta forma, o PNSP 2021-2030 planeja, com base em evidências, direcionar os esforços e recursos públicos nas causas dos diversos focos de violência e criminalidade. Com isso, objetivando a obtenção de resultados concretos, medidos por meio de indicadores padronizados, gerando assim a melhoria da sensação de segurança da sociedade, bem como na imagem do País.

A luz do artigo 22, § 5 do supracitado normativo, a política nacional orienta sobre a formulação dos planos de segurança pública e defesa social dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e como os estados deverão elaborar e implantar os seus planos de segurança pública equivalentes, no período de até 2 anos a partir da publicação daquele, de acordo com cada realidade, tendo como princípio norteador o PNSP 2021-2030.

Destaca-se que, embora o PDISP tenha sido instituído após a publicação do PNSP 2021-2030, o referido normativo não foi elaborado a luz do referido plano ou mesmo menciona explicitamente o PNSP 2021-2030 ou o Decreto n.º 10.822, de 2021, o qual o institui.

No âmbito do Distrito Federal (DF), foi instituído a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDSPDS), por meio da Lei nº 6456, de 26 de dezembro de 2019, com o objetivo de garantir a segurança geral, protegendo a ordem pública, a integridade das pessoas e dos bens, mediante a colaboração e coordenação efetiva entre as instituições de segurança pública e defesa social do Distrito Federal, em conjunto com a participação ativa da sociedade.

Os objetivos da Política Distrital estão contidos no art. 5º da supracitada lei, os quais visam garantir a segurança pública no Distrito Federal:

- I - Estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas aos grupos vulneráveis;
- II - Fortalecer e modernizar os mecanismos de investigação e combate aos crimes contra a vida ou o patrimônio, à corrupção, aos crimes cibernéticos e à criminalidade organizada;
- III - garantir a manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, dos bens e direitos e do meio ambiente;
- IV - Racionalizar, modernizar e humanizar o sistema penitenciário;
- V - Aperfeiçoar o cumprimento da execução de penas restritivas de liberdade, considerando critérios de regime, extensão da condenação e gravidade dos crimes cometidos;
- VI - Elevar a qualidade do atendimento ao cidadão;
- VII - promover a integração, o intercâmbio, a interoperabilidade e o compartilhamento de informações, de conhecimento, de ações estratégicas e operacionais e de atividades de inteligência entre instituições, órgãos e agências locais nacionais e estrangeiras;
- VIII - fortalecer e modernizar os mecanismos de governança, transparência, controle e responsabilização dos órgãos de segurança pública;
- IX - Promover a modernização dos órgãos de segurança pública e defesa social;
- X - Promover a produção de estudos científicos, com destaque para os tecnológicos e de inovação, para realização de diagnósticos, formulação e avaliação de políticas públicas em segurança pública e defesa social;

- XI - promover a valorização, a saúde, a qualidade de vida e a segurança dos profissionais de segurança pública e seus familiares;
- XII - aprimorar a formação, incentivar a especialização e garantir a capacitação e qualificação continuadas dos profissionais de segurança pública;
- XIII - assegurar os recursos financeiros necessários para as ações de segurança pública e defesa social;
- XIV - realizar estudos e diagnósticos para acúmulo de informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas de segurança que busquem a prevenção e o combate à violência doméstica e contra as mulheres;
- XV - Desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da saúde mental e para a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social. (Distrito Federal, 2019)

De conseguinte modo, foi estabelecido o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDISP), mediante o Decreto nº 42831, de 17 de dezembro de 2021, seguindo como princípio norteador a Lei Federal nº 13675/2018, a qual orienta a normatização da Segurança Pública no Brasil. (Distrito Federal, 2021), trazendo significativas transformações para a área de segurança na capital brasileira.

Desde a sua instituição, várias políticas públicas foram colocadas em prática com o objetivo de combater crimes violentos intencionais e letais, especialmente o feminicídio e os delitos contra o patrimônio. Essas políticas têm direcionado ações estratégicas para reduzir o medo da criminalidade e fortalecer a confiança da população do DF nas instituições de segurança pública.

## **1.2 O Plano Distrital de Segurança Pública**

O Plano Distrital de Segurança Pública (PDISP), foi constituído como uma diretriz a qual tem o objetivo de efetivar os princípios propostos na Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDSPDS), estabelecendo assim, um dimensionamento macro estratégico, com objetivos, diretrizes e metas gerais que guiarão a política de Segurança Pública do Distrito federal pelos próximos 10 (dez) anos. (Distrito Federal, 2021).

Os princípios da Política Distrital estão contidos no art. 3º, da Lei nº 6456, de 26 de dezembro de 2019, os quais visam desenvolver uma política efetiva e duradoura, por meio dos princípios a seguir:

- I - Respeito aos princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e em tratados e convenções internacionais e demais legislação;
- II - Proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente;
- III - promoção do aumento da sensação de segurança pública;

- IV - Qualificação da gestão e universalização dos indicadores positivos de segurança pública;
- V - Proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;
- VI - Integração nas ações de segurança pública;
- VII - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade do serviço prestado à sociedade;
- VIII - relação harmônica e colaborativa entre os poderes;
- IX - Transparência, controle, responsabilização e prestação de contas;
- X - Participação da sociedade e controle social;
- XI - busca pela excelência em todas as ações de segurança pública;
- XII - alinhamento à Política Nacional de Segurança Pública. (Distrito Federal, 2019)

O referido plano foi desenvolvido por meio da cooperação entre os diversos órgãos da segurança pública do DF, são eles:

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – (SESP/DF), Casa Militar – (CM), Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – (CBMDF), Departamento de Trânsito do Distrito Federal – (Detran/DF), Polícia Civil do Distrito Federal – (PCDF), Polícia Militar do Distrito Federal – (PMDF), e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal – (Seape). (Pdisp, 2021).

Para a instituição do plano, foi necessário um esforço considerável para conceber um método de elaboração que permitisse que as 7 (sete) instituições envolvidas diretamente visualizassem e simultaneamente alinhassem seus planos internos, sempre respeitando a autonomia de cada órgão, a fim de promover a integração e a convergência de objetivos. Além disso, o prazo de 10 (dez) anos para a formulação do plano trouxe uma complexidade adicional ao processo de planejamento, uma vez que compreende mais de 2 (dois) ciclos de gestão governamental, cada 1 (um) com duração de 4 (quatro) anos. (Pdisp, 2021).

Dessa forma, o PDISP foi elaborado mediante 4 (quatro) princípios conceituais, o da institucionalização, a consideração, a identificação e a conexão. (Pdisp, 2021).

A institucionalização proposta no PDISP é fundamentada na preservação da atual diretriz governamental e, além disso, na criação de uma política de Estado duradoura, flexível e contínua, com planejamento a curto, médio e longo prazo. (Pdisp, 2021).

A consideração, por sua vez, diz respeito às regulamentações presentes nos instrumentos vigentes, buscando incorporar os processos bem-sucedidos e aprimorar os que ainda são incipientes. (Pdisp, 2021).

A identificação desenvolve-se mediante a construção de uma estrutura documental entre os vários atores com prerrogativas e atribuições específicas, com o objetivo de facilitar a compreensão e identificação das missões pelos operadores do Plano Distrital, promovendo assim a adesão e a institucionalização. (Pdisp, 2021).

Além disso, o PDISP tem como premissa a conexão estando esta relacionada à preocupação em estabelecer um sistema harmonioso e integrado, visando assim, esclarecer o

papel de cada instrumento de planejamento na política de segurança pública distrital, orientando os operadores envolvidos. (Pdisp, 2021).

Desse modo, tendo em vista, os princípios conceituais que regem o plano, foi essencial optar por uma metodologia de abordagem, levando em consideração variáveis como tempo, participação e engajamento organizacional. A proposta deveria contemplar alternativas envolvendo períodos mais extensos e abordagens participativas, bem como opções centralizadas e ágeis, a fim de garantir respostas organizacionais viáveis. (Pdisp, 2021).

Desta forma, foram propostas três abordagens de construção do PDISP:

- a) centralizada, onde um grupo específico concebe e apresenta à alta administração;
- b) participativa, em que a construção é realizada ouvindo as diversas áreas e em diversos níveis; e
- c) intermediária, onde a concepção é centralizada, mas existe uma validação participativa e com submissão posterior à alta administração. (Pdisp, 2021).

Com base nas variáveis expostas foi escolhida a abordagem intermediária.

A partir dos princípios apresentados para orientar a elaboração do plano, optou-se pelo ciclo PDCA, o qual deriva do inglês (PLAN - DO - CHECK - ACT) o qual consiste em uma ferramenta de gestão dinâmica composta por 4 (quatro) etapas: planejar, desenvolver, conferir e ajustar, de modo a acompanhar toda a dinâmica do processo do PDISP. (Pdisp, 2021).

Portanto, considerando a abordagem intermediária na fase de planejamento, foram utilizadas duas fontes de insumos: os dispositivos legais, os quais estão contidos no artigo 22, § 4º e o nº 23, parágrafo único, da Lei federal nº 13.675/2018, bem como, os instrumentos de planejamento de segurança pública expostos no art. 6º, § 4º da Lei distrital no 6.456/2019, ambos atualmente em vigor. (Pdisp, 2021).

Adicionalmente, o Plano Distrital define suas dimensões, seguindo os objetivos propostos na Política Distrital de Segurança Pública:

- I. Prevenção, Segurança e Cidadania (art. 5º, inciso I); II. Enfrentamento Qualificado da Criminalidade (art. 5º, incisos II e XIV); III. Preservação da Incolumidade (art. 5º, inciso III); IV. Racionalização do Sistema Penitenciário (art. 5º, incisos IV e V); V. Melhoria de Atendimento ao Cidadão (art. 5º, inciso VI); VI. Integração 360º (art. 5º, inciso VII); VII. Governança e Transparência (art. 5º, inciso VIII); VIII. Reparelhamento dos Órgãos de Segurança (art. 5º, inciso IX); IX. Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento (art. 5º, incisos X, XI, XII e XV); e X. Gestão dos Recursos Financeiros (art. 5º, inciso XIII). (Distrito Federal, 2019).

A partir desse panorama, observa-se que o PDISP foi dividido em 10 (dez) dimensões e em cada uma delas foi delimitado um escopo, com objetivos, estratégias, iniciativas, órgãos responsáveis, tipo de implementação (contínua ou não contínua) e o ciclo de implementação.

Integrando as dimensões do PDISP, estão os objetivos do Plano Distrital de Segurança Pública, os quais foram desenvolvidos para juntamente com as estratégias sejam desenvolvidas as iniciativas, buscando assim o desenvolvimento da Plano Distrital:

- I - Atuar na prevenção criminal, com enfoque para a proteção social de grupos vulneráveis;
  - II - Induzir uma Política de Segurança como investimento e em contexto amplo, além dos integrantes do SUSP;
  - III - Garantir a execução das políticas de segurança pública com participação social;
  - IV - Aumentar a sensação de segurança;
  - V - Reduzir os índices de Criminalidade com Enfrentamento qualificado;
  - VI - Otimizar as Ações de Defesa Civil;
  - VII - Modernizar as Ações de Bombeiro Militar;
  - VIII - Aprimorar as ações de proteção do meio ambiente;
  - IX - Promover um trânsito seguro;
  - X - Aprimorar as ações de segurança pública em grandes eventos;
  - XI - Racionalizar o Sistema Prisional com Ênfase na Ressocialização;
  - XII - Assegurar a satisfação dos usuários dos serviços de segurança pública e defesa social;
  - XIII - Fomentar a Integração e o Compartilhamento de Dados, Informações e Conhecimento entre os órgãos de Segurança Pública, Demais Instituições Distritais e a Cooperação Federativa;
  - XIV - Fortalecer a Governança nas Ações de Segurança Pública;
  - XV - Aprimorar a Imagem, a Transparência e a Conformidade da Segurança Pública;
  - XVI - Investir em Tecnologias Inteligentes de Segurança Pública, Mobilidade, Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos;
  - XVII - Modernizar a infraestrutura física, administrativa e aparatos tecnológicos e administrativos da Área de Segurança Pública;
  - XVIII - Desenvolver competências, a valorização e o comprometimento do corpo funcional;
  - XIX - Estimular a Produção de Conhecimento Científico e Tecnológico em Segurança Pública;
  - XX - Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira das ações de segurança.
- (compilado pelo autor). (Pdisp, 2021)

Além disso, para a execução dos objetivos foram estabelecidas estratégias a serem desenvolvidas no decorrer da implementação do plano, os quais foram divididos dentro de cada dimensão.

A primeira dimensão Prevenção, Segurança e Cidadania, desempenha um papel fundamental na prevenção de crimes, com especial atenção à proteção de grupos vulneráveis. Ela tem o propósito de promover uma Política de Segurança como investimento em um contexto abrangente, que vai além dos envolvidos no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), assegurando a implementação das políticas de segurança pública com a participação da comunidade e o aumento da sensação de segurança.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para a primeira dimensão:

- Fortalecimento de programas e serviços de prevenção à violência e à criminalidade;



- Acompanhamento centralizado dos projetos de prevenção executados pela Segurança Pública;
- Integração de ações de Educação e Segurança prevenindo a vulnerabilidade escolar;
- Integração de ações de Segurança e Saúde;
- Integração de ações de prevenção com outras Secretarias de Estado;
- Segurança como investimento;
- Incentivo à participação social na melhoria dos índices de segurança pública;
- Promoção da segurança cidadã; e
- Estruturação de iniciativas de aumento da sensação de segurança (medo do crime) específicas e com medição própria. (Pdisp, 2021).

A segunda dimensão intitulada como "Enfrentamento Qualificado da Criminalidade", tem como finalidade a diminuição dos níveis de criminalidade por meio de abordagens qualificadas mediante o reforço e atualização dos métodos de investigação e enfrentamento dos delitos que afetam a vida e o patrimônio, como também combater a corrupção, os crimes cibernéticos e a criminalidade organizada, além disso, conduzir análises e pesquisas para obter informações que contribuam para aprimorar as políticas de segurança voltadas à prevenção e combate da violência doméstica e contra as mulheres.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para segunda dimensão:

- Especialização da atuação pela natureza criminal;
- Especialização da atuação pela regionalização;
- Aprimoramento da Inteligência de Segurança Pública e a atuação integrada dos órgãos do Susp; e
- Fortalecimento das atividades periciais e de polícia judiciária na comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes. (Pdisp, 2021).

A terceira dimensão tem como objetivo a prevenção da incolumidade, a qual visa otimizar as ações da Defesa Civil, modernizar as atividades do Corpo de Bombeiros Militar, aprimorar as medidas de proteção ambiental, promover a segurança no trânsito e elevar a eficiência das ações de segurança pública em eventos de grande porte.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para terceira dimensão:

- Fortalecimento da defesa civil;
- Realização da prevenção e investigação de incêndio nos padrões internacionais;
- Fortalecimento da prevenção, proteção e fiscalização de crimes ambientais;

- Aprimoramento da gestão, educação e fluidez do trânsito; e
- Aprimoramento do planejamento e gestão de grandes eventos. (Pdisp, 2021).

Já a quarta dimensão, discorre sobre a Racionalização do Sistema Penitenciário, a qual visa aprimorar o Sistema Prisional com um foco destacado na ressocialização, vale ressaltar que a execução desta dimensão é em grande parte realizada pela Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para quarta dimensão:

- Redução do déficit carcerário;
- Promoção da ressocialização dos custodiados; e
- Melhoria da segurança e do controle dos custodiados. (Pdisp, 2021).

A quinta dimensão se desdobra por meio da otimização do atendimento ao cidadão, visando garantir a satisfação dos usuários dos serviços de segurança pública e defesa social, mediante estratégias de promoção da qualidade e a redução do tempo de espera, mediante as inovações tecnológicas.

Promoção da qualidade e a redução do tempo de atendimento dos serviços da segurança pública, com enfoque na inovação.

A seguinte estratégia foi desenvolvida para quinta dimensão:

- Promoção da qualidade e a redução do tempo de atendimento dos serviços da segurança pública, com enfoque na inovação. (Pdisp, 2021).

A sexta dimensão se expande mediante a Integração 360, que visa promover a unificação e o compartilhamento de dados, informações e conhecimento entre as instituições de Segurança Pública, a partir desta dimensão algumas iniciativas serão de ação contínua e não contínua.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para sexta dimensão:

- Ampliação da atuação integrada entre os órgãos de segurança pública;
- Ampliação das operações integradas com outras instituições, órgãos e agências do Distrito Federal;
- Compartilhamento de dados e informações de interesse da segurança pública;
- Compartilhamento de boas práticas entre instituições;
- Atuação integrada entre os órgãos da Justiça Criminal e entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no aprimoramento e na aplicação da legislação pena; e

- Aprimoramento da cooperação federativa em segurança, em especial, entre estados do entorno do DF. (Pdisp, 2021).

A sétima dimensão é caracterizada pelo desenvolvimento por meio da Governança e Transparência, cujo propósito é fortalecer a governança nas operações de segurança pública, bem como aprimorar a imagem, a transparência e a conformidade no setor de segurança pública, nesta dimensão temos iniciativas de ação contínua e não contínua dentro do mesmo ano do biênio.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para sétima dimensão:

- Aperfeiçoamento da gestão estratégica, cultura de planejamento e projetos dos órgãos de segurança pública;
- Fortalecimento do papel de gerenciador e indutor da política pública de segurança da SSP/DF;
- Evolução do compliance;
- Proteção dos dados classificados e disponibilização dos dados abertos; e
- Fortalecimento da imagem dos órgãos de segurança pública. (Pdisp, 2021).

A oitava dimensão evolui por meio do Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública, com o propósito de promover investimentos em tecnologias inteligentes para Segurança Pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos, ao mesmo tempo em que busca a modernização da infraestrutura física e dos recursos administrativos e tecnológicos da área de Segurança Pública, nesta dimensão temos iniciativas de ação contínua e não contínua dentro do mesmo ano do biênio.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para oitava dimensão:

- Aperfeiçoamento e Modernização do Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB);
- Garantia da sustentação e a modernização dos serviços de TIC; e
- Organização da estrutura física e administrativa dos órgãos de segurança atendendo ao aumento da demanda. (Pdisp, 2021).

A penúltima dimensão, desenvolve-se por meio da gestão qualificada de recursos humanos e conhecimento, a qual busca o aprimoramento das habilidades, a valorização e o comprometimento dos colaboradores, além de incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico na área de Segurança Pública, diferente da dimensão vista anteriormente nesta todas as ações são contínuas e subsequente no 1º ano do biênio.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para nona dimensão:

- Ampliação da educação continuada com ações específicas para a gestão e para atividades técnico-profissionais;
- Qualificação a gestão da recomposição, seleção e formação dos efetivos dos órgãos de segurança pública;
- Valorização dos profissionais de segurança pública, melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho;
- Estímulo à produção científica, tecnológica e de inovação nas áreas de segurança pública; e
- Difusão de conhecimento produzido pelos órgãos de segurança pública. (Pdisp, 2021).

A última dimensão, mas não menos importante, se desenvolve por meio da administração dos recursos orçamentários e extraorçamentários, com o propósito de assegurar a sustentabilidade financeira e orçamentária das atividades de segurança, esta dimensão é a única dimensão que não tem nenhuma iniciativa implementada no 1º ano do primeiro biênio do Plano Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal, tornando-se mais relevante no 2º ano do primeiro biênio do Plano.

As seguintes estratégias foram desenvolvidas para décima dimensão:

- Aperfeiçoamento do processo de elaboração do plano orçamentário para os órgãos da SSP/DF;
- Melhoria do gasto da Segurança Pública; e
- Ampliação das fontes de financiamento da Segurança Pública. (Pdisp, 2021).

Destaca-se que para o 1º ciclo foram previstas várias ações de atenção contínua ou não contínua para a implementação do Plano Distrital de Segurança Pública, sendo que as ações contínuas são as que foram implementadas no ano respectivo, originando a entrega de escopos de projeto ou ações no final do mesmo, os quais serão analisados e aprimorados para o ano subsequente, já as ações não contínuas, estas são concluídas mediante a entrega do escopo do projeto ou ação dentro do ano do biênio determinado.

Todas as dimensões, objetivos, estratégias e iniciativas foram disponibilizadas em uma tabela correspondente que poderá ser encontrada nos anexos I a X os quais acompanham o final deste estudo, bem como destaca-se que todos os objetivos previstos para o Plano Distrital de Segurança Pública serão implementados no 1º ciclo do Plano Distrital, exceto o objetivo

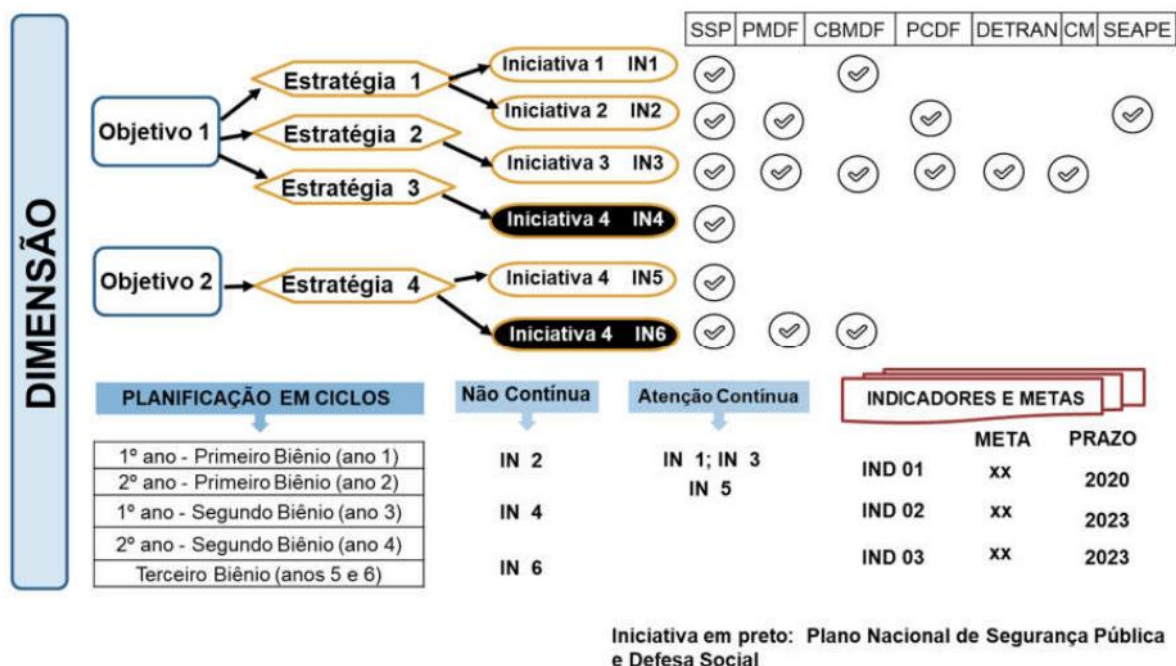
“Modernizar as Ações de Bombeiro Militar”, previsto na dimensão Preservação da Incolumidade, o qual será desenvolvido somente no 2º ano do 2º ciclo de implementação.

O PDISP teve suas dimensões macro estratégicas orientadas pelos métodos *top-down*, tendo em vista os documentos orientadores estabelecidos, e *bottom-up*, tendo em mente as iniciativas em curso no presente. O Plano Distrital foi organizado de forma temporal, por meio de ciclos bienais durante a vigência do plano que será de 10 (dez) anos, conforme §§ 4º e 7º do art. 6º, da Lei nº 6.456/2019, ocorrendo as avaliações e adequações ao final de cada ciclo. (Distrito Federal, 2019).

De mesmo modo, com o objetivo de aprimorar a organização das várias iniciativas contidas em cada ciclo, estas foram segmentadas de acordo com os anos correspondentes, não havendo impeditivo de seu adiantamento, além disso, tendo em vista as particularidades intrínsecas da política pública, elas poderão ser de atenção contínua ou não contínua, sendo que ambas devem apresentar prazos para a sua devida implementação. (Pdisp, 2021).

A figura a seguir representa a estrutura do PDISP, com base na sua categorização em dimensões, objetivos, estratégias e iniciativas. Além disso, ilustra os ciclos de implementação, tanto o de atenção contínua quanto não contínua, e como a responsabilidade pelas iniciativas é compartilhada entre os órgãos de segurança pública. Por último, são apresentadas as metas e indicadores referentes às dimensões. (Pdisp, 2021).

Figura 1: Organização do Plano Distrital de Segurança Pública do DF.



Fonte: (Pdisp, 2021 p. 23).

Dessa forma, é responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) implementar e executar de forma coordenada as principais diretrizes estratégicas, metas, prazos e indicadores, bem como estabelecer as obrigações dos órgãos de segurança pública, visando otimizar os recursos e maximizar os resultados do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal. (Pdisp, 2021).

A Secretaria de Segurança exerce não apenas o papel de coordenação entre os órgãos do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, mas também colabora com outros setores governamentais e a sociedade civil para implementar medidas de combate ao crime e à violência. Isso é feito por meio de ações preventivas e de envolvimento comunitário, além de uma abordagem punitiva eficaz, com o objetivo de promover a proteção social e melhorar a qualidade de vida da população. (Pdisp, 2021).

Sendo assim, esta monografia tem como objetivo, analisar a percepção de servidores públicos em relação à eficácia do PDISP, levando em consideração diversos fatores que poderiam influenciar essa percepção.

Assim, considerando a importância do tema, elaborou-se a questão de pesquisa e objetivos descritos nos próximos itens.

### **1.3 Pergunta de pesquisa**

A partir dessa perspectiva, a presente monografia apresenta a seguinte questão de pesquisa: Como ocorreu a implementação do 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública segundo a percepção de servidores das Forças de Segurança Pública do Distrito Federal?

### **1.4 Objetivos**

#### **Objetivo Geral**

O objetivo geral desta monografia é compreender como se deu a implementação do 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública, segundo a percepção de servidores envolvidos nesse processo.

#### **Objetivos Específicos**

São objetivos específicos deste estudo:

- Identificar os atores responsáveis pela implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.
- Analisar o processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.
- Identificar as principais melhorias e impactos percebidos por servidores públicos decorrentes da implementação do Plano.
- Verificar eventuais desafios e obstáculos enfrentados por servidores públicos na implementação do Plano Distrital.

### **1.5 Justificativa**

A segurança pública é uma preocupação fundamental para a sociedade e para os servidores públicos envolvidos na sua promoção e manutenção. A implementação do Plano Distrital de Segurança Pública visa melhorar as condições de segurança e bem-estar dos cidadãos, além de proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro para os servidores públicos.

No entanto, é essencial avaliar como essa implementação tem sido percebida pelos próprios servidores públicos. De modo a compreender a percepção de servidores em relação à eficácia do Plano, suas contribuições e impactos, bem como identificar eventuais desafios e obstáculos, permitindo assim, um diagnóstico mais preciso sobre a realidade da segurança pública no DF.

A análise da percepção de servidores públicos pode fornecer insights valiosos para o aprimoramento do Plano Distrital de Segurança Pública, identificando aspectos positivos e áreas que necessitam de ajustes, influenciando diretamente a eficácia das ações implementadas.

Portanto, a investigação acerca da implementação do Plano Distrital de Segurança Pública na percepção de servidores públicos é relevante para fornecer subsídios para o aprimoramento contínuo das políticas e práticas de segurança pública no DF.

A presente monografia está estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro capítulo formado por esta introdução, que abrange a contextualização geral da pesquisa, incluindo o tema, a problemática, os objetivos e a justificativa. O referencial teórico, é apresentado no capítulo 2, onde são discutidos os assuntos abordados na pesquisa, com o intuito de apresentar os elementos importantes na literatura acadêmica para garantir uma compreensão adequada do estudo proposto. O capítulo 3 aborda os métodos, técnicas e procedimentos utilizados na realização da monografia, incluindo a descrição geral da pesquisa, as características da organização, os participantes do estudo e a operacionalização do estudo. No capítulo 4 são apresentados os resultados da pesquisa. No capítulo 5 são apresentadas as considerações finais do trabalho e ao fim, no capítulo 6 são apontadas as referências bibliográficas utilizadas para fundamentação do presente estudo, bem como os apêndices e anexos.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Em qualquer projeto de pesquisa científica é imprescindível a definição clara dos pressupostos teóricos, das categorias e conceitos a serem utilizados (Deslandes, 2003).

A elaboração do referencial teórico se inicia com a definição do fenômeno a ser estudado, o que implica uma revisão do conhecimento sobre ele para, assim, propiciar uma análise crítica das diversas concepções e perspectivas existentes (Richardson, 2011). Essa revisão da literatura não integra o referencial teórico e não precisa fazer parte do projeto, mas



para escolher a perspectiva mais adequada para orientar a pesquisa a ser desenvolvida o pesquisador precisa ter um conhecimento adequado dos debates existentes sobre o seu tema.

Dessa forma, neste capítulo foram abordados os principais conceitos e características dos temas investigados neste estudo, com base na análise e perspectiva de diversos autores.

O primeiro subcapítulo trata das Políticas Públicas, percorrendo mediante suas origens, de como ocorreu o seu desenvolvimento, descrevendo suas principais correntes e idealizadores, de modo a fundamentar o que seriam as políticas públicas conhecidas atualmente.

O segundo subcapítulo discorre acerca do Ciclo de Políticas Públicas, neste campo são abordadas de que forma são operacionalizadas as políticas públicas, suas etapas e subetapas, sendo o principal referencial para a compreensão e contextualização do ambiente no qual as políticas públicas são elaboradas.

O terceiro subcapítulo discorre acerca da implementação, uma das etapas do Ciclo de Políticas Públicas, onde as políticas depois de formuladas são colocadas em prática, nesse contexto são elencadas as dificuldades de uma implementação eficaz, partindo do pressuposto de implementação adequada, o próximo subitem contido na implementação, é a burocracia de nível de rua que é uma forma de implementação, nesse campo são abordadas as particularidades de uma política em seu desenho original e o processo de implementação por meio da vivência de cada burocrata do nível de rua.

O quarto subcapítulo faz um panorama cronológico acerca da segurança pública brasileira, tendo como princípio norteador a constituição federal, por meio desse panorama, no subitem subsequente, é possível observar como o sistema único de segurança pública foi instituído e como as políticas de segurança pública são desenvolvidas.

O quinto subcapítulo disserta sobre a eficácia, trazendo seu conceito à luz de alguns autores, bem como as fases de avaliação, sendo a ex-post a que será apresentada no presente estudo.

E o último subcapítulo, deste referencial teórico trata da percepção, com foco na atitude, esta que é parte intrínseca do comportamento humano e será o cerne desta monografia, a qual busca mensurar a percepção de servidores da segurança pública do Distrito Federal acerca do 1º ciclo do PDISP.

## 2.1 Políticas Públicas

A área de política pública, como campo de conhecimento e disciplina acadêmica, teve origem nos Estados Unidos (EUA). Seu desenvolvimento ocorreu de forma diferente da tradição europeia, de estudos e pesquisas na área, que se concentravam principalmente na análise do Estado e de suas instituições, em vez de se dedicarem à produção de políticas governamentais. Na Europa, a área de política pública evoluiu como uma extensão dos estudos teóricos sobre o papel do Estado e de uma das suas instituições mais importantes, o governo, que é o principal produtor de políticas públicas. Por outro lado, nos EUA, essa área surgiu no meio acadêmico sem estabelecer uma ligação direta com as bases teóricas sobre o papel do Estado, focando diretamente nos estudos sobre a ação governamental. (Souza, 2006).

Souza (2006), descreve que o princípio subjacente à formação e consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, as ações do governo podem ser cientificamente formuladas e analisadas por pesquisadores independentes. Essa disciplina, que se originou como uma subárea da ciência política, representa o terceiro grande enfoque adotado pela ciência política norte-americana no estudo do mundo público.

O primeiro enfoque, influenciado pela visão de Madison, que era cético em relação à natureza humana, concentrava-se no estudo das instituições como meios essenciais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo enfoque seguia a tradição de Paine e Tocqueville, que enxergavam nas organizações locais a virtude cívica capaz de promover um governo "bom". Já o terceiro caminho foi o desenvolvimento das políticas públicas como um campo de estudo da ciência política, visando compreender como e por que os governos optam por determinadas ações. (Souza, 2006).

Na área de políticas públicas, existem quatro figuras importantes: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, estes são considerados os pais fundadores das políticas públicas. (Souza, 2006).

Laswell (1936) propôs o *policy analysis* (análise de políticas públicas) como forma de conectar conhecimento científico com a produção governamental e promover o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando que ela poderia ser minimizada com conhecimento racional. Lindblom (1959; 1979) questionou o racionalismo e enfatizou a importância de considerar relações de poder e integração no processo decisório

das políticas públicas. Easton (1965) definiu as políticas públicas como sistemas que recebem influências de partidos, mídia e grupos de interesse, impactando seus resultados e efeitos. (Souza, 2006).

Não há uma única, nem uma definição soberana, para o conceito de política pública. Mead (1995) a descreve como um campo de estudo que examina o governo em relação às questões de interesse público. Lynn (1980) a define como um conjunto de ações governamentais que têm efeitos específicos. Peters (1986) segue a mesma linha, afirmando que política pública é a soma das atividades do governo, realizadas diretamente ou por meio de delegação, que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) resume a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer".

A definição mais conhecida ainda é a de Laswell, que implica responder às seguintes perguntas ao tomar decisões e analisar a política pública: quem ganha o quê, por que e que diferença isso faz.

Já para Rua (2009), esta afirma que as políticas públicas são provenientes da atividade política e englobam o conjunto de decisões e ações relacionadas à alocação obrigatória de valores. Para uma melhor compreensão dessa definição, ela destaca a necessidade de distinguir política pública de decisão política. Em geral, a política pública envolve mais do que uma única decisão e requer ações estratégicas específicas para implementar as decisões tomadas.

Por outro lado, a decisão política é uma escolha baseada na hierarquia das preferências dos atores envolvidos e reflete uma adequação entre os fins pretendidos e os recursos disponíveis. A autora conclui que, embora uma política pública compreenda uma decisão política, nem toda decisão política constitui uma política pública. (Rua 2009).

Mesmo com as diferenças, as definições de políticas públicas geralmente possuem uma visão abrangente do assunto, acreditando que o todo é mais importante do que a soma das partes, reconhecendo que indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses são relevantes, embora haja divergências quanto à importância relativa desses fatores. (Souza, 2006).

Do mesmo modo, Souza (2006) afirma que do ponto de vista teórico e conceitual, as políticas públicas, em geral, e as políticas sociais, em particular, são campos interdisciplinares que se concentram em explicar a natureza das políticas públicas e seus processos. Portanto, uma teoria geral de políticas públicas busca sintetizar teorias desenvolvidas nas áreas da sociologia, ciência política e economia.

Entende-se que, política pública é o campo de conhecimento que busca tanto colocar o governo em ação, quanto analisar essa ação como variável independente. Quando necessário, também visa propor mudanças no curso dessas ações como variável dependente, a fim de produzirem impactos e produzirem resultados no mundo real.

## **2.2 Ciclo de Políticas Públicas**

Uma forma de simplificar o estudo das políticas públicas, para fins de análise, é considerá-las como um processo composto por etapas interconectadas. Nesse processo, os temas políticos e as deliberações fluem de maneira mais ou menos sequencial, desde a identificação dos problemas até a formulação das políticas. Essa abordagem de simplificação da produção de políticas foi inicialmente proposta por Harold Lasswell (1956), um dos pioneiros e defensores das ciências políticas (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

De mesmo modo, Lasswell (1956) propõe uma divisão do processo de política pública em sete estágios, que descrevem como as políticas são criadas e geradas: 1) coleta de informações; 2) promoção de opções; 3) prescrição de um curso de ação; 4) invocação com sanções; 5) aplicação da política; 6) término da política; e 7) avaliação dos resultados (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

No primeiro estágio, ocorre a coleta, processamento e disseminação de informações pelos responsáveis pela política. Em seguida, são promovidas opções específicas pelos tomadores de decisão. No terceiro estágio, é prescrito um curso de ação. No quarto estágio, o curso de ação é invocado com sanções para penalizar aqueles que não o seguem. A política é então aplicada pela corte e pela burocracia até seu término ou encerramento. No sétimo estágio, os resultados políticos são avaliados em relação aos objetivos originais (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

A análise desse processo de produção de política pública, proposto por Lasswell, focava na tomada de decisão dentro do governo, sem considerar as influências externas sobre o Estado. Esse modelo julgava que a produção de política pública era restrita a um número limitado de pessoas ocupando cargos oficiais no governo, o que posteriormente foi considerado uma falha nesse modelo (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

No entanto, esse modelo teve grande influência no desenvolvimento dos estudos políticos, pois permitiu uma análise simplificada dos estágios individuais do processo antes de integrá-los em uma avaliação mais ampla (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Uma versão mais simples do ciclo políticas públicas foi proposta por Gary Brewer (1974), que compreende seis estágios: 1) invenção/iniciação; 2) estimativas; 3) seleção; 4) implementação; 5) avaliação; e 6) término (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Essa versão representa um aprimoramento do processo político-administrativo em relação ao trabalho de Lasswell. Vai além do governo ao explorar como os problemas são reconhecidos, introduzindo a ideia de que a política pública é um ciclo em constante movimento. Reconhece-se que a maioria das políticas não segue um ciclo de vida fixo, que vai do início ao fim, mas sim um ciclo recorrente, com variações, à medida que uma política sucede à outra, com mudanças mais ou menos significativas (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Um princípio subjacente à noção do ciclo político, é a lógica da resolução de problemas aplicada. Howlett, Ramesh e Perl (2013) correlacionam os estágios da resolução de problemas com os estágios correspondentes no processo da política pública, conforme ilustrado na Figura 2:

**Figura 2: Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problemas:**

<i>Resolução aplicada de problemas</i>	<i>Estágios no ciclo político</i>
1. Reconhecimento do problema	1. Montagem da agenda
2. Propostas de solução	2. Formulação da política
3. Escolha da solução	3. Tomada de decisão política
4. Efetivação da solução	4. Implementação da política
5. Monitoração dos resultados	5. Avaliação da política

**FIGURA 1.1** Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problemas.

Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 15).

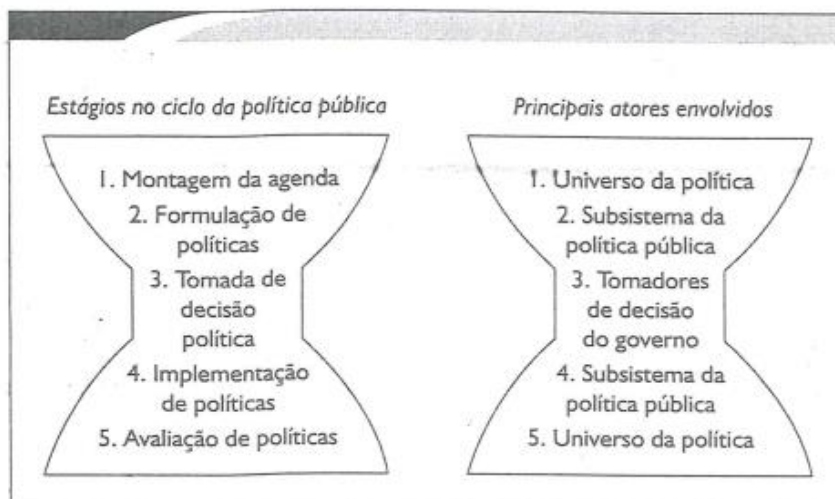
Os autores apresentam um modelo que divide o processo de políticas públicas em cinco etapas distintas. A primeira etapa é a montagem da agenda, onde os problemas ganham a atenção dos governos. Em seguida, tem a formulação da política, que se refere à criação de propostas de políticas dentro do governo. A terceira etapa é a tomada de decisão, em que os governos escolhem um curso de ação ou decidem não agir. A implementação da política é a quarta etapa, relacionada à forma como os governos efetivamente colocam a política em prática.

Por fim, a avaliação da política envolve a monitoração dos resultados das políticas pelos atores governamentais e da sociedade, permitindo reavaliar os problemas e soluções político-administrativas (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Para Howlett; Ramesh; Perl (2013), esse modelo ajuda a entender os diferentes papéis desempenhados por atores, instituições e ideias no processo de produção de políticas públicas.

O modelo do ciclo de políticas públicas facilita a análise do processo complexo das políticas públicas, dividindo-o em várias etapas e subetapas. Cada uma dessas etapas pode ser examinada isoladamente, o que auxilia na construção de teorias e permite uma síntese dos resultados de estudos de caso e comparações entre diferentes estágios. (Howlett; Ramesh; Perl, 2013)., conforme se observa na Figura 3.

**Figura 3: Ampulhetas em paralelo de ciclo e os atores da polícia pública.**



**FIGURA 1.2** Ampulhetas em paralelo de ciclo e os atores da política pública.

Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 15).

De acordo com os autores, o modelo do ciclo de políticas públicas, apresentado na Figura 3, permite analisar o papel dos atores, instituições e ideias envolvidas na produção de políticas. No entanto, esse modelo tem suas desvantagens, sendo a principal delas a má interpretação de que os responsáveis pela produção de políticas podem resolver problemas públicos de forma sistemática e linear.

Além disso, há falta de clareza sobre qual unidade do governo deve ser usada no modelo do ciclo de políticas públicas, não fornecendo causalidade ou indicações sobre quem ou o que impulsiona a política de um estágio para outro. Isso pressupõe que o desenvolvimento da

política deve seguir inevitavelmente uma sequência de estágios, como pode afirmar os autores, Mazmanian; Sabatier, (1980).

Diante do exposto e de acordo com os autores supracitado, vale mencionar a necessidade de um modelo mais detalhado do ciclo de políticas públicas, que descreva as instituições e os atores envolvidos no processo de política pública, os quais distingam os instrumentos disponíveis para elaboração de políticas e aponte os fatores que levam a resultados específicos da política.

### **2.3 Implementação**

A implementação de políticas públicas é o estágio em que as políticas formuladas são colocadas em prática, grande parte da literatura sobre implementação discute as dificuldades de alcançar ou até mesmo definir uma implementação adequada.

Alguns autores argumentam que a implementação perfeita é quase inatingível, devido à falta de condições prévias impossíveis de serem cumpridas no mundo real, tais como: tempo, recursos adequados, formulação precisa da política, comunicação e coordenação perfeitas, compreensão e acordo sobre os objetivos, mínima dependência entre as partes envolvidas, sequência correta e completa de tarefas, e autoridade para exigir e obter cumprimento perfeito (Ollaik, 2012).

De acordo com Rua (2009), a implementação refere-se às ações necessárias para tornar uma política efetiva, envolvendo tanto indivíduos, como grupos públicos e privados que buscam alcançar os objetivos estabelecidos durante a execução da política.

Essa etapa envolve esforços, conhecimentos e recursos para colocar as decisões políticas em prática, incluindo a alocação de fundos, designação de pessoas e o estabelecimento de regras (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

A implementação é um processo sequencial que requer interações complexas para alcançar os resultados desejados, e é um estágio autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não apenas seguidas (Ollaik, 2012).

De mesmo modo, Rua (2009), afirma que é importante acompanhar a implementação para identificar possíveis falhas entre a formulação da política e seus resultados concretos, especialmente quando envolve diferentes níveis de governo, regiões ou setores de atividades. Isso ocorre porque o processo se torna mais complexo e difícil de ser controlado.

Para Ollaik (2012), durante o processo de implementação de uma política pública, é selecionado e utilizado um instrumento governamental para alcançar os objetivos desejados. Esse instrumento atua influenciando o comportamento dos cidadãos e solucionando os problemas identificados, fornecendo os bens e serviços apropriados. No entanto, o tipo de instrumento governamental escolhido pode ter um impacto significativo no processo de implementação, podendo afastar-se dos objetivos iniciais dos formuladores da política em favor dos objetivos dos implementadores. Isso pode levar a consequências indesejadas.

Desse modo, o instrumento governamental pode ser definido como “um método identificável por meio do qual a ação coletiva é estruturada para lidar com um problema público” (Ollaik; Medeiros, 2011, P. 1945).

De acordo com Lima e D'Ascenzi (2013), os estudos sobre implementação de políticas costumam adotar uma abordagem sequencial, tratando a formulação e a implementação como fases independentes. Essa abordagem se concentra nos incentivos e restrições materiais que influenciam as ações dos atores, mas não permite uma compreensão completa dos processos de implementação.

É importante considerar que o acompanhamento de uma política requer uma compreensão precisa da política em questão, mas nem sempre os indivíduos envolvidos na implementação estão cientes de que estão atuando como implementadores (Rua, 2009).

Um fator que pode interferir no andamento de uma política é a mudança na estrutura, como transferências de serviços e atribuições entre agências ou a implementação de novas regras de gestão. Isso afeta o equilíbrio de poder no sistema de implementação e pode impactar a própria política (Rua, 2009).

Além disso, nem todas as decisões relevantes são tomadas durante a formulação da política. Existem várias razões pelas quais essas decisões podem ser adiadas para a fase de implementação (Rua, 2009).

Portanto, para Rua (2009), o processo de implementação pode ser visto como uma continuação da formulação da política, envolvendo interações e negociações contínuas ao longo do tempo entre aqueles que desejam implementar uma política e aqueles responsáveis por sua execução. É importante identificar quem busca influenciar o quê, para quem, como e por quê.

De mesmo modo, Arretche (2001) afirma que quanto mais intrincado for uma política, maior será a diversidade de interesses e perspectivas presentes em sua implementação e, conseqüentemente, mais pronunciadas serão as tendências à falta de convergência.



Portanto, para se ter uma implementação eficaz, a autora aponta 3 (três) pontos cruciais para se ter uma perspectiva acerca da exequibilidade em uma política, o primeiro ponto, discorre acerca se os agentes implementadores realmente possuem conhecimento sobre o programa, esta questão vem à tona, pois o não conhecimento adequado, pode fazer com que os implementadores tragam seus próprios objetivos ou os objetivos dos *stakeholders*. Segundo ponto, a aceitação dos objetivos e regras do programa. Os implementadores podem discordar das prioridades estabelecidas e optar por suas próprias prioridades, como as burocráticas ou de grupos de interesses. Por fim, há a questão das condições institucionais para a implementação de programas. Mesmo conhecendo e concordando com os objetivos, os implementadores podem enfrentar restrições fiscais, administrativas ou políticas que impedem o alcance desses objetivos. Arretche (2001)

### **2.3.1 Burocracia de Nível do Rua (Street-Level Bureaucracy)**

Neste tópico, foi explorado o desempenho dos burocratas, em particular aqueles que atuam diretamente no campo (nível de rua), e o grau de liberdade que possuem ao aplicar políticas públicas.

De acordo com Lipsky (2019), a Burocracia do nível de rua desenvolve-se mediante duas perspectivas distintas, a primeira seria o exercício da discricionariedade, como sendo um dos cerne do funcionalismo público, para os servidores públicos que interagem frequentemente com os cidadãos no decorrer de suas atividades profissionais, a segunda perspectiva enfatiza que embora os trabalhos de juízes, conselheiros e assistentes sociais sejam muito diversos e aparentemente não relacionados, há uma semelhança estrutural entre eles que permite a comparação dessas configurações de trabalho.

Dessa forma, Lipsky (2019), descreve que as organizações do setor público que possuem uma quantidade considerável de burocratas de nível de rua em relação ao total de sua força de trabalho são conhecidas como burocracias de nível operacional. Já os burocratas de nível de rua são os funcionários públicos que têm um contato direto com os cidadãos durante o desempenho de suas funções e possuem uma influência significativa na realização do trabalho, esses burocratas são responsáveis por aplicarem as leis, por concederem acesso aos programas governamentais e por possibilitarem o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.

As ações desses burocratas têm um impacto significativo na vida das pessoas e nas oportunidades que elas têm. Essas ações moldam e limitam o contexto social e político em que as pessoas se encontram. Cada vez que são concedidos benefícios do serviço, também há um aumento no controle e na influência do Estado. (LIPSKY, 2019).

Os burocratas de nível de rua, como prestadores de serviços públicos são responsáveis pela manutenção da ordem, são o centro da controvérsia política. Eles constantemente se encontram divididos entre as demandas dos beneficiários dos serviços, que buscam maior efetividade e responsividade, e as demandas dos cidadãos, que desejam serviços públicos mais eficazes e eficientes. Lipsky (2019).

Quando se trata de controvérsia política, Lotta (2012) destaca que existem duas razões fundamentais pelas quais os burocratas desempenham um papel central na controvérsia política dos serviços públicos.

A primeira razão é que qualquer debate sobre o alcance e o foco dos serviços públicos está diretamente relacionado à discussão sobre o escopo e a função desempenhada por esses profissionais. Lotta (2012).

A segunda razão é que os agentes de campo têm um impacto significativo na vida das pessoas, uma vez que estão inseridos nas comunidades onde atuam. Eles recebem e transmitem as expectativas dos usuários em relação aos serviços públicos, determinam quem tem direito a acessar benefícios ou sofrer sanções, e têm controle sobre a forma como os cidadãos são tratados e mediam aspectos da relação institucional entre os cidadãos e o Estado. Dessa forma, eles se tornam o ponto central da ação pública, sendo responsáveis por intermediar as interações diárias entre o Estado e os cidadãos. Lotta (2012).

Para Lotta (2012), os agentes têm a prerrogativa de determinar a natureza, quantidade e qualidade dos benefícios, bem como as sanções fornecidas por sua instituição. Apesar de haver diretrizes políticas oficiais e normas comunitárias e administrativas que moldam alguns padrões de decisão, esses agentes ainda possuem autonomia para decidir como aplicá-las e incorporá-las nas práticas de implementação.

Reconhece-se a existência de normas e regras que orientam as práticas, bem como a presença de uma administração que supervisiona seu exercício. No entanto, apesar das instituições buscarem influenciar a ação dos indivíduos, elas não são determinantes, conforme argumenta Arretche (2001) a diversidade de contextos de implementação pode levar a resultados totalmente diferentes, mesmo diante da mesma regulamentação. Isso indica que a

discricionariedade tem várias fontes, podendo ser inerente à função exercida, decorrente de uma proliferação de regras que pressionam os burocratas a tomarem posições, resultado de regras incompletas ou ambíguas, além de ser influenciada pelas escolhas individuais. (Arretche, 2001; Lotta, 2012).

Portanto, entende-se que as instituições afetam as práticas dos burocratas, porém as ações, valores, referências e contextos dos indivíduos também exercem influência sobre suas decisões.

## **2.4 Segurança Pública**

A temática Segurança Pública, vem se aprimorando desde os anos de 1937, onde apareceu pela primeira vez na Constituição Federal (CF) de 1937, a qual estabelecia que a segurança pública era atribuição restrita à União, de modo que no seu art. 16, Inciso V, versa sobre tais competências, de regular a matéria e garantir “o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública” (Lima, Bueno e Mingardi, 2016).

Ainda de acordo, com Lima, Bueno e Mingardi, em outras Constituições, como a de 1934, o termo segurança “interna” discorre de matérias inerentes ao controle da ordem, fato que ocasionou várias questões organizacionais no país e na instituição do pacto federativo brasileiro. Durante a vigência dessa constituição, foi instituída a lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936, a qual orientava as atividades das polícias militares e as vinculava às unidades da federação, cabendo à União apenas um papel de supervisão e controle, mediante o Exército Brasileiro (EB), no cerne desta lei as polícias militares eram as responsáveis pela segurança “interna”, enquanto a CF de 1937 falava de segurança “pública”, atividade que formalmente foi assumida somente na CF de 1988.

Em um panorama macro, após a constituição de 1937 e a partir das duas subsequentes constituições de 1945 e 1967, não houve alterações no termo segurança interna e na atribuição de suas responsabilidades. (Soares, 2022).

A partir da instituição da CF de 1988, foram implementados conceitos expostos na constituição de 1937 os quais estabeleciam as instituições responsáveis por prover a segurança pública (Lima, Bueno e Mingardi, 2016). E por meio do estabelecimento desta carta magna, foram observadas uma série de garantias, direitos e obrigações as quais visam a manutenção da

ordem pública, prevenção da violência e criminalidade, de acordo com o art. 144, da referida Constituição.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (Brasil, 1988)

O Sistema de Segurança Pública é parte integrante do Sistema de Justiça Criminal (SJC), que é composto por órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário em todos os níveis da Federação. O objetivo do SJC é garantir o Estado de Direito e prevenir a criminalidade. De acordo com Ferreira e Fontoura (2008), esse sistema é composto por três subsistemas: Justiça Criminal, Segurança Pública e Execução Penal.

No entanto, o arranjo institucional proposto para o SJC apresenta uma complexidade considerável, o que dificulta a atuação integrada e coordenada das diversas instituições que o compõem para alcançar um objetivo em comum. Esse desafio é decorrente da delimitação de competências e áreas de atuação de cada instituição e ente federado. (Ferreira, Fontoura 2008).

De acordo com Soares (2022), o subsistema de justiça criminal é responsável por apurar e processar delitos por meio do processo judicial, composto por instituições como a Justiça Federal (JF), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), a Justiça Estadual (JE), o Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública Estadual (DPE). Essas instituições desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos individuais e coletivos, bem como na aplicação das leis.

O subsistema de segurança pública é responsável pela manutenção da ordem pública, controle da criminalidade, prevenção de delitos e da violência e investigação de delitos. Este subsistema é composto por várias instituições, incluindo a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), a Polícia Civil (PC), a Polícia Militar (PM), o Corpo de Bombeiros Militar (CBM), a Polícia Penal (PP) e a Guarda Municipal (GM). Contudo, é importante considerar que, muitas vezes, essas instituições têm sido criticadas por práticas violentas e discriminatórias, o que reforça a necessidade de uma reforma na estrutura e nas políticas públicas do sistema de segurança pública. (Soares, 2022).

Ainda de acordo com Soares (2022), o subsistema de execução penal é encarregado por efetivar disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Este subsistema é composto por diversas instituições, tais como o Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), o Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal (JF), o Juízo da execução, o Departamento Penitenciário local, o Ministério Público (MP), o Conselho Penitenciário, o Conselho da Comunidade e o Patronato.

No entanto, entende-se que o sistema carcerário tem sido alvo de críticas constantes por não cumprir com suas funções de ressocialização, além de contribuir para a perpetuação do ciclo da violência e da exclusão social, visando garantir a efetiva reintegração dos condenados à sociedade.

#### **2.4.1 O Sistema Único de Segurança Pública**

Os sistemas nacionais estabelecem diretrizes e critérios para a aplicação de políticas nacionais. Eles dependem da transferência de recursos do governo federal, que são condicionados ao cumprimento de certas exigências pelos governos locais, visando a implementação dessas políticas. Além disso, esses sistemas incluem financiamento direto, espaços institucionais para a participação social, impacto entre diferentes níveis de governo e controle social. (Arretche, 2012; Franzese e Abrucio, 2013).

No Brasil, o modelo de políticas públicas adotadas para a formulação e implementação tem se revelado apropriado. Esse modelo baseia-se no conceito de sistemas, que incorpora duas características fundamentais presentes na CF de 1988. Em primeiro lugar, a estrutura federativa, que divide as responsabilidades e recursos entre a União, os Estados e os Municípios, buscando equilibrar as iniciativas locais e nacionais. Em segundo lugar, a ênfase na democracia, o que implica o compartilhamento de decisões com a sociedade, além do estabelecimento de transparência e controle social. (Abrucio, Franzese e Sano, 2010).

As políticas de segurança pública durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) careciam de incentivos e instrumentos normativos para envolver e direcionar as políticas estaduais e municipais. Uma tentativa de suprir essa lacuna ocorreu com a instituição do Plano Nacional de Segurança Pública de 2003 (PNSP 2003), que ampliou o papel da União na

orientação das políticas de segurança pública nas unidades subnacionais. (Rattón & Barros, 2006; Soares, 2022).

O PNSP-2003 previa a criação de um sistema único de segurança pública, baseado na cooperação e coordenação de ações entre uma agência central e outros atores, visando garantir a diversidade de ações e projetos dentro de uma política abrangente e uniforme (Brasil, 2003).

O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) foi criado pelo PNSP 2003, e consistia na aplicação de medidas coordenadas em sete áreas estratégicas: 1) Gestão do conhecimento; 2) Reorganização institucional; 3) Formação e valorização profissional; 4) Prevenção; 5) Estruturação da perícia; 6) Controle externo e participação social; e 7) Programas de redução da violência. (Brasil, 2003). O PNSP 2003 estabeleceu o SUSP como:

Um sistema criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, hoje totalmente dispersas.

Essa articulação não vai ferir a autonomia dos estados ou da Polícia Civil ou Militar. Não se trata de unificação, mas de integração prática. O sistema é único, mas as instituições que farão parte dele são diversas e autônomas, cada uma cumprindo suas responsabilidades.

O novo estilo de conduzir a segurança pretende evitar que as ações sejam pautadas apenas por tragédias, sem planejamento nem tempo para pensar em medidas estratégicas. O objetivo do SUSP é prevenir, criar meios para que seja possível analisar a realidade de cada episódio, planejar estratégias, identificar quais os métodos e mecanismos que serão usados. Sistemas de avaliação e monitoramento das ações também serão introduzidos para garantir transparência e controle externo das ações de segurança (Brasil, 2003).

Contudo o PNSP 2003, apresentava fraquezas devido à falta de uma base legal sólida, uma vez que não foi estabelecido por meio de emenda constitucional ou legislação complementar. Essa lacuna foi preenchida somente mediante a Lei nº 13.675, em 11 de junho de 2018, conhecida como Lei do SUSP.

A Lei do SUSP também estabeleceu a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com o objetivo de fortalecer as iniciativas de prevenção e resolução de conflitos, priorizando ações para redução da violência letal. Essa política foi definida pelo governo federal e terá uma validade de 10 (dez) anos.

Os Estados, o Distrito Federal e os municípios serão responsáveis por estabelecer suas próprias políticas, seguindo as diretrizes do Plano Nacional (Brasil, 2018).

A Lei do SUSP estabeleceu uma estrutura unificada para a segurança pública em todo o país, por meio do compartilhamento de informações, operações conjuntas e colaboração entre instituições de segurança federais, estaduais e municipais.

Especialmente no combate às organizações criminosas. Apesar disso, a responsabilidade pela segurança pública continua sendo dos Estados e municípios (Soares, 2022).

Soares (2022), ressalta que a União tem a função de criar diretrizes que serão compartilhadas em todo o território nacional. Um exemplo semelhante é observado na área da saúde, em que os órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS) operam sob um pacto federativo.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública é o órgão central do SUSP, que engloba as forças militares do país, sendo eles: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia civil (PC), Polícia Militar (PM), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), corpos de bombeiros militares e os agentes penitenciários, guardas municipal e outros membros estratégicos e operacionais do setor de Segurança Pública. O SUSP fornece uma estrutura uniforme para o setor em todo o país e prevê o compartilhamento de dados, operações e colaborações entre as esferas federal, estadual e municipal (Brasil, 2018).

## **2.5 Eficácia**

De acordo com Sano e Montenegro Filho (2013), a eficácia pode ser utilizada nas três fases da avaliação, ex-ante, pari-passu e ex-post, sendo que cada etapa da avaliação a eficácia tem sua subjetividade, na Ex-ante ela pretende comparar a eficácia de um programa a luz de outros programas semelhantes, já na avaliação pari-passu a eficácia é utilizada no monitoramento do cumprimento das metas pretendidas, e na ex-post a eficácia é utilizada para verificar se as metas propostas foram alcançadas.

Do mesmo modo, Sano e Montenegro Filho (2013), afirmam que a eficácia está relacionada aos objetivos finais dos programas públicos.

Dessa forma, entende-se eficácia por meio da alcançabilidade da meta/objetivo, e se esses foram alcançados ou não com êxito. Tal afirmação acaba sendo corroborada mediante as falas de vários autores, como Secchi (2013, p. 50) “Eficácia: corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos.”, e Jannuzzi, (2016, p. 48), “a eficácia está relacionada ao cumprimento dos objetivos explicitados do programa.”

## 2.6 Percepção: Atitude

Segundo (Ajzen 1988, citado por Menezes; Menezes, 2020), as atitudes desempenham um papel importante na previsão do comportamento humano. O autor argumenta que elas são o principal indicador de como as pessoas agirão, a noção de atitude tem sido amplamente estudada para explicar o comportamento humano.

De acordo com o Ajzen (1988, p. 1) citado por Menezes; Menezes, (2020, p. 255), uma atitude é uma predisposição para responder de maneira favorável ou desfavorável a um objeto, pessoa, instituição ou evento.

A influência dos julgamentos avaliativos do objeto da atitude, depende ainda mais da motivação e da oportunidade das pessoas de se envolverem no processamento elaborado das características avaliativas do objeto da atitude. (Gawronski, 2007).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, (Rokeach, 1973 *apud* Menezes; Menezes, 2020) argumenta que uma atitude é uma organização relativamente duradoura de crenças em torno de um objeto ou situação, que leva o indivíduo a responder de maneira preferencial a esse objeto ou situação. Thurstone (1928), ao destacar a possibilidade de medir atitudes, define atitude em seu trabalho como a soma total dos sentimentos, inclinações, preconceitos, noções preconcebidas, ideias, medos, ameaças e convicções de um indivíduo sobre um tópico específico. Portanto, a atitude de uma pessoa em relação ao pacifismo abrange tudo o que ela sente e pensa sobre paz e guerra.

De acordo com a definição apresentada por Ros (2006), “atitudes são orientações avaliativas em relação a um objeto, seja ele físico ou social” (Ros, 2006, p. 88).

## 3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

### 3.1 Tipo e Descrição Geral da Pesquisa

Neste capítulo, descreve-se os métodos e procedimentos empregados na condução da pesquisa. Isso inclui estabelecer a tipificação e a descrição da pesquisa, a organização onde a pesquisa foi desenvolvida, a população e amostra contida na organização, os instrumentos



utilizados na elaboração do estudo, bem como a descrição de como ocorreu o procedimento de coleta e a análise de dados aplicada.

Este estudo adotou uma tipificação descritiva, exploratória, bibliográfica e documental, empregando técnicas como entrevistas semiestruturadas e análise documental. Com isso, os dados coletados foram tanto primários quanto secundários, com um recorte temporal tendo como ano base o 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal, compreendido entre os anos de 2022 e 2023, sendo os dados primários oriundos das entrevistas com os servidores das forças de segurança pública do DF e as secundárias provenientes da análise dos normativos oficiais, como a Política Nacional de Segurança Pública, o Sistema Único de Segurança Pública, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, estes em contexto nacional, bem como os normativos Distritais os quais foram orientados pelos preceitos contidos na Lei nº 13.675, em 11 de junho de 2018, como a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, da qual originou o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.

De mesmo modo, foram utilizados de forma conjunta os mecanismos procedentes da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 em conjunto com o Decreto nº 7.724/2012, os quais estabelecem as normas para a garantia do acesso dos cidadãos às informações públicas, conforme estipulado na CF. No Distrito Federal o instrumento de registro de demandas relacionadas a Ouvidoria e a Lei de Acesso à Informação é denominado como Participa DF, nele é possível realizar a consulta de informações públicas por meio de um canal unificado entre todas as esferas do Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou do Governo (Federal, Estadual ou Municipal).

E mediante o auxílio da Lei de Acesso à Informação, foram obtidas informações de grande relevância para o desenvolvimento desta monografia, por intermédio da LAI-010120/2023, de 22 de junho de 2023, foram levantadas diversas informações acerca da instituição, como as características da organização, bem como o quantitativo de servidores diretamente e indiretamente relacionados a implementação do PDISP. Outra consulta realizada utilizando o mesmo instrumento, originou a LAI-015558/2023, de 27 de setembro do ano corrente, onde foram solicitadas informações acerca dos instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Distrital de Segurança Pública - PDISP, para o 1º Ciclo do Plano, resultando no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública - Ano Base 2022, relatório este

disponibilizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, o qual pormenoriza as iniciativas que estão em andamento, as que foram concluídas e até mesmo as que foram canceladas ou ainda não tiveram início.

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, visando explorar a percepção de servidores públicos da segurança pública no âmbito do Distrito Federal, acerca da implementação do Plano Distrital de Segurança Pública, por meio de uma entrevista semiestruturada buscando analisar a perspectiva do servidor acerca da implementação do plano.

### **3.2 Caracterização da Organização**

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito da SSP/DF, a qual é responsável pela implementação do Plano Distrital de Segurança Pública, em conjunto com as forças de segurança pública do Distrito Federal, sendo elas: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casa Militar, Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária.

A SSP/DF tem a responsabilidade de propor e implementar a política de segurança pública estabelecida pelo governador do DF, com o objetivo de otimizar os recursos e aumentar a eficiência do Sistema de Segurança Pública do DF. Para alcançar esse fim, a Secretaria planeja, coordena e supervisiona as operações da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e do Departamento de Trânsito, respeitando a autonomia funcional, administrativa e financeira dessas instituições. Além de desempenhar o papel de coordenadora dos órgãos que integram o Sistema de Segurança Pública do DF, a SSP/DF colabora com outros setores do governo do Distrito Federal e com a sociedade civil para executar ações de combate ao crime e à violência, envolvendo medidas preventivas e participação da comunidade, bem como a aplicação de métodos de repressão especializada, visando a proteção social e a melhoria da qualidade de vida da população.

A Secretaria segue o Plano Estratégico 2021-2022, o qual foi elaborado pela à luz do Plano Estratégico 2019-2060 do Governo do Distrito Federal, ambos instituídos pela própria Secretaria, os quais buscam enfrentar 4 (quatro) desafios no âmbito da segurança pública do Distrito Federal, são eles: Aprimorar a sensação de segurança por intermédio de abordagens qualificadas no combate à criminalidade, maximizar a eficiência dos recursos humanos e tecnológicos empregados na proteção das pessoas e do patrimônio, implementar uma política

de ressocialização com foco na melhoria do Sistema Prisional do Distrito Federal e desenvolver uma gestão eficaz e orientada para resultados, fortalecendo a governança e a inteligência na área da segurança pública.

A SSP/DF é constituída por um colegiado, um gabinete, o qual é composto por uma assessoria, bem como uma estrutura organizacional dividida em 3 (três) áreas sendo a primeira estratégica, a segunda operacional e a terceira administrativa, conforme exposto no Decreto nº 40.740, de 10 de maio de 2020.

A referida Secretaria de Estado tem atualmente uma população de 523 (quinhentos e vinte e três) servidores, sendo suas lotações divididas entre servidores efetivos, requisitados de outros órgãos e servidores comissionados sem vínculo.

### **3.3 Participantes do Estudo**

A SSP/DF é composta atualmente pelo seguinte efetivo: Servidores efetivos da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGG), 26 (vinte e seis); Servidores efetivos requisitados de outros Órgãos de Segurança Pública, 323 (trezentos e vinte e três) e por Servidores comissionados sem vínculo, 174 (cento e setenta e quatro), totalizando um efetivo de 523 (quinhentos e vinte e três) servidores.

A amostra foi formada pelos servidores responsáveis pela implementação do 1º ciclo do plano, os quais são entendidos como os servidores da Assessoria de Gestão Estratégica - SSP/GAB - 07 (sete), além de (02) dois pontos focais, no mínimo, de cada órgão envolvido com a Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casa Militar, Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a Secretaria de Administração Penitenciária.

As referidas informações foram coletadas mediante a LAI-010120/2023, de 22 de junho de 2023, e ratificadas na solicitação LAI-015557/2023, de 27 de setembro do ano corrente, onde foram solicitadas informações atualizadas das características da organização e sua população.

Contudo, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma entrevista semiestruturada com apenas um representante de cada força de segurança pública, sendo o perfil do entrevistado, um servidor público efetivo, lotado em uma das instituições PMDF, PCDF, DETRAN/DF, SSP/DF, CBMDF e SEAPE/DF, e devendo ele estar diretamente ligado a implementação do Plano Distrital de Segurança Pública em sua respectiva instituição.

Devido à restrição de tempo, torna-se difícil entrevistar toda a amostra de servidores envolvidos, tendo como foco os servidores indicados por cada força integrante do Conselho Gestor do Plano Distrital, as quais são a SSP/DF, PMDF, PCDF e CBMDF, bem como, vale ressaltar que este estudo se comprometeu a investigar os participantes que se dispuseram voluntariamente para participar das entrevistas semiestruturadas, contudo foi realizado o convite às instituições de supracitadas para a participação no presente estudo porém as forças de segurança Pública PMDF e PCDF, apresentaram a concordância em participar das referidas entrevistas de forma intempestiva, inviabilizando a coleta de dados provenientes daquelas instituições de segurança pública e a Casa Militar (CM) não participou do estudo por não ter natureza executória dentro do PDISP, participando do estudo somente SSP/DF, CBMDF, DETRAN/DF e SEAPE/DF.

### **3.4 Técnicas e Procedimentos de Coleta de Dados**

Para que fossem alcançados os objetivos desta monografia, a metodologia baseou-se em uma pesquisa qualitativa, a qual utilizou-se das técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

Para Marconi e Lakatos (2017), a determinação da abordagem metodológica está, portanto, intimamente ligada ao problema a ser analisado. A escolha dependerá de diversos fatores associados à pesquisa, tais como a natureza dos fenômenos, o objeto de estudo, os recursos financeiros disponíveis, a equipe humana envolvida e outros elementos que possam surgir durante a investigação. Tanto os métodos quanto as técnicas devem ser selecionados de acordo com a natureza do problema em estudo, as hipóteses a serem confirmadas e o tipo de informantes com os quais se pretende interagir, sendo assim, para análise documental e entrevistas, foi utilizado a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016).

#### **3.4.1 Pesquisa Bibliográfica**

De acordo com Minayo (2007), a pesquisa desempenha um papel fundamental na ciência ao investigar e construir a realidade. Ela é responsável por fornecer subsídios para o ensino e atualizá-lo diante da realidade do mundo. Assim, apesar de ser uma atividade teórica, a pesquisa estabelece uma conexão entre o pensamento e a ação.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 216), engloba todas as fontes de literatura relacionadas ao tema em estudo. Portanto, "a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras."

Ainda segundo Minayo (2007), as questões da investigação estão ligadas aos interesses e circunstâncias que são influenciados pela sociedade, dessa forma, pode se afirmar que todo processo de investigação começa com uma questão, um problema, uma pergunta ou uma dúvida, "*nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.*" (Minayo, 2007. p 16).

Dessa forma, foi empregada como fundamentação para este estudo uma compilação de leis, teses, artigos científicos e LAI que abordavam sobre a temática Plano Distrital de Segurança Pública, conforme descrito no tópico 1.2.

### **3.4.2 Pesquisa documental**

A pesquisa documental se destaca por utilizar exclusivamente documentos, independentemente de serem escritos ou não, como fonte primária de coleta de dados, a qual é caracterizada por três variáveis, as quais abrangem fontes em formato escrito ou não, sejam elas primárias (compiladas na ocasião pelo autor) ou secundárias (transcritos de fontes primárias contemporâneas), e tanto contemporâneas (atualidade) quanto retrospectivas (fato já ocorrido). (Marconi; Lakatos, 2017, p. 208).

É importante destacar que para obter os dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os servidores da segurança pública do Distrito Federal, de forma individual. Já os dados secundários, foram provenientes de registros históricos, leis, teses, monografias, artigos científicos, LAI, relatórios e artigos de jornais. Esses documentos foram submetidos a uma análise pormenorizada, levando em conta tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos da pesquisa. O levantamento e a coleta dos dados foram realizados entre os meses de junho a novembro de 2023.

### 3.4.3 Entrevistas estruturadas e semiestruturadas

“[...] uma entrevista é a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 230).

Existem diferentes tipos de entrevistas, podendo ser classificadas como estruturadas ou não-estruturadas, dependendo do grau de direcionamento. Dessa forma, é possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, na qual o entrevistado discorre livremente sobre o tema proposto, assim como com entrevistas estruturadas, que envolvem perguntas previamente formuladas. No entanto, existem também formas que combinam essas duas modalidades, sendo denominadas de entrevistas semiestruturadas. (Minayo, 2002. p. 58).

De acordo com Flick (2013), nas entrevistas semiestruturadas são desenvolvidas perguntas as quais abrangem o escopo pretendido da entrevista, mediante a confecção de um guia de entrevista como forma de orientação para os entrevistadores, contudo nesse formato de entrevista, o entrevistador não fica preso às perguntas inicialmente formuladas, podendo discorrer de forma livre e extensiva, tendo como objetivo, a compreensão das vivências, pontos de vista, perspectivas e interpretações atribuídas a visão individual dos entrevistados.

Dessa forma, na presente pesquisa foram realizadas 4 (quatro) entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela implementação do PDISP no âmbito das forças de Segurança do Distrito Federal.

A pesquisa foi agendada por meio de e-mail e conduzidas utilizando videoconferências. No início das entrevistas foi requisitada a permissão dos participantes para gravação, visando documentar as informações, bem como foi garantido o anonimato das respostas a todos os participantes da entrevista.

### 3.5 Análise dos Dados

Os critérios da investigação seguem o padrão convencional dos métodos tradicionais de pesquisa documental. Esses métodos tipicamente envolvem a análise de várias fontes de dados (primárias e secundárias), visando fornecer elementos dedutíveis para a análise das informações. Conforme destaca o manual de Bardin (2016), acerca da análise de conteúdo.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens

indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

Para conduzir a investigação documental, inicialmente realizou-se uma análise prévia e ordenação do conteúdo por meio de uma leitura flutuante. Após essa primeira leitura, procedeu-se à identificação e definição dos documentos a serem analisados. Posteriormente os documentos foram separados por conteúdo de interesse e por fim, foi realizado o tratamento dos resultados e a análise dos dados mediante a análise categorial.

As fontes primárias foram obtidas principalmente por meio das entrevistas semiestruturadas, cujo objetivo foi verificar a percepção de servidores acerca do plano. Para isso, foram utilizadas 7 (sete) questões, as quais estão relacionadas aos objetivos específicos da presente monografia. Para responder ao primeiro objetivo específico, foi realizada consulta mediante a Lei de Acesso à Informação à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal.

As entrevistas ocorreram durante uma semana, foram entrevistados os representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública, do Departamento de Trânsito, do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretária de Administração Penitenciária do Distrito Federal.

O agendamento das entrevistas ocorreu por meio de contatos realizados com o aplicativo de mensagens WhatsApp e as entrevistas foram realizadas mediante a plataforma *TEAMS*, durante a segunda quinzena do mês de novembro do ano corrente de 2023.

A estratégia escolhida foi entrar em contato com a SSP/DF, por meio dos canais de atendimento, para verificar a viabilidade da realização das entrevistas, com o parecer favorável, foi solicitado a formalização entre a Universidade de Brasília e aquela Secretaria de Estado, a qual foi realizada mediante o Ofício nº 65/2023/FACE /GPP, de 1º de novembro de 2023, o qual solicitou a autorização para a realização da pesquisa, bem como a indicação dos respectivos pontos focais das Forças de segurança.

Com o intuito de atingir o primeiro objetivo específico, “Identificar os atores responsáveis pela implementação do Plano Distrital de Segurança Pública”, foi realizada pesquisa bibliográfica nos normativos que o regulamentam, como o Decreto nº 42831, de 17 de dezembro de 2021, o qual a luz da Lei nº 13675, de 18 junho de 2018, criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e, entre outras medidas, que subsidiou o Distrito Federal para definir sua política de segurança, em conformidade com as diretrizes contidas no art. 3, da política nacional, originando a Lei nº

6456, de 26 de dezembro de 2019, a qual instituiu a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (PDSPPDS), do Distrito Federal.

De mesmo modo, foi elaborada uma consulta por meio da plataforma de consulta do Distrito Federal, o “Participa DF”, no dia 22 de junho de 2023, o qual originou o número de protocolo LAI-010120/2023, nessa solicitação foram feitos os seguintes questionamentos: qual o quantitativo de servidores lotados na SSP, bem como quais os servidores/gestores ligados diretamente e indiretamente a implementação do 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública, tanto naquela Secretaria quanto nos outros órgãos relacionados.

Para o alcance do segundo objetivo específico “Analisar o processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública” foram elaboradas 3 (três) questões as quais foram feitas para os entrevistados responsáveis pela implementação do PDISP, tanto na Secretaria de Estado, como nos outros órgãos que figuram o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, sendo eles Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Casa Militar e a Secretaria de Administração Penitenciária, vale ressaltar que não foram entrevistados servidores da Casa Militar.

Os referidos questionamentos tiveram como objetivos compreender como transcorreu o processo de implementação do 1º ciclo do plano distrital, para tanto, questionou-se acerca de ações previstas no plano no âmbito de cada instituição e seus planos de execução, como transcorreu o processo de implementação em si, suas fases e etapas, dentro do contexto de implementação, questionou-se, também, se durante o período de implementação houveram capacitações ou cursos para os implementadores e, se haveria alguma plataforma ou sistema de monitoramento para tratar os eventuais problemas identificados durante a implementação do PDISP.

Para consecução do terceiro objetivo específico, “Identificar as principais melhorias e impactos percebidos pelos servidores públicos decorrentes da implementação do Plano”, foram elaboradas duas indagações as quais foram realizadas aos entrevistados com o objetivo de verificar a percepção de servidores envolvidos no processo de implementação objetivando mensurar se no entendimento do entrevistado houveram algumas melhorias no âmbito da segurança pública, as quais poderiam ser provenientes da implementação do 1º Ciclo do PDISP, de mesmo modo, foi perguntado se as ações implementadas no âmbito do referido Plano seriam suficientes para solucionar os problemas de Segurança Pública no Distrito Federal, de modo que os entrevistados foram questionados se haveria outras ações que poderiam ser conjugadas



com as que já estão sendo desenvolvidas. Questionou-se, também se haveriam ações que poderiam ser eliminadas ou substituídas por outras, visando o atingimento pleno dos objetivos propostos no PDISP.

E para alcançar o quarto e último objetivo específico, “Verificar eventuais desafios e obstáculos enfrentados pelos servidores públicos na implementação do Plano Distrital”, foram feitos dois questionamentos para os servidores responsáveis pela implementação, com o objetivo de verificar estratégias adotadas que possam ter contribuído na execução de ações previstas para implementação do 1º Ciclo do PDISP, bem como quais principais obstáculos vivenciados pelos implementadores durante a implementação do 1º ciclo do PDISP e como essas eventuais barreiras foram superadas.

Integrando o objetivo específico 4º (quarto), a última pergunta foi formulada visando compreender a percepção de servidores entrevistados acerca do cenário macro do PDISP, levando em consideração o contexto da eficácia, no sentido do alcance dos objetivos previstos na política.

Dessa forma, os entrevistados foram solicitados a discorrerem sobre a eficácia na implementação do 1º Ciclo do PDISP, tendo em vista os objetivos propostos pelo plano, de maneira a questionar acerca da eficácia do Plano tanto no que foi previsto para cada Força de Segurança Pública, quanto ao Plano como um todo, bem como, se no ponto de vista deles haveria alguns obstáculos ou razões que poderiam dificultar a implementação do 1º Ciclo do PDISP.

Dessa forma, os referidos dados foram migrados por meio da transcrição das entrevistas gravadas para o formato escrito utilizando trechos os quais englobam respostas às questões, trazendo uma compilação das informações coletadas com os entrevistados no âmbito das Forças de Segurança Pública do Distrito Federal.

Para as fontes secundárias, foi realizada uma ampla pesquisa nos Portais de Periódicos da UnB (BCE), assim como outros portais de instituições de ensino, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a qual foi utilizada para compreender os diversos cenários possíveis para a construção de uma monografia, e o desenvolvimento de um trabalho científico, de mesmo modo, foram utilizados os mecanismos de biblioteca científica como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Observatório de Políticas Públicas do DF (Observa DF), e ainda algumas notícias veiculadas pela mídia local.

Para as pesquisas realizadas nos portais científicos como a BDTD, foram utilizados critérios relacionados à temática, segurança pública, ano de publicação recente, estudos com a titularidade de mestrado tendo como ponto de partida instituições bem-conceituadas.

A partir da seleção do estudo, foram utilizados os mecanismos de busca SciELO, visando diversificar e propor um adensamento no presente estudo, apresentando concepções e visões de diferentes autores.

Por intermédio dessa ampla consulta, constatou-se que o Plano Distrital de Segurança Pública é um tema pouco difundido, pois o Plano ainda está no processo de implementação e sua constituição recente e pioneira no âmbito do Distrito Federal, tornando este trabalho exploratório, o qual busca compreender a percepção de servidores das instituições de segurança pública do DF.

#### **4. RESULTADOS E ANÁLISES**

Este capítulo tem como objetivo examinar as informações e os resultados derivados da pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas, comparando-os com os conhecimentos científicos existentes. Faz-se isso com a intenção de colaborar com a gestão de políticas públicas visando compreender o processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública, conforme já mencionado neste trabalho, a pesquisa se baseia na percepção de servidores públicos lotados nas Forças de Segurança Pública.

Nesse sentido, no subitem 4.1. buscou-se identificar os atores responsáveis pela implementação em cada força de segurança pública compreendida pelo PDISP, por meio da análise dos normativos que o regulamentam, de sites das instituições e da Lei de Acesso à Informação (LAI), Já no subitem 4.2, analisou-se o relatório de gestão do Plano Distrital de Segurança pública, ano base 2022, nesse campo foram analisados quadro a quadro as dimensões contidas no PDISP, no item subsequente, 4.3 foi realizado a análise de conteúdo das entrevistas e por meio dessa análise foram analisados os subitens 4.3.1 o qual discorreu acerca do processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, no Corpo de Bombeiros Militar, no Departamento de Trânsito e na Secretaria de Administração Penitenciária, no subitem 4.3,2 foram apresentadas as principais melhorias e impactos percebidos pelos servidores públicos decorrentes da implementação do Plano Distrital e por fim, o subitem 4.3,3 foram trazidos os eventuais

desafios e obstáculos enfrentados pelos servidores públicos na implementação do Plano, bem como sua influência no atingimento dos objetivos propostos para o PDISP, todos os subitens supracitados foram analisados por meio de entrevistas individuais com os representantes das forças de segurança pública, o qual investigou-se a percepção de servidores acerca da implementação do Plano.

#### **4.1 Identificação dos atores responsáveis pela implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.**

O processo de identificação dos atores responsáveis foi feito mediante a consulta dos normativos que regulamentam o plano distrital, bem como por meio de pedidos de LAI, mediante a plataforma de consulta do Distrito Federal, Participa DF.

A partir da análise da LAI-010120/2023, de 22 de junho de 2023, e da ratificação da LAI-015557/2023, de 27 de setembro do ano corrente, obteve-se o resultado que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal é o órgão que coordena e faz as principais articulações acerca da implementação do plano no âmbito do Distrito Federal, bem como as outras instituições, como Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal, fazem em conjunto a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal parte do Conselho Gestor do Plano Distrital de Segurança Pública, sendo estes os principais articuladores e decisores do plano, de forma adicional tem a Secretaria de Administração Penitenciária e a Casa Militar as quais são convidadas e não fazem parte do conselho gestor, devido à natureza jurídica diferente, contudo estas estão vinculadas tecnicamente ao plano de segurança pública, sendo assim elas também participam do processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.

#### **4.2 Análise do Relatório de Gestão do PDISP.**

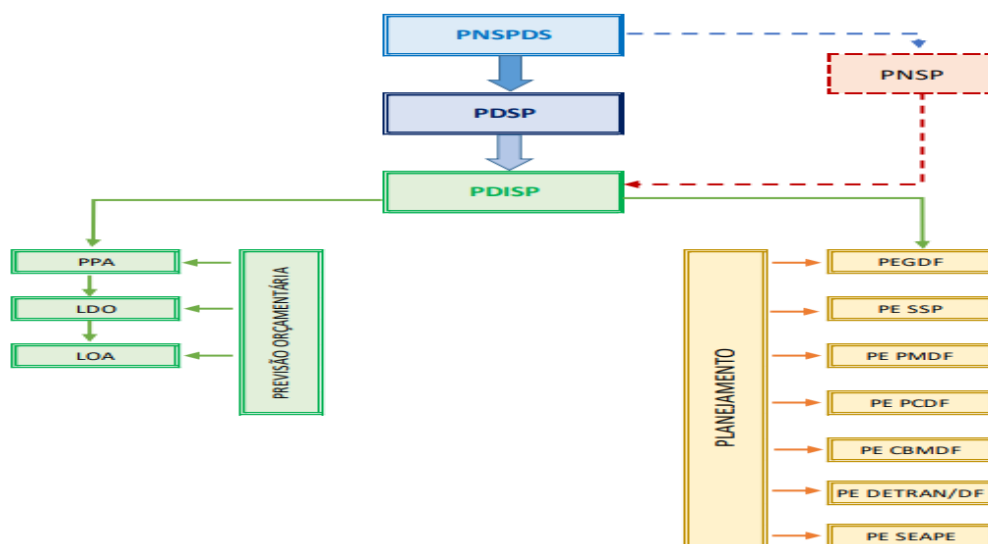
A presente análise de relatório faz parte da pesquisa documental e foi desenvolvida mediante a apreciação do Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social - PDISP: 2022-2031, ano base: 2022, o relatório apresenta contextualização do que é o Plano Distrital de Segurança Pública traçando seu histórico de criação, a partir da sua instituição

como um advento da Lei nº13.675, de 11 de junho de 2018, o qual originou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e estabeleceu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), bem como as competências para o estabelecimento de sua política, observando as diretrizes da política nacional (art. 3º). Não apenas devido a essa necessidade, mas também devido ao modelo de governança integrada em segurança pública implementado pelo governo de Brasília, a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP/DF iniciou ações para criar uma política de segurança específica para o Distrito Federal.

Assim, no Distrito Federal, em 26 de dezembro de 2019, foi aprovada a Lei nº 6.456, que estabelece a primeira Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social. Essa lei cria o Sistema Distrital de Gestão de Segurança Pública (SIDIGESP), conforme previsto no artigo 6º. O SIDIGESP tem como objetivo organizar os instrumentos de planejamento, orçamento e política pública relacionados à gestão da segurança. Esses instrumentos definem como os executores da Política de Segurança Pública e Defesa Social devem atuar no Distrito Federal.

Neste cenário, a Figura 4 mostra como os instrumentos de planejamento estão relacionados:

**Figura 4: Sistematização do PDISP**



Fonte: AGEPRO – SSP/DF, 2020.

Após a instituição da Política Distrital, foi lançado o Decreto nº 42.831, de 17 de dezembro de 2021, o qual aprovou o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social -

PDISP, instituído pela Lei Distrital nº 6.456/2019, nos termos do art. 22, § 5º, da Lei Federal nº 13.675/2018.

O referido plano foi criado como um instrumento diretivo da Política Distrital, estabelecendo assim dimensões, objetivos, estratégias, diretrizes e metas gerais para a próxima década da segurança pública na capital federal.

O relatório ainda descreve as dimensões previstas para o PDISP, as quais já foram explanadas no tópico Plano Distrital de Segurança Pública, de mesmo modo é abordado como a governança do PDISP se desenvolve visando um gerenciamento do Plano por meio da instituição de Conselhos, Comitês, e Conferências, seguindo duas instâncias, a de monitoramento e execução do Plano, bem como a de consulta e participação social do PDISP, em cada instância são estabelecidos conselhos, comitês e conferências específicos: sendo os de monitoramento e execução, o Conselho Gestor do PDISP, o qual é constituído 4 (quatro) membros os quais figuram as forças de segurança pública, o Secretário da SSP/DF, o Delegado-Geral da PCDF, o Comandante- Geral da PMDF e o Comandante- Geral da CBMDF, além disso tem 3 (três) comitês, o de Regiões Integradas de Segurança Pública - CRISP, o das Áreas Integradas de Segurança Pública - CAISP e o de Assessorias de Gestão Estratégica de Segurança Pública - CAGESP.

Outrossim, tem a segunda instância a qual versa sobre a consulta e participação social do Plano Distrital, o qual tem parte integrante em dois conselhos, o Comunitários de Segurança - CONSEG e o Distrital de Segurança Pública - CONDISP, assim como receberá colaborações provenientes da Conferência Distrital de Segurança Pública, que ocorre a cada cinco anos, sendo a primeira edição marcada para 2024.

O relatório além de trazer o panorama histórico acerca do Plano, ele também descreve como as 10 (dez) dimensões estão sendo executadas, mediante a identificação da Dimensão, dos órgãos responsáveis, a descrição das iniciativas contidas em cada dimensão, bem como os projetos e ações desenvolvidas por cada instituição, e por fim, o status do andamento do projeto/ação.

As 10 (dez) dimensões já foram explanadas no tópico 1.2 do presente estudo, contudo para analisar o desenvolvimento de suas ações e projetos será necessário lembrá-las neste tópico, a primeira dimensão é a Prevenção, Segurança e Cidadania, a segunda é o Enfrentamento Qualificado da Criminalidade, a terceira é a Prevenção da Incolumidade, a quarta é a Racionalização do Sistema Penitenciário, a quinta é Melhoria de Atendimento ao

Cidadão, a sexta é a Integração 360°, a sétima é a Governança e Transparência, a oitava é o Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança, a nona é a Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento e a décima e última é a Gestão dos Recursos Financeiros.

A partir da identificação das dimensões foi feito o detalhamento das iniciativas desenvolvidas no 1º ciclo do PDISP, bem como os projetos e ações executadas, conforme Quadros de 1 a 10.

A Dimensão I - Prevenção, Segurança e Cidadania (PSC) atua seguindo 4 objetivos propostos pelo PDISP, os quais atuam na prevenção criminal, com ênfase na proteção social de grupos vulneráveis, promovendo uma abordagem que encare a Política de Segurança como um investimento, considerando um contexto abrangente que envolva não apenas os membros do SUSP, assegurando a implementação das políticas de segurança pública com a participação da sociedade e elevando a sensação de segurança, por intermédio dessa dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 1.

O Quadro 1, apresenta como a dimensão Prevenção, Segurança e Cidadania vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 1 - Dimensão I - Prevenção, Segurança e Cidadania – PSC.**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in03PSC - Desenvolvimento de ações articuladas entre setores com vistas à redução do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência	Centro Piloto de Educação e prevenção ao uso de drogas- CEPUD e Projeto "cabeça feita"	Em andamento
	in04PSC - Ampliação das medidas preventivas e o envolvimento social para enfrentamento da violência contra a mulher	PCDF na escola, Caminho das Flores e Projeto Lidera-empoderar para multiplicar	Em andamento

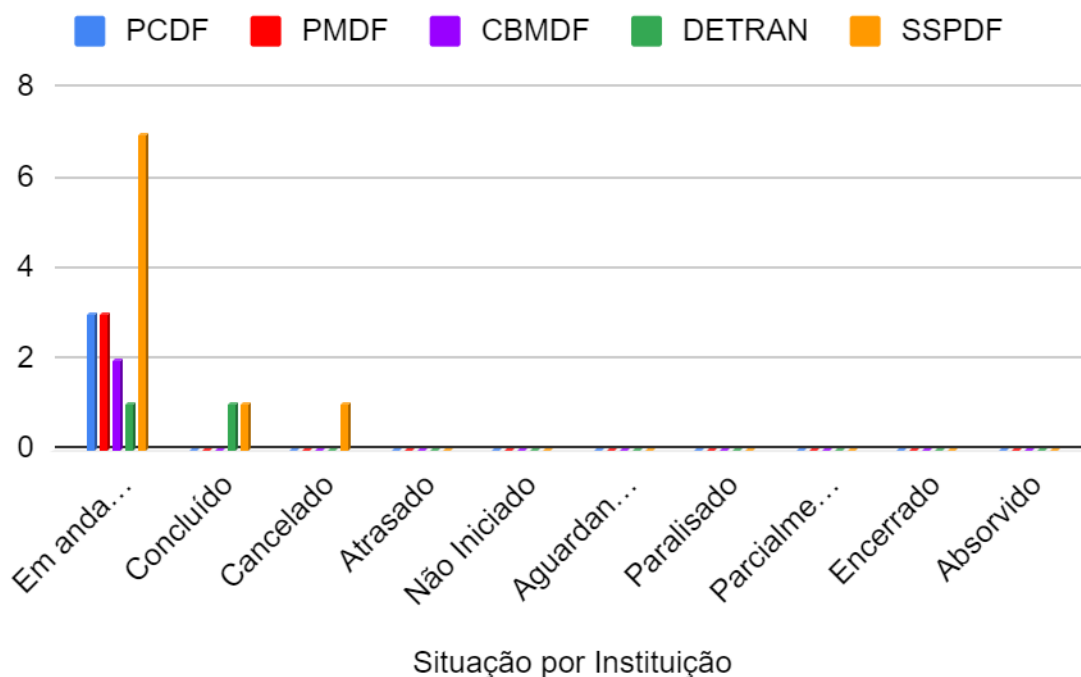
	in14PSC - Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão	Identidade Solidária, Projetos da ESPC e DEAM móvel	Em andamento
PMDF	in03PSC - Desenvolvimento de ações articuladas entre setores com vistas à redução do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência	Gerência de Colégios Cívicos-Militares.	Em andamento
		Programas preventivos de segurança pública	Em andamento
	in04PSC - Ampliação das medidas preventivas e o envolvimento social para enfrentamento da	Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar - PROVID.	Em andamento
CBMDF	in14PSC - Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão	Rede de Vizinhos Protegidos	Em andamento
		Projetos sociais	Em andamento
DETRAN	in14PSC - Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão	Sem projetos, ações pertinentes para participações nas reuniões dos Consegs	Em andamento
		Implantação da Cidade da Segurança Pública	Concluído
SSP-DF	in03PSC - Desenvolvimento de ações articuladas entre setores com vistas à redução do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência	Formação de bandas de música nos Colégios Cívico-Militares como fator de prevenção da criminalidade violenta	Concluído
		Trilha + Segura - Atendimento de adolescentes em início de trajetória infracional	Cancelado
	in04PSC - Ampliação das medidas preventivas e o envolvimento social para enfrentamento da violência contra a mulher	Estruturação de áreas ou ações de prevenção da violência contra a mulher	Em andamento
	in05PSC - Estruturação do Banco Distrital de Práticas de Prevenção da Segurança Pública – BIDIPRESP	Banco Distrital de Práticas de Prevenção da Segurança Pública-BIDIPRESP	Em andamento

	in06PSC - Ampliação e Fortalecimento do Projeto de Gestão Compartilhada nas Escolas (Colégio Cívico-Militar do DF)	Ampliação e Fortalecimento da Gestão Compartilhada nas Escolas	Em andamento
	in07PSC - Difusão de assuntos de prevenção relacionados à violência, especialmente contra a mulher	Difusão de assuntos de prevenção relacionados à violência, especialmente contra a mulher	Em andamento
	in10PSC - Conscientização da necessidade atuação de outros órgãos públicos considerando os indicadores de segurança	Aperfeiçoamento do programa de redução das desordens físicas e sociais	Em andamento
	in12PSC - Aprimoramento da atuação nos conselhos de participação social existentes como CONDISP e CONSEG	Aprimoramento da atuação nos conselhos de participação social existentes, como Conselho Distrital de Segurança Pública (CONDISP) e Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)	Em andamento
	in17PSC - Criação de indicadores de sensação de segurança por RISP, AISP e Microrregião do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência	Criação de Programa para aumento da Sensação de Segurança, incluindo indicadores	Em andamento

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Para melhor visualização das informações apresentadas no Quadro 1, elaborou-se, o Gráfico 1 com a situação relacionada à dimensão I - Prevenção, Segurança e Cidadania por instituição.



**Gráfico 1: Status da Dimensão, Prevenção, Segurança e Cidadania por Instituição.**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Conforme se observa no Gráfico 1, a PCDF possui o quantitativo de 3 projetos/ações realizadas, os quais todos estão em andamento, a PMDF apresenta 3 projetos/ações com a mesma situação da PCDF, em andamento, o CBMDF desenvolve 2 projetos/ações, com o mesmo status, já o Detran, este tem dois 2 projetos/ações apresentando-se 1 em andamento e 1 concluído, a SSP/DF, por sua vez, desenvolve 9 projetos/ações, das quais 77,8% encontra-se em andamento e respectivamente 11,1% constam concluído e cancelado. Os status que não constam no indicativo sinalizam que não houve nenhuma situação relacionada ao status.

Nesse sentido, observa-se que a dimensão Prevenção, Segurança e Cidadania tem um quantitativo de 19 projetos/ações, sendo que 84,2% destes projetos estão em andamento e os outros 15,8% estão divididos entre cancelados 5,3% e concluídos 10,5%, a partir desta análise de dados, pode-se observar que uma grande parte dos projetos/ações estão em andamento, ressaltando a necessidade da continuidade dos projetos evidenciando assim seu princípios conceituais de institucionalização e consideração, conforme exposto no tópico 1.2 da presente pesquisa.

A Dimensão II - Enfrentamento Qualificado da Criminalidade (EQC) atua seguindo 1 objetivo apontado pelo PDISP, o qual consiste na diminuição as taxas de criminalidade por meio de abordagens qualificadas de enfrentamento, por meio dessa dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem em iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 2.

O Quadro 2, apresenta como a dimensão Enfrentamento Qualificado da Criminalidade vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 2 - Dimensão II - Enfrentamento Qualificado à Criminalidade – EQC.**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in01EQC - Estabelecimento de protocolos específicos para enfrentamento do CVLI	Procedimento Operacional Padrão-POP e Capacitações	Concluído
	in03EQC - Estabelecimento de Programas específicos para enfrentamento do CCP	Procedimento operacional padrão-POP e Melhorias administrativas	Concluído
	in07EQC - Ampliação do atendimento especializado e facilitação da denúncia para enfrentamento da violência contra a mulher	NUIAM-Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher	Concluído
	in08EQC - Fortalecimento dos projetos de responsabilização e reeducação dos agressores de mulheres	Projeto Transforma	Em andamento
	in17EQC - Fortalecimento do sistema de inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal	1-Acesso /compartilhamento de sistemas de informação 2-Cursos	Concluído
	in20EQC - Fortalecer a comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de bancos de dados de	Sistemas e Bancos de Dados	Em andamento

	vestígios, dados periciais e de identificação biométrica		
	in22EQC - Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro	Comitês, diretrizes e meios de comunicação	Concluído
PMDF	in01EQC - Estabelecimento de protocolos específicos para enfrentamento do CVLI	Guardião Rural	Em andamento
		Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED)	Concluído
		Rede de Vizinhos Protegidos	Em andamento
	in03EQC - Estabelecimento de Programas específicos para enfrentamento do CCP	Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED), Rede de Vizinhos Protegidos e Guardião Rural	Aguardando informação
	in07EQC - Ampliação do atendimento especializado e facilitação da denúncia para enfrentamento da violência contra a mulher	Policciamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar - PROVID.	Em andamento
	in08EQC - Fortalecimento dos projetos de responsabilização e reeducação dos agressores de mulheres		Em andamento
	in11EQC - Estabelecimento de Programa específico para enfrentamento do tráfico de drogas, com vistas à redução de oferta ilícitas e fortalecimento dos mecanismos de enfrentamento do narcotráfico	Reaparelhamento e Capacitação BPCães (convênio SENAD)	Em andamento
	in12EQC - Estabelecimento de Programa específico para enfrentamento das organizações criminosas com enfoque para mecanismos de proteção dos agentes do Estado e de testemunhas	Projeto Veículo Especiais Blindados	Em andamento

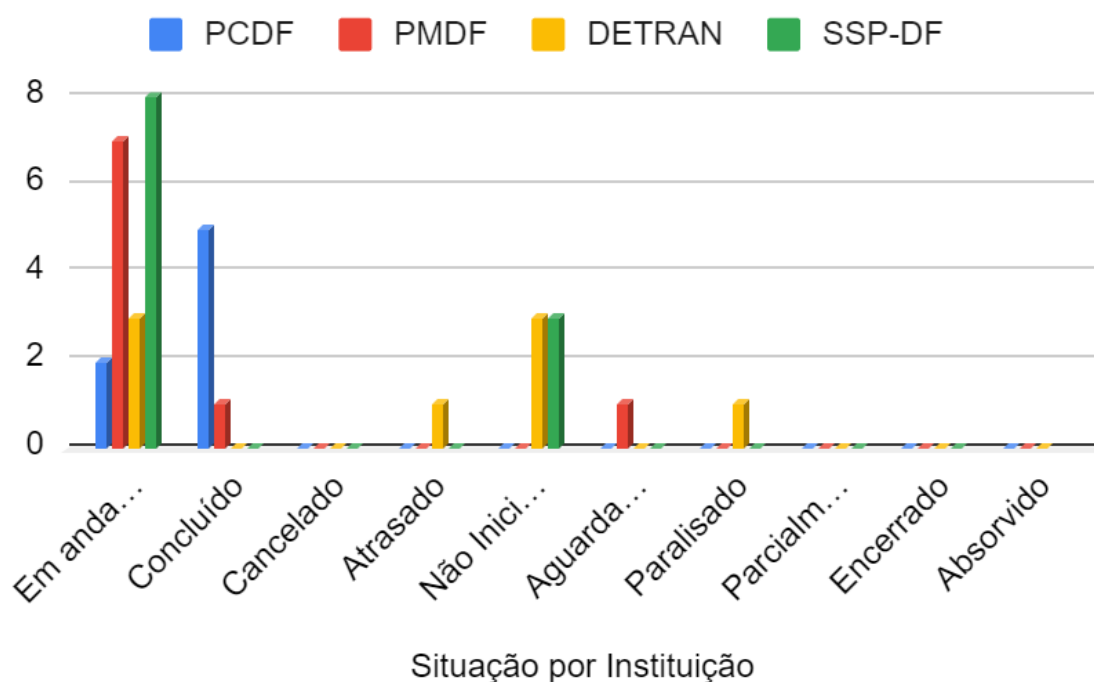
	in17EQC - Fortalecimento do sistema de inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal	Parcerias com outros órgãos e agências de inteligência: "PMDF/MPDF"	Em andamento
DETRAN	in17EQC - Fortalecimento do sistema de inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal	Capacitação (cursos / workshops / feiras / viagens / estágios)	Em andamento
		Acessos (sistemas / acordos de cooperação interagências) - Criação de Sistema	Atrasado
		Aquisição de equipamentos (câmeras / drone / "carrapato" / telefones / computadores)	Não Iniciado
		Aquisição de Veículos	Em andamento
		Verba Operacional	Não Iniciado
		Aumento da área física e salas	Não Iniciado
		Reestruturação orgânica da Unidade	Paralisado
		Fortalecimento do sistema de inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF)	Em andamento
SSP-DF	in01EQC - Estabelecimento de protocolos específicos para enfrentamento do CVLI	Estabelecimento de protocolos específicos para enfrentamento de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)	Em andamento
	in02EQC - IPRE	Criação de protocolo integrado de preservação de local de crimes violentos letais intencionais	Em andamento
	in03EQC - Estabelecimento de Programas específicos para enfrentamento do CCP	Estabelecimento de Programas específicos para enfrentamento de Crimes Contra o Patrimônio (CCP)	Não Iniciado
	in04EQC - Ampliação do videomonitoramento inteligente de pontos estratégicos do DF.	Projeto de Videomonitoramento Urbano do Distrito Federal	Em andamento

	in05EQC - Estruturação de Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Femicídios – CTMHF	Programa Mulher + Segura (DF + Seguro)	Em andamento
	in07EQC - Ampliação do atendimento especializado e facilitação da denúncia para enfrentamento da violência contra a mulher	Ampliação e capacitação do Atendimento às Mulheres em situação de violência do Programa de Segurança Preventiva às Ofendidas em Medida Protetiva de Urgência/Aplicativo Viva Flor	Em andamento
	in09EQC - Criação de protocolo específico de atuação conjunta em ocorrência de incêndios	Criação de protocolo específico de atuação conjunta em ocorrência de incêndios	Não Iniciado
	in11EQC - Estabelecimento de Programa específico para enfrentamento do tráfico de drogas, com vistas à redução de oferta.	Estabelecimento de programa específico para enfrentamento do tráfico de drogas, com vistas à redução de oferta	Não Iniciado
	in12EQC - Estabelecimento de Programa específico para enfrentamento das organizações criminosas com enfoque para mecanismos de proteção dos agentes do Estado e de testemunhas	Estabelecimento de programa específico para enfrentamento das organizações criminosas com enfoque para mecanismos de proteção dos agentes do Estado e de testemunhas	Em andamento
	in15EQC - Consolidação e difusão da atuação com base nas Regiões Integradas de Segurança Pública – RISPs, Áreas de Segurança Pública – AISPs, e implementação das microrregiões	Consolidação e difusão da atuação com base nas Regiões Integradas de Segurança Pública	Em andamento
	in16EQC - Estruturação de áreas de segurança prioritárias - ASP	Estruturação da Área de Segurança Prioritária-ASP (DF+Seguro)	Em andamento

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

De conseguinte modo, para uma melhor compreensão das informações apresentadas no Quadro 2, elaborou-se, o Gráfico 2 com a situação relacionada à dimensão II - Enfrentamento Qualificado à Criminalidade por instituição.

**Gráfico 2: Status da Dimensão Enfrentamento Qualificado à Criminalidade por Instituição.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

De acordo como se observa no Gráfico 2, a PCDF possui o quantitativo de 7 projetos/ações realizados, tendo um percentual de 71,4% dos projetos em andamento e 28,6% concluídas, a PMDF possui 9 projetos/ações em desenvolvimento, tendo um percentual de 77,8% dos projetos em andamentos, respectivamente 11,1% em projetos concluídos e aguardando informações a época que o relatório foi disponibilizado, o DETRAN conta com 8 projetos nessa dimensão, tendo respectivamente 37,5% dos seus projetos/ações em andamento e não iniciados, bem como, 12,5% dos projetos atrasados e paralisados. Por fim temos a SSP/DF com 11 projetos/ações, nas quais 72,7% estão em andamento e 27,3% ainda não foram iniciadas. Os status que não constam no indicativo sinalizam que não tiveram nenhuma situação relacionada ao status.

Diante desse contexto, observa-se que a dimensão Prevenção, Segurança e Cidadania tem um quantitativo de 35 projetos/ações, sendo que 57,1% destes projetos ainda estão em

andamento e os outros 43,9% estão divididos entre as outras situações, dos quais 17,1% já se encontram concluídos.

A Dimensão III - Preservação da Incolumidade (PI) atua seguindo 5 objetivos propostos pelo PDISP, os quais embasam-se em aprimorar as operações de defesa civil, modernizar as intervenções do Corpo de Bombeiros Militar, refinar as estratégias de preservação ambiental, incentivar a segurança no trânsito e elevar a eficácia das operações de segurança pública em eventos de grande porte, mediante esta dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme exposto no Quadro 3.

O Quadro 3, apresenta como a dimensão Preservação da Incolumidade vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 3 - Dimensão III - Prevenção da Incolumidade – PI.**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in07PI - Diminuição do tráfico de animais, de incêndios, de acidentes, do mau uso do solo, dos danos à fauna, à flora e à biodiversidade.	DEMA	Em andamento
		Programa de Educação Ambiental Lobo Guará (PREALG)	Em andamento
PMDF	in09PI - Intensificar a retirada de circulação dos infratores contumazes, dos veículos com valores elevados de débitos e abandonados.	Operações de fiscalização de trânsito.	Não Iniciado
	in10PI - Enfrentamento da alcoolemia no trânsito	"Operação Álcool Zero"	Não Iniciado
	in12PI - IPRE	Sem projeto/ação.	Aguardando informação
CBMDF	in07PI - Diminuição do tráfico de animais, de incêndios, de acidentes, do mau uso do solo, dos danos à fauna, à flora e à biodiversidade.	Intensificar as ações preventivas nas áreas de risco do DF	Encerrada
DETRAN	in08PI - Melhoria da sinalização das vias urbanas do	Confecção de Projetos	Em andamento

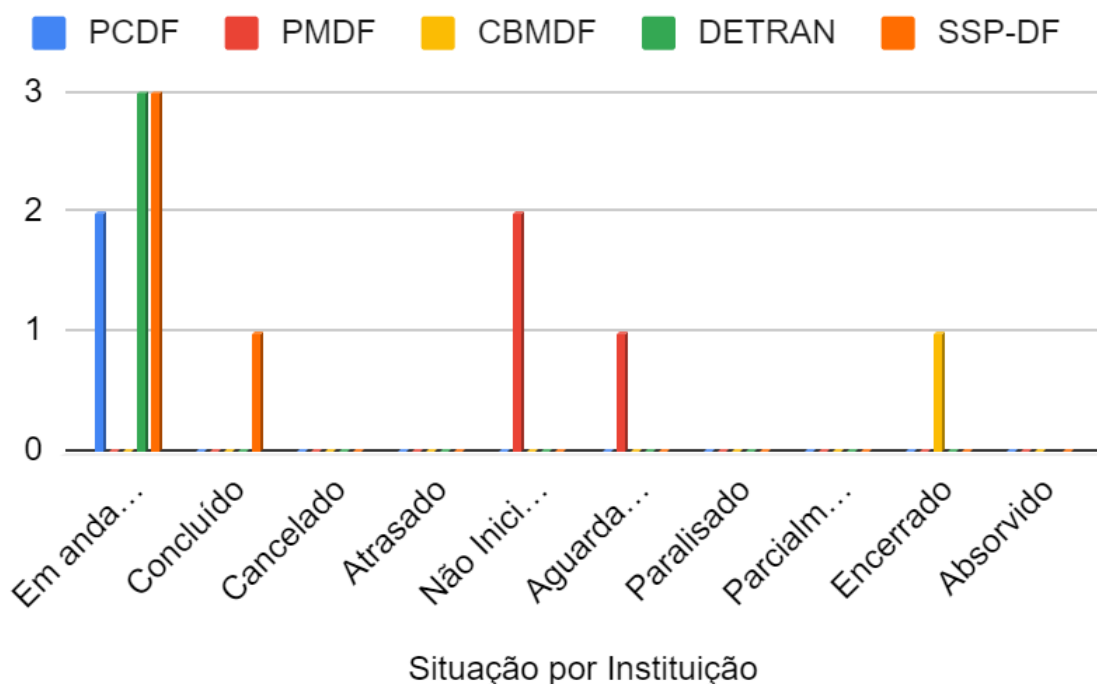
	Distrito Federal e da tecnologia na fiscalização		
	in09PI - Intensificar a retirada de circulação dos infratores contumazes, dos veículos com valores elevados de débitos e abandonados.	Intensificação das ações de fiscalização.	Em andamento
	in10PI - Enfrentamento da alcoolemia no trânsito		Em andamento
SSP-DF	in01PI - Atualização do mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal	Atualização do mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal	Em andamento
	in03PI - Aperfeiçoamento do plano de contingenciamento em desastres.	Aperfeiçoamento do plano de contingenciamento em desastres	Concluído
	in07PI - Diminuição do tráfico de animais, de incêndios, de acidentes, do mau uso do solo, dos danos à fauna, à flora e à biodiversidade.	Aliança Distrital de Instituições Religiosas e Sociais no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar.	Em andamento
		Estruturação de área de Monitoramento e Fiscalização da Ocupação Irregular do Território	Em andamento

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Assim, visando uma compreensão aprimorada das informações no Quadro 3, foi criado o Gráfico 3, que ilustra a situação em relação à dimensão III - Prevenção da Incolumidade por instituição.



**Gráfico 3: Status da Dimensão Prevenção da Incolumidade por Instituição.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Como evidenciado no Gráfico 3, a PCDF detém uma quantidade de 2 projetos/ações em andamento, a PMDF possui 3 projetos dos quais 2 ainda não foram iniciados e 1 aguardava informação na época da realização do estudo, a CBMDF, no âmbito dessa dimensão só detém um projeto o qual foi encerrado, o DETRAN conta com 3 projetos os quais estão em pleno andamento e a SSP/DF por sua vez, dispõe de 4 projetos/ações cujo 3 deles estão em andamento e um já se encontra concluída.

Mediante a verificação do Gráfico 3, observa-se que a dimensão PI contém 13 projetos/ações no qual apenas 7,7% desta dimensão se encontra concluída, estando com 46,2% dos projetos desenvolvidos nesta dimensão em andamento e 30,8% dos projetos subdivididos em não iniciado, aguardando informação e encerrado, ressaltando assim as dificuldades presentes para implementação de uma política ou programa, conforme evidência (Ollaik, 2012) no tópico 2.3 do presente estudo.

A Dimensão IV - Racionalização do Sistema Penitenciário (RSP) atua seguindo 1 objetivo proposto pelo PDISP, o qual advém da otimização o sistema carcerário com foco na reinserção social, por intermédio dessa dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no

tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 4.

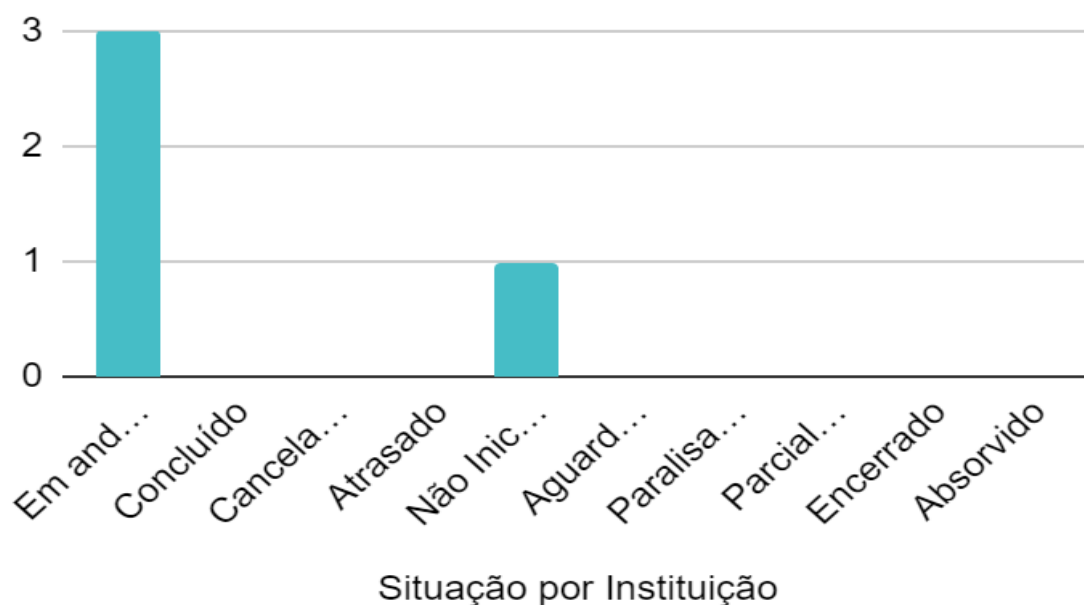
O Quadro 4, apresenta como a dimensão Racionalização do Sistema Penitenciário vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 4 - Dimensão IV - Racionalização do Sistema Penitenciário – RSP.**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
SEAPE	in05RSP - Aumento da assistência educacional aos custodiados	Projeto: Educação Tecnológica.	Em andamento
	in06RSP - Envolvimento dos custodiados em atividades laborais	Projeto: Mãos Talentosas	Não Iniciado
	in08GQPC - Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	Projeto: Saúde e bem-estar	Em andamento
		Projeto: Espaços de Descompressão	Em andamento

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Com o objetivo de uma melhor apuração das informações apresentadas no Quadro 4, elaborou-se o Gráfico 4, o qual representa a situação em relação à dimensão IV - Racionalização do Sistema Penitenciário por instituição.

**Gráfico 4: Status da Dimensão Racionalização do Sistema Penitenciário por Instituição.**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Conforme apresentado no Gráfico 4, nesta dimensão só temos a execução da Secretaria de Administração Penitenciária, devido a dimensão compreender especificamente a questão do sistema penitenciário do Distrito Federal, na presente dimensão estão em desenvolvimento 4 projetos/ações voltadas para a melhoria de vida do custodiado, sendo que 75% das ações estão em andamento e os outros 25% ainda não foram iniciados.

A partir desta dimensão observa-se que o PDISP está desenvolvendo um plano de Estado e não de governo, trazendo melhorias para a sociedade como um todo, indo dos cidadãos livres aos com restrição de liberdade.

A Dimensão V - Melhoria do Atendimento ao Cidadão (MAC) atua seguindo 1 objetivo proposto pelo PDISP, o qual fundamenta-se em garantir a plena satisfação dos utilizadores dos serviços de segurança pública e defesa social, por intermédio dessa dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 5.

O Quadro 5, apresenta como a dimensão Melhoria do Atendimento ao Cidadão vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os

projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

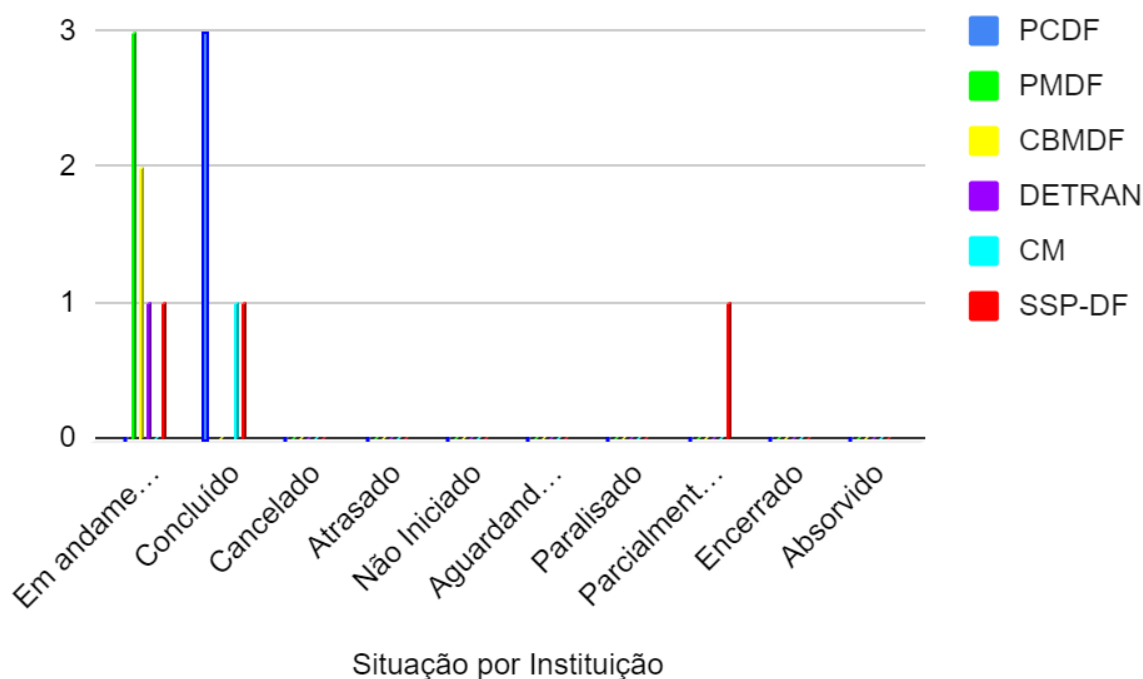
**Quadro 5 - Dimensão V - Melhoria do Atendimento ao Cidadão – MAC.**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in01MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento de ocorrências de emergência e urgência, especialmente das unidades de resposta imediata	Perícias em local de crimes	Concluído
	in04MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos, de gestão (áreas meio)	2ª. via fácil	Concluído
	in05MAC - Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	NUIAM- Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher.	Concluído
PMDF	in01MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento de ocorrências de emergência e urgência, especialmente das unidades de resposta imediata	Modernização do COPOM	Em andamento
	in04MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos, de gestão (áreas meio)	Capacitação do efetivo por meio de pós-graduação	Em andamento
	in05MAC - Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	Integração do Sistema Gênesis para atendimento do PROVID e outras plataformas de interesse da Segurança Pública.	Em andamento
CBMDF	in01MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento de ocorrências de emergência e urgência, especialmente das unidades de resposta imediata	Modernizar o sistema de rádio comunicação	Em andamento

	in04MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos, de gestão (áreas meio)	Processos de Implantação de Gestão de Riscos	Em andamento
DETRAN	in04MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos.	Promover a excelência e a redução do tempo de conclusão de serviços internos.	Em andamento
CM	in04MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos, de gestão (áreas meio)	POSSE DIGITAL	Concluído
SSP-DF	in01MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento de ocorrências de emergência e urgência, especialmente das unidades de resposta imediata	Modernização do Sistema de Atendimento de Emergência (DF + Seguro)	Concluído Parcialmente
	in04MAC - Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos, de gestão (áreas meio)	Implantação da Gestão de Risco na SSP-DF	Em andamento
	in05MAC - Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	Implementação da Diretoria de Monitoramento de Pessoas Protegidas (DMPP) com a Cooperação da Secretaria da Mulher para o Acolhimento Inicial da Mulher	Concluído

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Com o objetivo de refinar as informações delineadas no Quadro 5, foi formulado o Gráfico 5, que representa a situação referente à dimensão V - Melhoria do Atendimento ao Cidadão organizada por instituição.

**Gráfico 5: Status da Dimensão Melhoria do Atendimento ao Cidadão por Instituição.**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Conforme se observa no Gráfico 5, a PCDF e a PMDF respectivamente apresentam 3 projetos/ações cada, os quais constam em andamento, a CBMDF contém 2 ações em andamento e o DETRAN apresenta somente um projeto que compartilha do mesmo status, a Casa Militar (CM) apresenta um projeto o qual já se encontra concluído, e por fim temos a SSP/DF a qual possui 3 projetos/ações os quais constituem-se em andamento, parcialmente concluído e concluído.

A presente dimensão encontra-se em amplo desenvolvimento estando com 60% dos projetos/ações em andamento e 40% já concluídos, enquadrando o termo parcialmente concluído na situação concluída.

A Dimensão VI - Integração 360° (I360°) atua seguindo 1 objetivo proposto pelo PDISP, o qual fundamenta-se na promoção da integração e troca de dados, informações e conhecimento entre os órgãos de Segurança Pública, outras instituições distritais e a cooperação federativa, por intermédio dessa dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 6.

O Quadro 6, apresenta como a dimensão Integração 360° vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 6 - Dimensão VI - Integração 360° - I360°.**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in03I360 - Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições	Acordo de Cooperação Técnica-ACT	Concluído
	In05i360 - Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF		Concluído
PMDF	in03I360 - Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições	Acordo de cooperação técnica entre a PMDF e PRF	Não Iniciado
		Casa Militar	Não Iniciado
		Cessão de uso sala BRB (Torre)	Em andamento
		Convênio entre a PMDF e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do DF (SAMU)	Em andamento
		Convênio entre MJSP e PMDF para cessão de viatura operacional Van	Em andamento
		Cooperação Técnica com o MPDFT para uso do Gênesis	Em andamento
		Cooperação Técnica entre PMDF e TJDFT para implementação do PROVID	Em andamento
		Polícia Penal	Não Iniciado
		Termo de cooperação mútua entre a PMDF e CBMDF	Não Iniciado

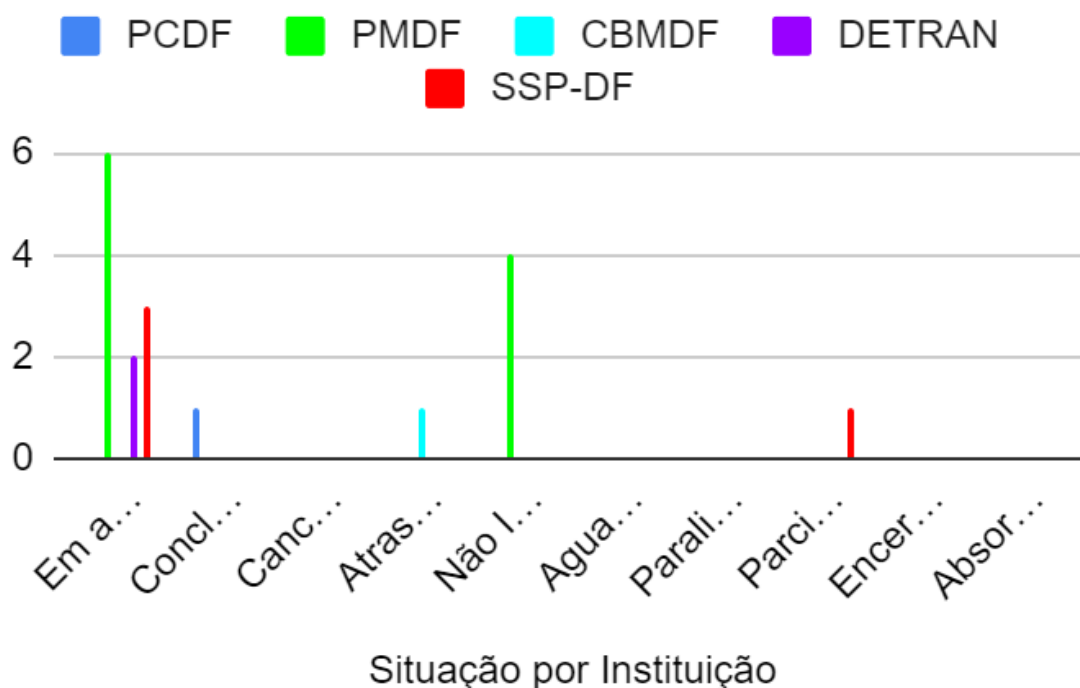
	In05i360 - Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF	Integração do Sistema Gênesis com outras plataformas da SSP, bem como do Sistema de Gestão Correcional (SGC) com o PJE	Em andamento
CBMDF	in03I360 - Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições	Central SUAPH	Atrasado
	In05i360 - Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF		Atrasado
DETRAN	in03I360 - Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições	Open Marketplace API	Em andamento
	In05i360 - Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF	Operação Athena	Em andamento
SSP-DF	in02I360 - Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança	Em andamento
	in03I360 - Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições.	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições	Em andamento
	In05i360 - Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF	Em andamento
	in06I360 - Implantação do registro de ocorrência integrado	Implantação do registro de ocorrência integrado	Concluído Parcialmente

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Com o objetivo de apurar as informações delineadas no Quadro 6, foi formulado o Gráfico 6, que representa a situação referente à dimensão VI - Integração 360° por instituição.



**Gráfico 6: Status da Dimensão Integração 360° por Instituição.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Conforme se observa no Gráfico 6, a PCDF apresenta 1 projeto o qual encontra-se concluído, a PMDF, seguidamente apresenta 10 projetos/ações os quais constam 60% em andamento e 40% não iniciadas, a CBMDF contém somente um projeto o qual se encontra atrasado, o DETRAN apresentou 2 projetos os quais constam em andamento e de conseguinte modo, a SSP/DF exibe 4 projetos/ações os quais constituem 75% em andamento 25% parcialmente concluído.

A presente dimensão apresenta um índice de 61,1% dos projetos/ações em andamento, em contrapartida demonstra-se que 27,8% dos projetos constam com o status não iniciado e/ou atrasado e apenas 11,1% concluído.

A Dimensão VII - Governança e Transparência (GT) atua seguindo 2 objetivos propostos pelo PDISP, os quais consistem no reforço a gestão nas iniciativas de segurança pública e aprimorar a reputação, a transparência e a conformidade do setor de segurança pública, mediante esta dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 7.

O Quadro 7, apresenta como a dimensão Governança e Transparência vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 7 - Dimensão VII - Governança e Transparência – GT.**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in01GT - Melhoria no nível de maturidade do processo de gestão estratégica	Aprimoramento do Índice de Governança e Gestão da PCDF	Em andamento
	in02GT - Fortalecimento das áreas de projetos e envolvimento direto dos dirigentes no monitoramento estratégico	Aprimoramento da Gestão de Programas e Projetos Estratégicos	Concluído
	in04GT - Mapeamento e redesenho de processos	Sistema de Gestão da Qualidade	Em andamento
	in07GT - Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Concluído
	in09GT - Desenvolvimento de mecanismos de proteção das informações reservadas e sigilosas dos órgãos de segurança pública	Política de segurança da informação da PCDF	Concluído
	in10GT - Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública.	Transparência e prestação de contas	Concluído
PMDf	in01GT - Melhoria no nível de maturidade do processo de gestão estratégica	Elaboração do novo Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal (2023-2030)	Em andamento
	in02GT - Fortalecimento das áreas de projetos e envolvimento direto dos dirigentes no monitoramento estratégico	Capacitação do efetivo - Pós-graduações	Em andamento

	in04GT - Mapeamento e redesenho de processos	Comissão de Mapeamento de Processos do Estado-Maior	Em andamento
	in07GT - Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Concluído
	in09GT - Desenvolvimento de mecanismos de proteção das informações reservadas e sigilosas dos órgãos de segurança pública	Aprovação normativos que tratem sobre a proteção de dados.	Concluído
			Em andamento
	in10GT - Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública.	Política corporativa de dados abertos. Transparência ativa.	Concluído
CBMDF	in01GT - Melhoria no nível de maturidade do processo de gestão estratégica	Implementação das boas práticas de gestão do GESPÚBLICA	Cancelado
	in02GT - Fortalecimento das áreas de projetos e envolvimento direto dos dirigentes no monitoramento estratégico	Metodologia de gerenciamento de projetos do CBMDF	Concluído
	in04GT - Mapeamento e redesenho de processos	Mapear e melhorar os processos do CBMDF	Em andamento
		Melhorar o fluxo de processos por meio do sistema Inova.	Em andamento
		Realizar mapeamento de competências do DERHU e DEPCT	Cancelado
	in07GT - Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Comitê Interno de Governança Pública do CBMDF	Concluído
in10GT - Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública.	Lançar o novo Portal de Internet do CBMDF	Concluído	
DETRAN	in01GT - Melhoria no nível de maturidade do processo de gestão estratégica	Implantação da Gestão de Riscos	Em andamento
	in02GT - Fortalecimento das áreas de projetos e envolvimento direto dos	Reestruturação orgânica e administrativa do	Em andamento

	dirigentes no monitoramento estratégico	Departamento de Trânsito, com o objetivo de se fortalecer as áreas de projetos.	
	in04GT - Mapeamento e redesenho de processos	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de consultoria em gestão de custo e mapeamento de processo.	Paralisado
	in07GT - Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Implementação do Comitê Interno de Governança, nos termos do Decreto nº 39.736/2019	Em andamento
	in09GT - Desenvolvimento de mecanismos de proteção das informações reservadas e sigilosas dos órgãos de segurança pública.	Publicação de uma Política de Governança de Dados	Em andamento
	in10GT - Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública	Plano de Dados Abertos (PDA) Detran/DF	Concluído
SEAPE	in12GT - Fortalecimento da imagem e propagação das ações positivas da área da segurança pública.	Redes sociais e site institucional	Em andamento
CM	in01GT - Melhoria no nível de maturidade do processo de gestão estratégica	Aprovar o Plano Estratégico da Casa Militar	Em andamento
		Implementação do Plano Estratégico	Em andamento
	in02GT - Fortalecimento das áreas de projetos e envolvimento direto dos dirigentes no monitoramento estratégico	Instituir o Escritório de Projetos da Casa Militar	Em andamento
	in04GT - Mapeamento e redesenho de processos	Implementar e executar o mapeamento dos processos das áreas meio e finalística da Casa Militar	Em andamento

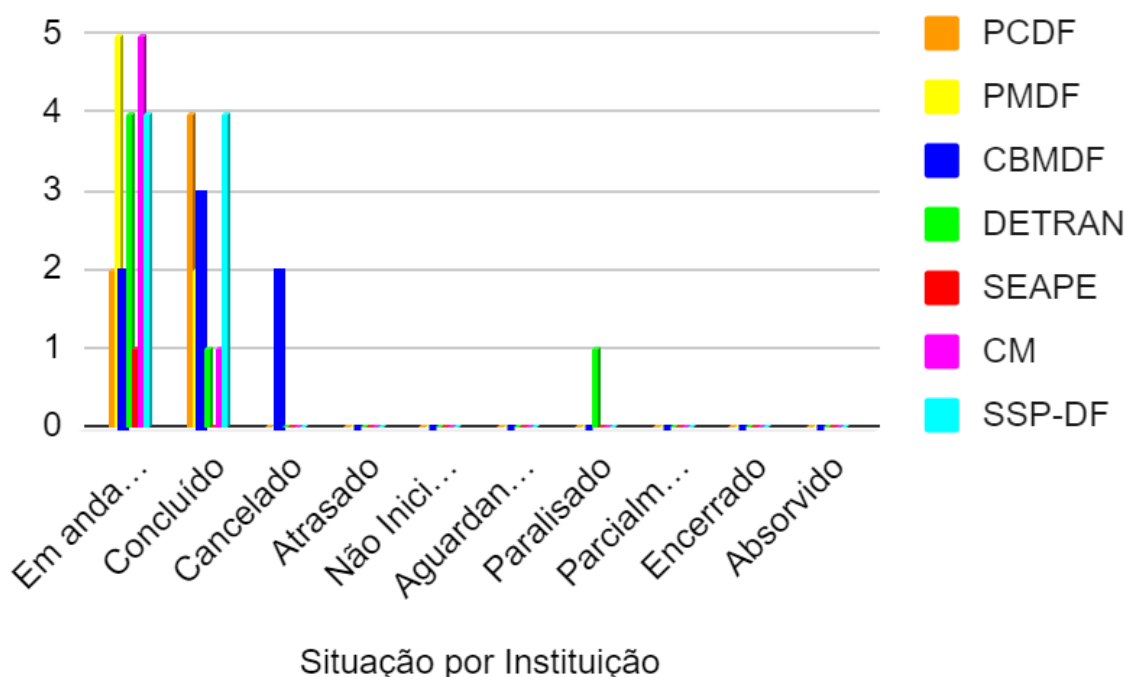
	in07GT - Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Instituir Comitê Interno de Governança da Casa Militar	Concluído
	in09GT - Desenvolvimento de mecanismos de proteção das informações reservadas e sigilosas dos órgãos de segurança pública	Contratar solução de TI que garanta monitoramento e segurança das informações sigilosas e reservadas	Em andamento
SSP-DF	in01GT - Melhoria no nível de maturidade do processo de gestão estratégica	Implantação do processo de gestão estratégica	Em andamento
	in03GT - Instituição de fórum permanente de discussão e compartilhamento de informações entre as áreas de gestão estratégica dos órgãos da Segurança Pública	Instituir o fórum permanente de discussão e compartilhamento de informações entre as áreas de gestão estratégica dos órgãos da Segurança Pública	Em andamento
	in05GT - Estabelecimento de uma governança deste PDISP baseada em conselhos e comitês estruturados	Estabelecimento de governança do Plano Decenal de Segurança Pública-PDISP baseada em Conselhos e Comitês estruturados	Em andamento
	in07GT - Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	Estruturar o Comitê Interno de Governança Pública e Gestão Estratégica (CIGESP)	Concluído
	in09GT - Desenvolvimento de mecanismos de proteção das informações reservadas e sigilosas dos órgãos de segurança pública.	Desenvolvimento de mecanismos de proteção das informações reservadas e sigilosas	Concluído
	in10GT - Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública	Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site da SSP/DF	Concluído
	in11GT - Manualização do atendimento à imprensa pelos órgãos da Segurança Pública	Padronização do atendimento à imprensa pelos órgãos da Segurança Pública	Concluído
	in12GT - Fortalecimento da imagem e propagação das ações	Fortalecimento da imagem e propagação das ações positivas da	Em andamento

	positivas da área da segurança pública.	área da segurança pública	
--	---	---------------------------	--

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Com o objetivo de apresentar as informações expostas no Quadro 7, elaborou-se o Gráfico 7, que representa a situação referente à dimensão VII - Governança e Transparência por instituição.

**Gráfico 7: Status da Dimensão Governança e Transparência por Instituição.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Conforme se observa no Gráfico 7, a PCDF possui o quantitativo de 6 projetos/ações dos quais 66,7% estão concluídos e 33,3% encontram-se em andamento, a PMDF contém 5 projetos em andamentos, a CBMDF, por conseguinte demonstra 7 projetos/ações cujo 42,9% aparecem como concluídos, e respectivamente 28,6% como em andamento e cancelados, o DETRAN expõe 5 projeto em que 80% dos seus projetos encontram-se em andamento e 20% estão paralisados, já a SEAPE está apresenta somente um projeto/ações a qual consta em andamento, a CM possui um quantitativo de 6 projetos/ações em que 85,7% das ações estão em

andamento e 14,3% se encontra concluída e afinal a SSP/DF exhibe a quantidade de 8 projetos/ações as quais respectivamente 50% encontram-se em andamento e concluídas.

A dimensão apresentada, é a segunda maior dimensão elaborada pelo PDISP e por meio da institucionalização do plano distrital podemos observar o desenvolvimento expressivo, pois dos 38 projetos/ações desenvolvidos nesta dimensão 60,5% dos ações estão em andamento e respectivamente 34,2% já se encontram concluídas, a partir desse panorama observa-se como a dimensão governança e transparência vem sendo implementada no âmbito do Distrito Federal por intermédio do Plano Distrital de Segurança Pública, sendo um dos pontos mais relevantes externados pelos entrevistados durante a realização da presente pesquisa.

A Dimensão VIII - Reparcelamento dos Órgãos de Segurança Pública (ROSP) atua seguindo 2 objetivos propostos pelo PDISP, os quais consistem na promoção da implementação de tecnologias inteligentes nas áreas de Segurança Pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos e realização da modernização da infraestrutura física, administrativa e dos recursos tecnológicos e gerenciais na esfera da Segurança Pública, mediante esta dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 8.

O Quadro 8, apresenta como a dimensão Reparcelamento dos Órgãos de Segurança Pública vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 8 - Dimensão VIII - Reparcelamento dos Órgãos de Segurança Pública – ROSP**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in03ROSP - Disseminação da utilização de ferramentas business intelligence (BI) para produção de informações gerenciais finalísticas, de gestão e inteligência	Desenvolvimento de painéis de gestão	Concluído
	in07ROSP - Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PDISP	Revisão do PDTIC/PCDF 2020 a 2023	Concluído

	in09ROSP - Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública	Projeto Higéia	Em andamento
	in11ROSP - Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização	Plano de Gestão em infraestrutura-PGINFRA	Concluído
PMDF	in03ROSP - Disseminação da utilização de ferramentas business intelligence (BI) para produção de informações gerenciais finalísticas, de gestão e inteligência	Aquisição de software de treinamento para Engenharia Civil na Plataforma BIM	Concluído
		Especialização na Ferramenta Braintorming Web	Concluído
		Renovação de contratação de ferramentas Microsoft.	Concluído
	in07ROSP - Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PDISP	Atualização e aprovação do PDTIC da PMDF	Em andamento
	in09ROSP - Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública	Plano de gerenciamento de resíduos sólidos	Não Iniciado
	in11ROSP - Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização	Comissão Permanente de Gestão de Imóveis – CPGI	Concluído
		Plano Diretor de Obras da PMDF	Em andamento
CBMDF	in03ROSP - Disseminação da utilização de ferramentas business intelligence (BI) para produção de informações gerenciais finalísticas, de gestão e inteligência	Criação de Painéis de Inteligência e Gestão de Negócios	Concluído
	in07ROSP - Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PDISP	PDTIC do CBMDF	Em andamento
	in09ROSP - Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública	Mapeado o Macroprocesso de Aquisição de Bens e serviços.	Concluído
	in11ROSP - Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização	Construções e Reformas	Em andamento



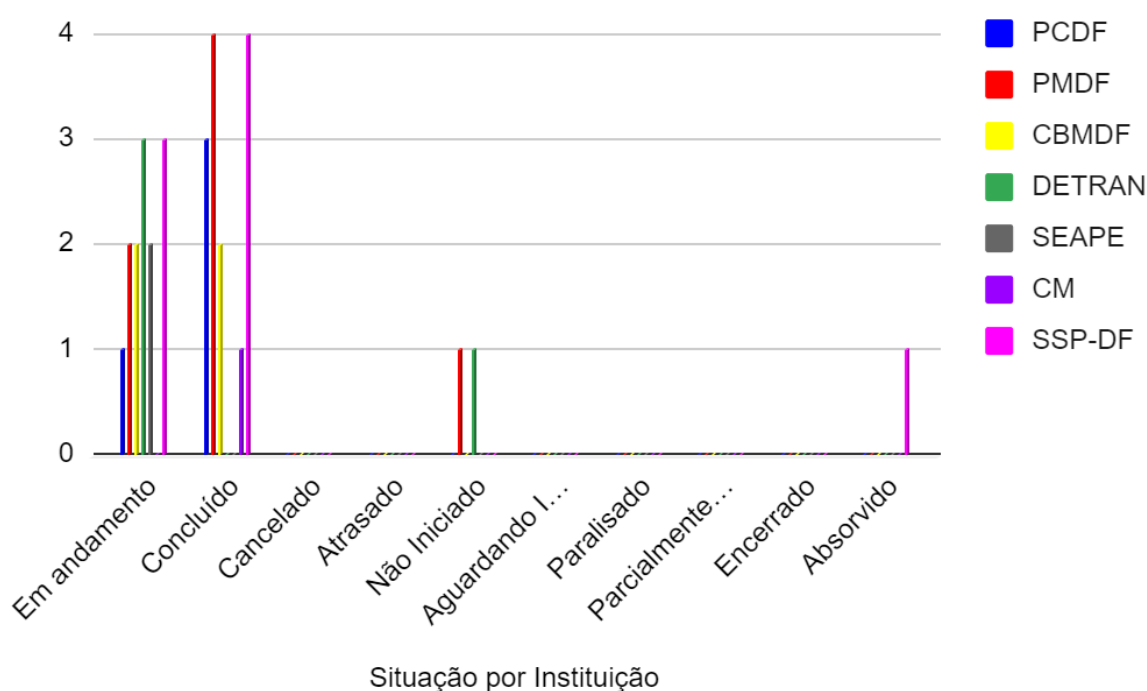
DETRAN	in03ROSP - Disseminação da utilização de ferramentas business intelligence (BI) para produção de informações gerenciais finalísticas, de gestão e inteligência	Projeto	Em andamento
	in07ROSP - Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PDISP	Projeto Estratégico	Em andamento
	in09ROSP - Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública	-	Não Iniciado
	in11ROSP - Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização.	Levantamento de medições e atualização de projetos das edificações do DETRAN DF.	Em andamento
SEAPE	in11ROSP - Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização	Construção do Setor D - Penitenciária do Distrito Federal III-PDF III	Em andamento
		Construção da Colônia Industrial Penal de Regime Semiaberto do Distrito Federal	Em andamento
CM	in07ROSP - Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PDISP	Revisar anualmente o PDTIC da Casa Militar	Concluído
SSP-DF	in01ROSP - Reorganização e reorientação dos processos de trabalho relacionados ao CIOB	Reestruturação do Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB)	Concluído
	in02ROSP - Modernização da estrutura e equipamentos do CIOB	Modernização do sistema de ar-condicionado do CIOB	Concluído
		Modernização da Infraestrutura Tecnológica da SSP/DF	Em andamento
		Modernização da estrutura e equipamentos do CIOB	Absorvido
	in03ROSP - Disseminação da utilização de ferramentas business intelligence (BI) para	Disseminação do Tratamento de dados	Em andamento

	produção de informações gerenciais finalísticas, de gestão e inteligência	por business intelligence na SSP/DF	
	in07ROSP - Manutenção do PDTIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PEDISP	Atualização do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	Concluído
	in09ROSP - Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública	Confecção de manualização para contratação pública aderente à SSP-DF e Plano de Compras	Concluído
	in11ROSP - Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização	Criação de plano de manutenção de edifício sob a gestão da SSP/DF	Em andamento

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

De conseguinte modo, para uma melhor compreensão das informações apresentadas no Quadro 8, elaborou-se, o Gráfico 8 com a situação relacionada à dimensão VIII - Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública por instituição.

**Gráfico 8: Status da Dimensão Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública por Instituição.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Conforme se observa no Gráfico 8, a PCDF detém o quantitativo de 4 projetos os quais 75% encontram-se concluídos e 25% em andamento, a PMDF contém 7 projetos/ações em que 57,1% das ações apresentam-se como concluídas, 28,6% em andamento e 14,3% não iniciadas, o CBMDF respectivamente apresenta 4 projetos onde 50% estão em andamento e concluídos, o DETRAN dispõe de 4 projetos em que 75% encontram-se em andamento e 25% não iniciados, a SEAPE compreende o quantitativo de 2 projetos os quais encontram-se em andamento, a CM por sua vez contém somente um projeto o qual já se encontra concluído e afinal observa-se a SSP/DF possui o quantitativo de 8 ações os quais mutuamente equivalem a 57,1% concluído e 42,9% em andamento, a situação “absolvido” foi compreendida por uma ação já em andamento.

A presente dimensão revela-se como um meio de modernização e padronização dentro das forças de Segurança Pública trazendo uma maior ordenação nos processos e critérios técnicos de priorização tecnológica e estrutural.

A Dimensão IX - Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento (GQPC) atua seguindo 2 objetivos propostos pelo PDISP, os quais embasam-se na fomentação do aprimoramento de habilidades, o reconhecimento e a dedicação dos colaboradores, bem como promover o estímulo à produção de conhecimento científico e tecnológico no âmbito da Segurança Pública, mediante esta dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 9.

O Quadro 9, apresenta como a dimensão Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

**Quadro 9 - Dimensão IX - Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento – GQPC**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in02GQPC - Aumento na capacitação no tema de Gestão.	Mestrado	Em andamento

	in03GQPC - Intensificação de capacitação técnico profissional (1)	4º ciclo de cursos EAD	Em andamento
	in05GQPC - Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	Curso de Progressão funcional	Concluído
	in08GQPC - Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	Projetos instituídos antes do PDISP: PROBEM, Projeto Bellona e Projeto Marte	Em andamento
	in09GQPC - Implantação de Programas de incentivo à pós-graduação <i>latu e stricto sensu</i>	Pós-graduação em Ciências Policiais	Em andamento
	in10GQPC - Fortalecimento dos mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública Plano de assistência à Saúde	Plano de assistência à Saúde	Concluído
	in11GQPC - Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública	Parceria com a Associação Brasileira de Advogados-ABA	Concluído
PMDF	in02GQPC - Aumento na capacitação no tema de Gestão.	Capacitação do Efetivo - Pós-graduação	Em andamento
	in03GQPC - Intensificação de capacitação técnico profissional	Capacitação do Efetivo - Cursos Técnicos Profissionais	Aguardando informação
	in05GQPC - Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	Capacitação do Efetivo - Atendimento a Grupos Vulneráveis	Concluído
		Capacitação do Efetivo - D.A.R.E./PROERD	Concluído
	in08GQPC - Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	Aquisição de Cartuchos para AINN	Em andamento
		Aquisição de Colete Balístico	Concluído
		Aquisição de EPI (Vestimentas Operacionais Profissionais e	Em andamento

		Assessórios Personalizados)	
		Aquisição de EPI's para Motociclistas	Concluído
		Aquisição Viaturas PMDF	Em andamento
		Atendimentos de saúde na rede referenciada	Aguardando informação
		Atendimentos de Saúde no Centro Odontológico	Em andamento Não Iniciado
		Monitoramento das atividades de promoção da qualidade de vida na PMDF	Em andamento
		Programa "Resgate da Força"	Aguardando informação
		Serviço de Assistência Religiosa	Em andamento
	in09GQPC - Implantação de Programas de incentivo à pós-graduação lato e stricto sensu	Abertura de vagas pelo ISCP	Em andamento
	in10GQPC – Fortalecimento dos mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública	Iniciativas do CPQV (Assistência Psicossocial)	Em andamento
		Modernização e atualização de legislações que impactam diretamente na valorização do policial militar	Aguardando informação
	in11GQPC - Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública	Participação em editais da FAP/DF	Aguardando informação
CBMDF	in02GQPC - Aumento na capacitação no tema de gestão	Produção de Aulas em EAD	Em andamento
	in03GQPC - Intensificação de capacitação técnico profissional	Atualização do conhecimento sobre áreas e situações de risco.	Cancelado
		Programa de Capacitação e Gestão de Pessoas por competências no âmbito do CBMDF.	Cancelado

		13º Congresso de Pregoeiros.	Concluído
		Aprovar Revista Técnica-Científica.	Concluído
		Pesquisa e Desenvolvimento de LGE Institucional.	Cancelado
		Realizar pesquisa em técnicas de combate a incêndio e comportamento do fogo	Concluído
		Criação do Sistema de Pesquisa e Treinamento em Prevenção, Combate e Investigação de Incêndio.	Concluído
		Criar sistema de treinamento tático-operacional de incêndio.	Cancelado
		Credenciar o CBMDF como Instituição de Ensino Superior	Cancelado
	in05GQPC - Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	Comissão designada para a disseminação de conhecimentos que visem a prevenção de violência e assédio contra a mulher	Concluído
	in08GQPC - Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	Acesso às Vagas do Colégio D. Pedro II, Realizar Seminário para Prevenção ao Suicídio e Doenças Ocupacionais e Inaugurar a nova Policlínica	Concluído
	in09GQPC - Implantação de Programas de incentivo à pós-graduação <i>latu e stricto sensu</i>	Priorização de demandas de capacitações externas para o ano de 2021.	Concluído
		Criação do Instituto de Ensino Superior	Cancelado
	in10GQPC - Fortalecimento dos mecanismos de proteção e	Aprovar a medalha mérito operacional	Cancelado

	valorização dos profissionais de segurança pública	Aprovar a medalha mérito do ensino	Concluído
		Aprovar a medalha mérito do TAF – Portaria	Cancelado
		Criação da medalha mérito desempenho físico	Concluído
		Normatizar a realização de uma formatura semestral em homenagem aos BM que passaram para reserva naquele período	Concluído
	in11GQPC - Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública	Ampliar as parcerias institucionais para disponibilização de cursos de interesse bombeiro militar.	Cancelado
DETRAN	in02GQPC - Aumento na capacitação no tema de Gestão.	Programa de Desenvolvimento de lideranças	Paralisado
	in03GQPC - Intensificação de capacitação técnico profissional (1)	Programa Formação Inicial e Continuada	Em andamento
	in08GQPC - Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	Programa de Atenção, Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores e colaboradores do Detran/DF - PRÓ SERV/DF.	Em andamento
	in09GQPC - Implantação de Programas de incentivo à pós-graduação <i>latu e stricto sensu</i>	Programa de Incentivo à Pós- graduação	Paralisado
	in10GQPC - Fortalecimento dos mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública	Pró Serv.	Não Iniciado
	in11GQPC - Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública	Parcerias com Universidades para aprimoramento dos serviços de segurança prestados à população.	Não Iniciado

SEAPE	in03GQPC - Programa de Capacitação Continuada - Subprograma de Prevenção de Crises	Habilitação em situações de boas práticas e prevenção de crises, bem como contenção de crises leves	Concluído Parcialmente
	in03GQPC - Programa de Capacitação Continuada - Subprograma de Fiscalização Policial	Capacitação técnico profissional - fiscalização policial de medidas restritivas de liberdade	Concluído Parcialmente
	in03GQPC - Programa de Capacitação Continuada - Subprograma de Policiamento e Contenção de Crises.	Capacitação técnico profissional - gerenciamento, isolamento e contenção de crises	Em andamento
	in03GQPC - 2ª etapa do Curso de Formação Profissional.	Formar policiais penais nas habilidades básicas de armamento e tiro, escolta armada e algemamento, IMPO e Imobilizações Táticas	Concluído Parcialmente
	in11GQPC - Pesquisas Acadêmicas oriundas de parcerias autorizadas por Ordem Judicial	Instrução e Execução dos Processos de Pesquisa Acadêmica realizados no interior dos estabelecimentos prisionais	Em andamento
CM	in02GQPC - Aumento na capacitação no tema de gestão	Implementar Programa de Capacitação Continuada em Gestão e Governança	Em andamento
	in03GQPC - Intensificação de capacitação técnico profissional	Implementar Programa de Atualização Continuada em armamento institucional e treinamento de técnicas e táticas policiais	Em andamento
		Implementar Programa de Atualização Continuada nos conhecimentos e técnicas de segurança pessoal e de autoridades	Em andamento



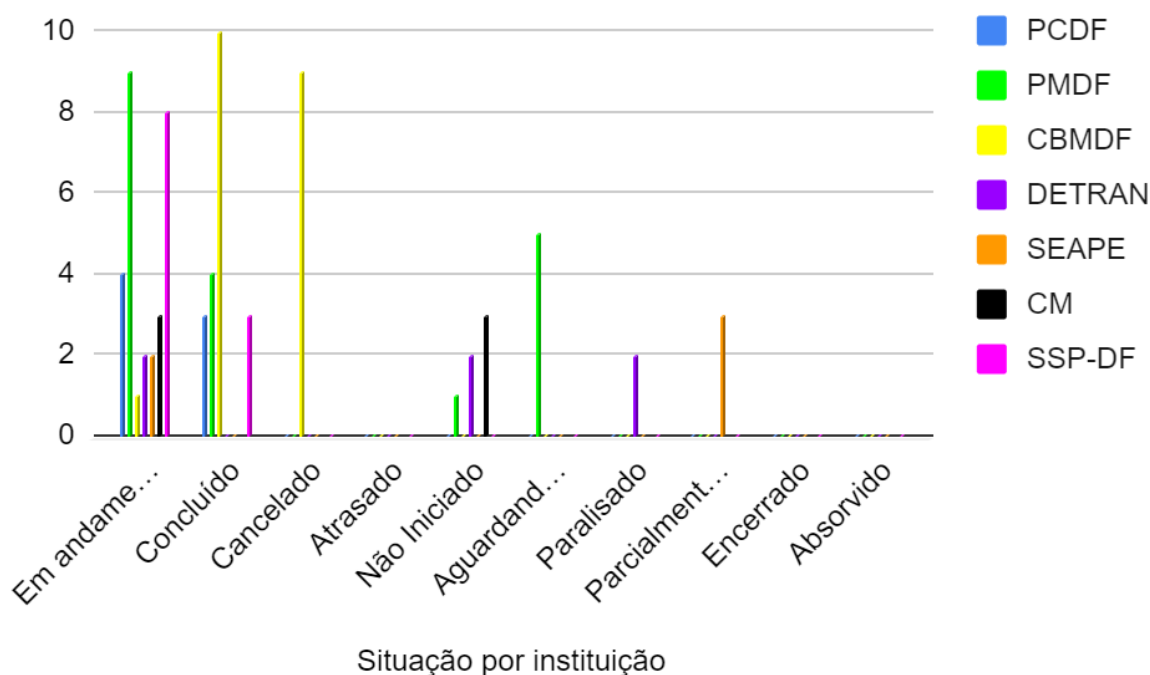
	in08GQPC - Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	SEM PROJETO	Não Iniciado
	in10GQPC - Fortalecimento dos mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública		Não Iniciado
	in14GQPC - Estruturação do Banco de Informações Distritais sobre Educação em Segurança Pública - BIDESP		Não Iniciado
SSP-DF	in02GQPC - Aumento na capacitação no tema de gestão. Requisito parcial de nota de avaliação de desempenho	Programa de Desenvolvimento Profissional	Em andamento
	in03GQPC - Intensificação de capacitação técnico profissional	intensificação de capacitação técnico profissional operacional	Em andamento
	in08GQPC - Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	Renovação da frota de viaturas da SSP	Concluído
		Estruturação da Gerência de Atendimento Biopsicossocial do Servidor e criação de Unidade Itinerante de Atenção Biopsicossocial	Concluído
	in09GQPC - Implantação de Programas de incentivo à pós-graduação latu e stricto sensu	Implantação de Programas de incentivo à pós-graduação latu e stricto sensu	Em andamento
	in10GQPC - Fortalecimento dos mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública	Estruturação de unidades itinerantes de promoção à saúde dos órgãos de segurança pública	Concluído
Aprimoramento do condicionamento físico dos profissionais de segurança		Em andamento	

		Fortalecimento dos mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública	Em andamento
	in11GQPC - Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública	Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública	Em andamento
	in13GQPC - Desenvolvimento de banco de boas práticas.	Estruturação do Banco de Informações Distritais sobre Educação em Segurança Pública-BIDESP	Em andamento

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Com o objetivo de refinar as informações delineadas no Quadro 9, foi formulado o Gráfico, que representa a situação referente à dimensão IX - Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento organizada por instituição.

**Gráfico 9: Status da Dimensão Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento por Instituição.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Como evidenciado no Gráfico 9, a PCDF possui o quantitativo de 7 projetos/ações em desenvolvimento encontrando-se 57,1% em andamento e 42,9% concluídas, a PMDF é a segunda maior implementadora de projetos no âmbito da presente dimensão, com 19 projetos onde 47,4% dos projetos desenvolvidos estão em andamento, seguido 26,3% aguardando informação na época da elaboração do estudo e com 21,1% constando como já concluídas, a CBMDF é o principal implementador desta dimensão com 20 projetos/ações, contudo ele é a força de segurança pública que mais cancelou projetos no decorrer da implementação desta dimensão, sendo assim 55% dos projetos foram concluídos ou estão em andamento e 45% encontram-se como cancelados, contudo essa não é uma perspectiva pessimista mas de alinhamento aos objetivos propostos pelo PDISP, o DETRAN possui um quantitativo de 6 projetos os quais estão divididos entre em andamento, não iniciado e paralisado possuindo um percentual simétrico de 33,3% entre os status de situações da presente dimensão, a SEAPE apresenta 5 projetos os quais contém 60% dos projetos parcialmente concluídos e 40% em andamento, conseguinte a CM apresenta respectivamente 6 projetos/ações os quais compõem 50% em andamento e 50% não iniciado e por derradeiro a SSP/DF apresenta-se com 11 ações das quais 72,7% constam com o status em andamento e 27,3% como não iniciadas.

A presente dimensão comporta a maior quantitativo de iniciativas e projetos/ações em pleno desenvolvimento no âmbito do Distrito Federal utilizando-se o PDISP com instrumento norteador, com 74 projetos desenvolvidos a presente dimensão demonstra que 39,2% das ações desenvolvidas constam com o status em andamento e respectivamente 27% concluídas e 12,2% canceladas. Mediante a apresentação do Gráfico 9 observa-se a diversidade de iniciativas e projetos/ações desenvolvidos com foco na Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento, expondo o engajamento organizacional proposto pelo plano no tópico 1.2 do presente estudo.

A Dimensão X - Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários (GROE) atua seguindo 1 objetivo proposto pelo PDISP, o qual baseia-se em assegurar a viabilidade orçamentária e financeira das iniciativas de segurança, mediante esta dimensão são desenvolvidas as estratégias elencadas no tópico 1.2 do presente estudo, os quais constituem as iniciativas, projetos e ações, conforme apresentado no Quadro 10.

O Quadro 10, apresenta como a dimensão Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários vem sendo desenvolvida, relacionando os órgãos responsáveis pela

implementação, a descrição da iniciativa que está sendo desenvolvida, visando o atendimento das estratégias e de forma conseguinte os objetivos propostos pelo Plano Distrital de Segurança Pública, bem como os projetos e ações elaborados objetivando o atendimento das iniciativas propostas e por fim apresenta o status de progresso do projeto/ação.

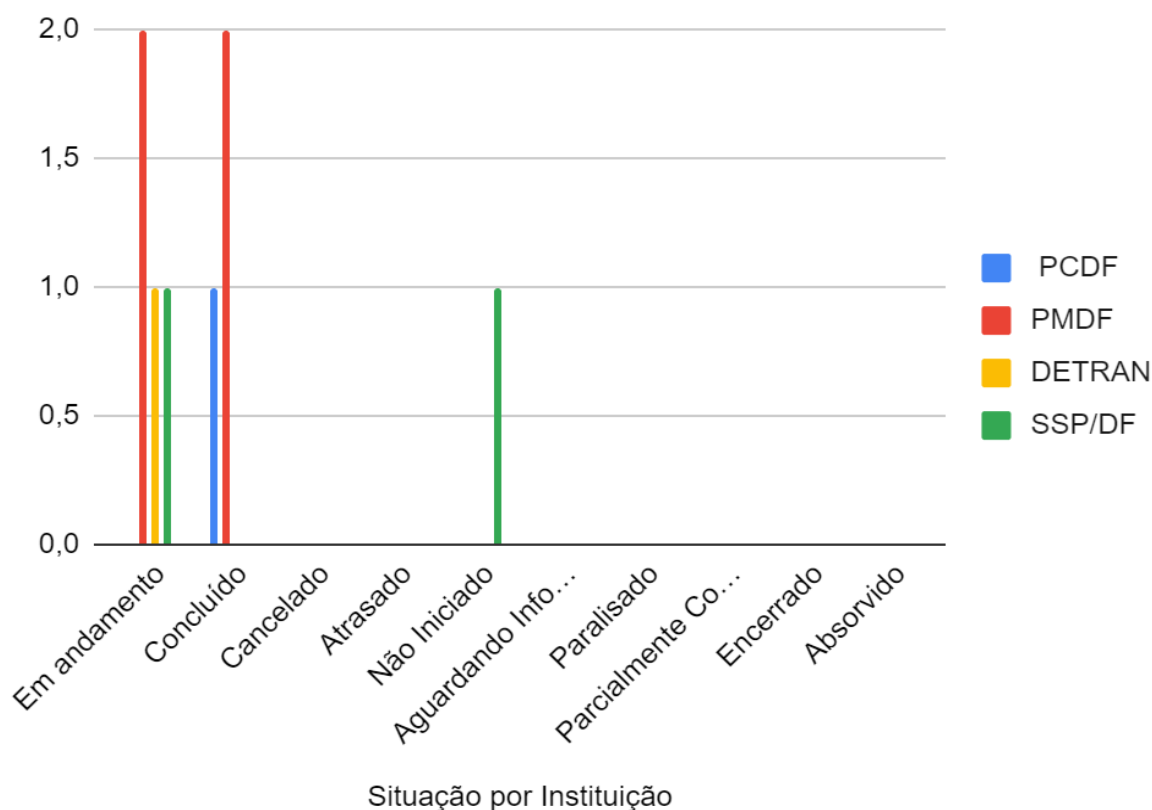
**Quadro 10 - Dimensão X - Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários – GROE**

Órgão Responsável	Descrição da Iniciativa no PDISP	Título do Projeto/Ação	Status
PCDF	in02GRF - Implantação e aperfeiçoamento de plano de compras	Plano Anual de Compras e Contratações - PACC	Concluído
PMDF	in02GRF - Implantação e aperfeiçoamento de plano de compras	Processo de Compras e Plano de Suprimento Anual	Em andamento
		Simpósio de Logística	Em andamento
		Simpósio de Tecnologia	Concluído
		Sistema SGPOL-SC	Concluído
DETRAN	in02GRF - Implantação e aperfeiçoamento de plano de compras	Aperfeiçoamento do Plano de Compras	Em andamento
SSP-DF	in01GRF - Compartilhamento de experiências para diagnóstico de metodologia de elaboração do plano orçamentário.	Compartilhamento de Experiências para diagnóstico de metodologia de elaboração do plano orçamentário	Não Iniciado
	in03GRF - Estruturação do Regime de Contratações em Cooperação – RECC	Estruturação do Regime de Contratações Integradas (RECI)	Em andamento

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Para melhor visualização das informações apresentadas no Quadro 10, elaborou-se, o Gráfico 10 com a situação relacionada à dimensão X - Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários por instituição.

**Gráfico 10: Status da Dimensão Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários por Instituição.**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Conforme se observa no Gráfico 10, a PCDF detém um projeto já concluído, a PMDF por sua vez contém 4 projetos os quais 50% estão em andamento e 50% concluídos, já o DETRAN apresentou 1 projeto que ainda está em andamento, em conclusão a SSP/DF expõe 2 projetos os quais constam como 50% estão em andamento e 50% não iniciado.

A presente dimensão apresenta o contexto financeiro do plano e um ponto a ser observado que a partir da análise do anexo X do presente estudo, observa-se que nenhuma iniciativa foi desenvolvida no primeiro ano do primeiro biênio, sendo que as principais iniciativas serão desenvolvidas a contar do segundo ano do primeiro biênio.

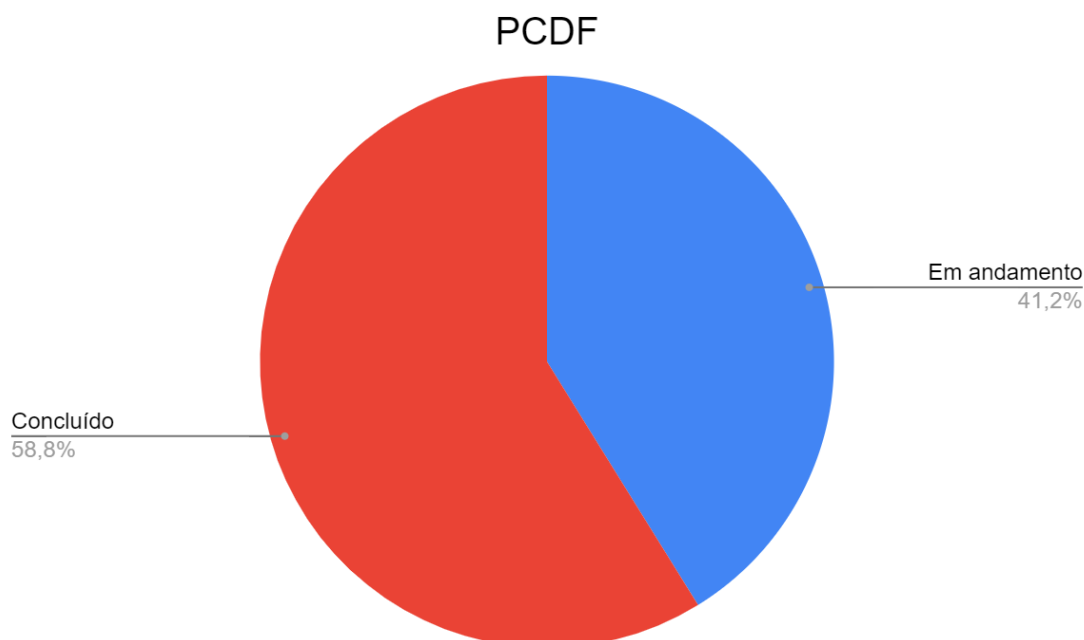
Após o levantamento das dimensões, objetivos, iniciativas e projetos/ações foi realizado uma investigação acerca do percentual de implementação dos projetos/ações por instituição, o qual procurou-se verificar em um contexto geral o quanto foi implementado das 10 dimensões

em cada força de segurança pública, a presente análise buscou-se verificar a aderência das forças de segurança pública aos projeto/ações do Plano Distrital de Segurança Pública.

Os gráficos a seguir, foram desenvolvidos levando em consideração as 10 dimensões no âmbito de cada instituição de segurança pública contida no PDISP, os gráficos foram elaborados contendo 4 aspectos do desenvolvimento do Plano Distrital, como (em andamento, concluído, cancelado e não iniciado), nas respectivas forças de segurança pública: Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Secretaria de Administração Penitenciária, Casa Militar e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, os gráficos que não compreenderem um dessas situações citada assim, não foram apresentados na legenda do gráfico.

O primeiro gráfico a ser apresentado é o da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), nele é apresentado o percentual de progresso dos 34 projetos desenvolvidos por aquela polícia no âmbito do Plano Distrital, neste gráfico não foram apresentados nenhum projeto/ação cancelado ou não iniciado, conforme observa-se no Gráfico 11: Percentual de progresso do PDISP na PCDF.

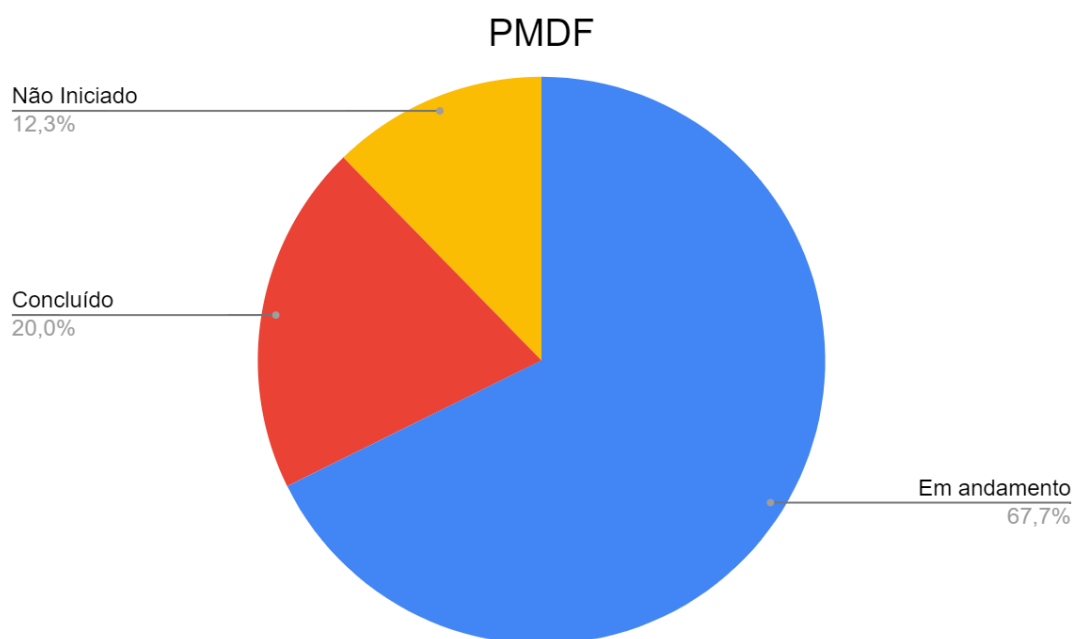
**Gráfico 11: Percentual de progresso do PDISP na PCDF**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

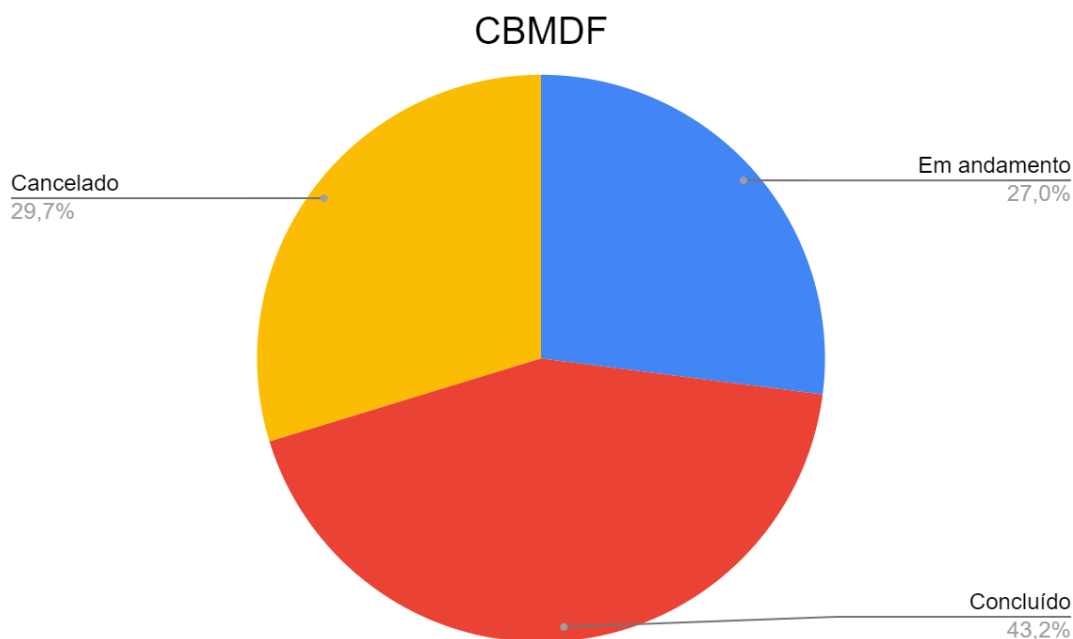
O segundo gráfico a ser apresentado é o da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), nele é apresentado o percentual de progresso dos 65 projetos desenvolvidos por aquela polícia no âmbito do Plano Distrital, neste gráfico não foram apresentados nenhum projeto/ação cancelado, conforme observa-se no Gráfico 12: Percentual de progresso do PDISP na PMDF.

**Gráfico 12: Percentual de progresso do PDISP na PMDF**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

O terceiro gráfico a ser apresentado é o do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), nele é apresentado o percentual de progresso dos 37 projetos desenvolvidos por aquele Corpo de Bombeiros no âmbito do Plano Distrital, neste gráfico não foram apresentados nenhum projeto/ação não iniciado, conforme observa-se no Gráfico 13: Percentual de progresso do PDISP na CBMDF.

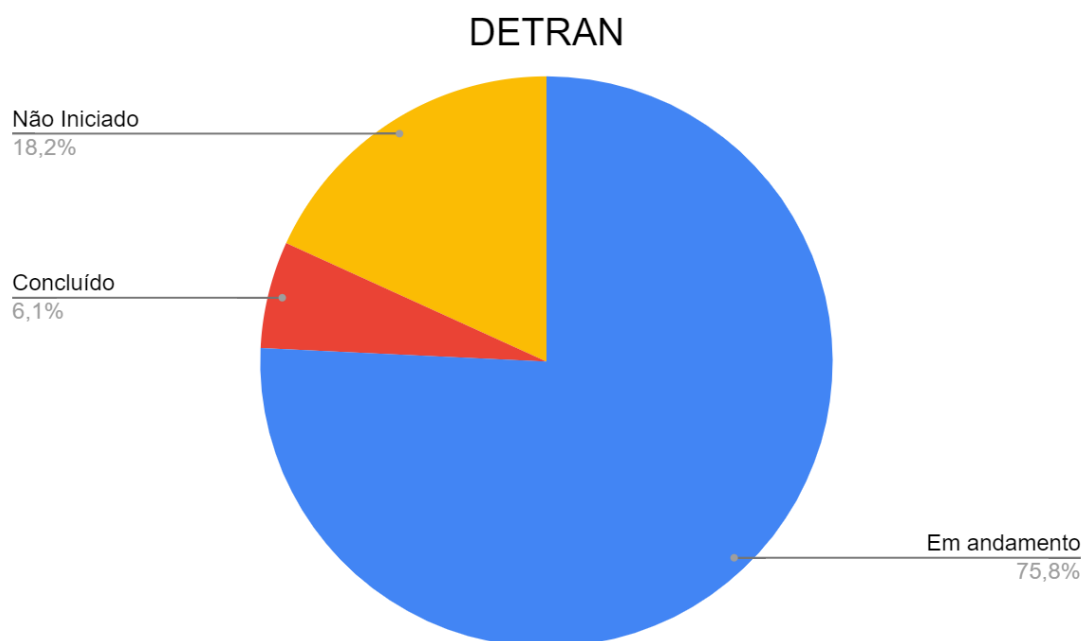
**Gráfico 13: Percentual de progresso do PDISP na CBMDF**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

O quarto gráfico a ser apresentado é o do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF), nele é apresentado o percentual de progresso dos 33 projetos desenvolvidos por aquele Departamento de Trânsito no âmbito do Plano Distrital, neste gráfico não foram apresentados nenhum projeto/ação cancelado, conforme observa-se no Gráfico 14: Percentual de progresso do PDISP no DETRAN/DF.

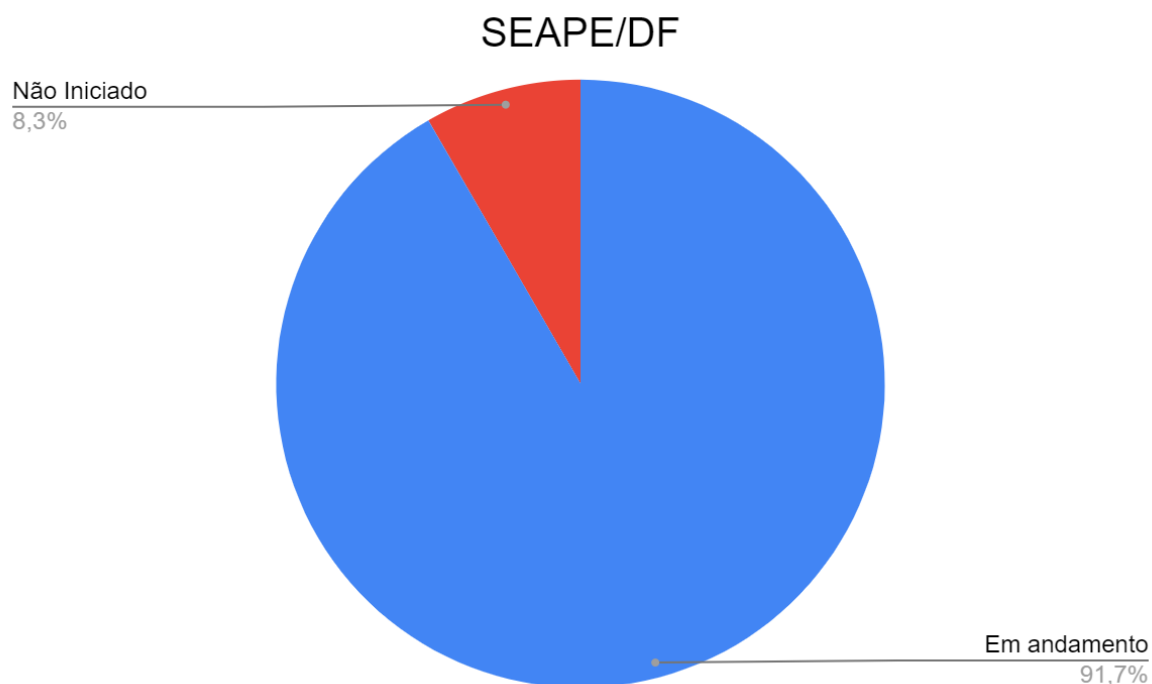
**Gráfico 14: Percentual de progresso do PDISP no DETRAN/DF**





**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

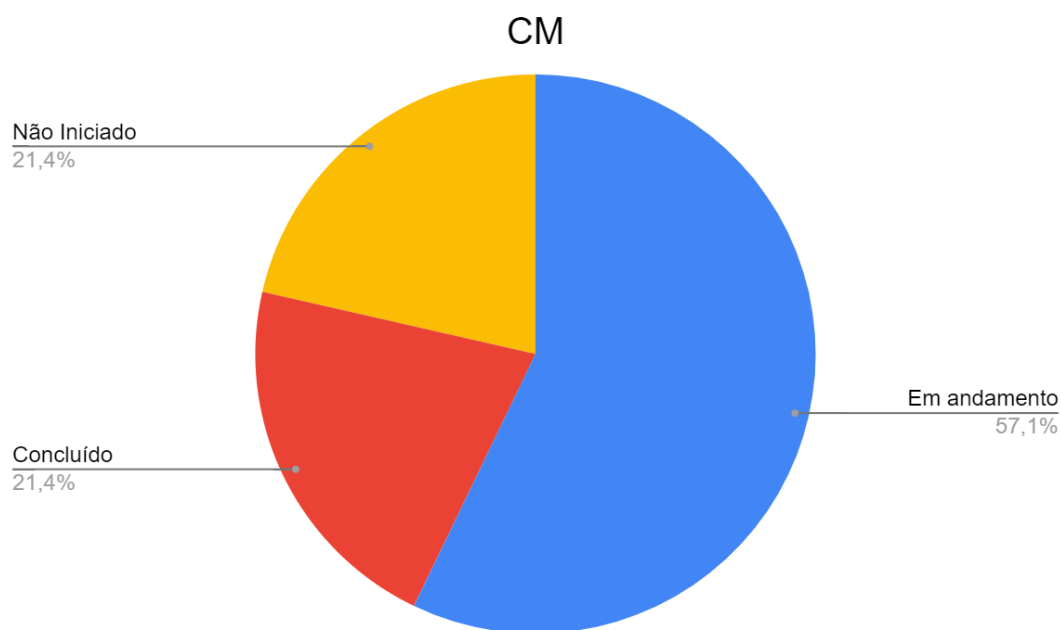
O quinto gráfico a ser apresentado é o da Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE/DF), nele é apresentado o percentual de progresso dos 12 projetos desenvolvidos por aquela Secretaria de Administração Penitenciária no âmbito do Plano Distrital, neste gráfico não foram apresentados nenhum projeto/ação cancelado ou concluído, conforme observa-se no Gráfico 15: Percentual de progresso do PDISP na SEAPE/DF.

**Gráfico 15: Percentual de progresso do PDISP na SEAPE/DF**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

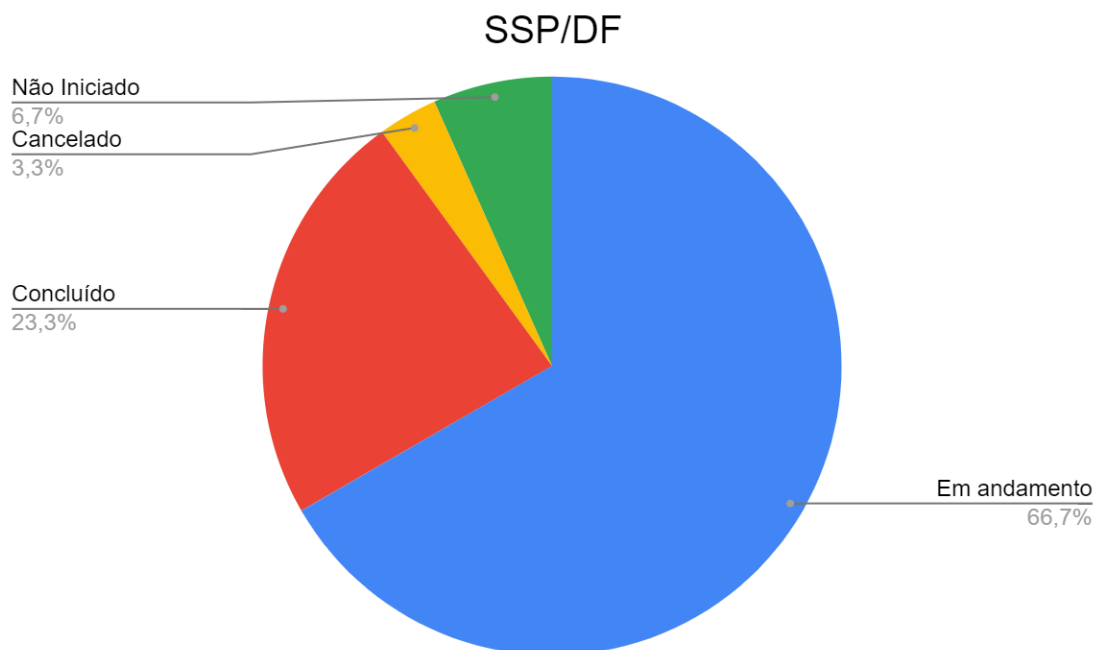
O penúltimo gráfico a ser apresentado é o da Casa Militar (CM), nele é apresentado o percentual de progresso dos 14 projetos desenvolvidos por aquela Casa Militar no âmbito do Plano Distrital, neste gráfico não foram apresentados nenhum projeto/ação cancelado, conforme observa-se no Gráfico 16: Percentual de progresso do PDISP na CM.

**Gráfico 16: Percentual de progresso do PDISP na CM**



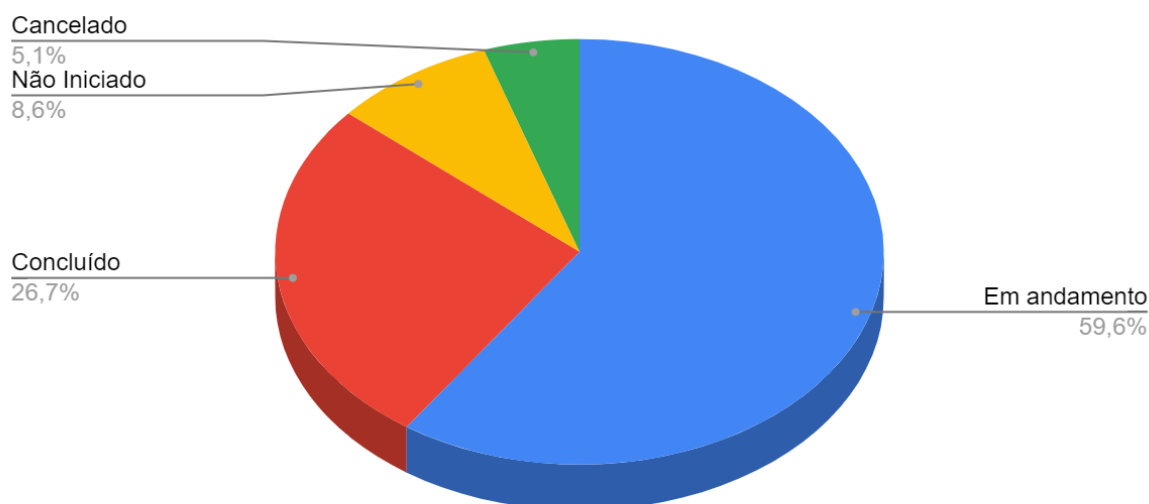
**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

O último gráfico deste sequencial a ser apresentado, é o da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), nele é apresentado o percentual de progresso dos 60 projetos desenvolvidos por aquela Secretaria de Segurança Pública no âmbito do Plano Distrital, conforme observa-se no Gráfico 17: Percentual de progresso do PDISP na SSP/DF.

**Gráfico 17: Percentual de progresso do PDISP na SSP/DF**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

Para uma melhor compreensão dos gráficos apresentados, elaborou-se, o Gráfico 18 com um panorama geral da atual situação dos projetos/ações desenvolvidas no âmbito do 1º Ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública, onde foi levado em conta os mesmos 4 aspectos do desenvolvimento do Plano Distrital, como (em andamento, concluído, cancelado e não iniciado), a partir desse panorama observa-se que dos 255 projetos desenvolvidos pelas forças de segurança pública, 152 ou o equivalente a 59,6% dos projetos estão em andamento, observa-se de mesmo modo, que 68 dos 255 projetos já se encontram concluídos gerando um percentual de 26,7% de conclusão, bem como vale ressaltar o percentual de cancelados e não iniciados, sendo que dos 255 somente 13 ou 5,1% foram cancelados, evidenciando assim todo o esforço e comprometimento das forças de segurança pública do Distrito Federal para impulsionar o desenvolvimento do Plano Distrital de Segurança Pública, em sequência verifica-se ainda, que 22 projetos/ações ainda não foram definidos ou iniciados demonstrando que 8,6% dos projetos ainda estão sendo pensados e aprimorados buscando ainda mais uma integração e aperfeiçoamento entre as forças de segurança pública por um Distrito Federal melhor e mais seguro.

**Gráfico 18: Percentual de progresso do PDISP****Panorama Geral dos Projetos/Ações do PDISP**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão do Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP: 2022 – 2031 - Ano Base 2022.

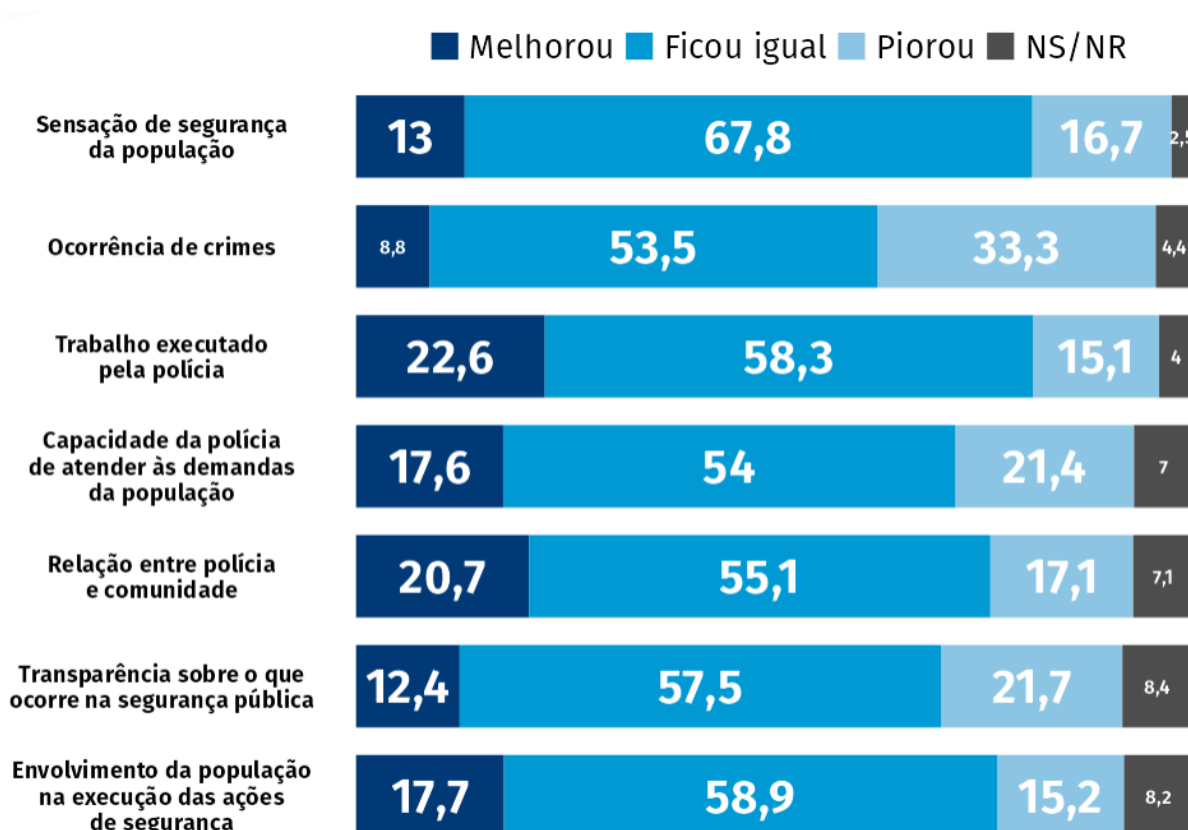
Assim, o relatório apresenta ainda alguns resultados observados no decorrer da implementação do 1º ciclo do Plano Distrital como a queda no número de homicídios, latrocínios, feminicídios, crimes contra o patrimônio, roubo a comércios e furtos a veículos, bem como apresenta perspectivas e considerações acerca do que esperar para os próximos anos da segurança pública no Distrito Federal.

Por fim, observou-se que as forças de segurança pública com um melhor diálogo com a Secretaria de Segurança Pública apresentaram um melhor desenvolvimento do plano, com projetos mais estruturados e com um percentual mais elevado de implementação, conforme apresentado nos gráficos de número 11 a 17, sendo um dos possíveis obstáculos uma eventual quebra de gestão e de alinhamento entre as forças e a SSP/DF. Por meio desta análise, compreendeu-se como a burocracia do nível de rua desenvolveu-se no âmbito do Plano Distrital, sendo que o PDISP foi desenvolvido buscando uma maior integração e igualdade entre as forças, contudo na visão dos implementadores e por meio das entrevistas verificou-se que há

particularidades e peculiaridades na implementação em cada instituição contidas no Plano Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal.

Para trazer uma maior robustez aos dados ora mencionados foi realizado uma consulta junto ao Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal, acerca da percepção da atuação do Governo do Distrito Federal na segurança pública, a referida consulta foi realizada no relatório nº 06/2023 o qual discorre acerca da criminalidade e percepção sobre segurança pública no Distrito federal, o referido relatório foi confeccionado por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), a partir da entrevista de 1001 residentes no DF, as quais ocorreram no decorrer do mês de maio de 2023, elaborando-se o Gráfico acerca da percepção da atuação do governo do DF na segurança pública, que mensura a percepção dos entrevistados nos últimos 12 meses, conforme observa-se na Figura 5:

**Figura 5: Percepção da atuação do Governo do DF na segurança pública (%)**



Fonte: Bertholini, F. *et.al.* (2023. p. 9).

A partir da Figura 5, observa-se um contraponto em relação às melhorias apresentadas pelas forças de segurança pública e a observada pela população, mostrando que a política de

segurança pública apesar de estar se desenvolvendo de forma ampla, essa sensação de segurança ainda não consegue ser percebidas pela população do Distrito Federal.

### **4.3 Análise de Conteúdo das Entrevistas**

Conforme mencionado por Bardin (2011, p. 125), a Análise de Conteúdo compreende diversas etapas de análise, que incluem a pré-análise (organização), a exploração do material (codificação, categorização) e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Esta abordagem é considerada uma construção social que deve sempre seguir a orientação teórica da pesquisa.

O processo de Análise de Conteúdo iniciou-se com a pré-análise, que envolveu a seleção do material a ser investigado e a leitura exploratória ou "flutuante" da entrevista dos representantes das forças de segurança pública do DF, conforme explicado por Bardin (2011, p. 126). Posteriormente, o texto foi editado para constituir o corpus da pesquisa, enfocando especificamente as respostas dos entrevistados e excluindo a parte inicial (apresentação do entrevistado) e as perguntas do entrevistador.

A etapa seguinte envolveu a classificação propriamente dita: após a codificação do texto, foram criadas as categorias (Unidades de Registro), seguindo as diretrizes de Bardin para a elaboração de categorias eficazes, tais como exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade/fidedignidade e produtividade (Bardin, 2011, p. 149-150).

Em continuidade, os trechos da fala do entrevistado (Unidades de Contexto) foram selecionados e agrupados em categorias, as quais foram definidas com base nos principais temas abordados na entrevista. Finalmente, foram realizadas as primeiras inferências e interpretações sobre o conteúdo, representando, de certa forma, uma "análise de conteúdo sobre a análise de conteúdo" (Bardin, 2011, p. 169). Essas interpretações foram detalhadas nos quadros 11 a 13, apresentando as cinco categorias identificadas (na coluna esquerda), as respectivas falas do entrevistado (na coluna central) e as inferências do autor com base no que foi dito (na coluna direita).

#### **4.3.1 Análise do processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.**

**Quadro 11: Análise de conteúdo da entrevista sobre o processo de implementação**

Tema (unidade de Registro)	Trechos da fala do Entrevistado (unidade de contexto)	Inferências iniciais (“A Análise de Conteúdo sobre a Análise de Conteúdo”)
<p>Processo de Implementação (Cronograma, Capacitação e Monitoramento)</p>	<p>Entrevistado 1:</p> <p>“Todo o Planejamento foi coordenado tecnicamente por estes entrevistados, mas tudo foi validado, as diretrizes e os acordos, as coisas que deveriam ser, foi feito com a concordância tanto dos órgãos vinculados à Secretaria.”</p> <p>“[...] Então, sim, é todos participam todos validam”</p> <p>“Dos portfólios dessa forma, então, não temos, em termos de cronograma, mas a gente tem os marcos de prazo expectativa dessas entregas”</p> <p>“no primeiro ciclo, ele nasce com uma dificuldade, é um processo novo de trazer o envolvimento das forças nesse sentido. o nosso Plano, ele tem 10 dimensões, ele tenta abordar também a área meio, que é uma área muito negligenciada.</p> <p>“Então as dificuldades são realmente de cuidar das áreas, conseguir entender é fazer as apresentações e a gente está ainda num ciclo incremental de amadurecimento. A gente teve passos interessantes, mas outros ainda, a gente gostaria de estar mais avançado”</p> <p>“A gente desenvolve workshops pontuais, [...] tem é um sistema, é, a gente tem um comitê de áreas estratégicas, que são as áreas que cuidam do plano, e esse comitê a gente pode direcionar entre si.”</p> <p>“O monitoramento tem sido de maneira periódica, a gente está desenvolvendo inclusive uma</p>	<p>- O planejamento está presente no ciclo de políticas públicas e por meio dessa etapa, são formuladas as principais ideias, objetivando a tomada de decisão.</p> <p>- Os três pontos de uma implementação eficaz, estão presentes no autoconhecimento, aceitação e articulação.</p> <p>- Para implementar um programa são</p>



	<p>ferramenta para que a gente possa desenvolver um mapa das entregas.”</p> <p>“É com essa evolução dessa ferramenta, que as coisas vão facilitar bastante”</p> <p>Entrevistado 2:</p> <p>“[...] o que a gente faz é fazer esse alinhamento e trazer pro PDISP essas questões que a gente já tem estruturado internamente”</p> <p>“A gente estabelece a estrutura analítica do projeto, que é AEP que constitui as grandes entregas dos grandes Marco do projeto e todas as atividades relacionadas para se desenvolver para se entregar esses marcos, essas grandes entregas para cada atividade dessa a gente tem um responsável.”</p> <p>“Foi um processo bem colaborativo, das forças de segurança junto com a SSP.”</p> <p>“à área técnica aqui que a gente tem uma sessão específica para gerenciamento de projetos, então é especificamente para execução do PDISP existem as reuniões que a gente participa”</p> <p>“Isso é firmado nas reuniões que têm também um caráter de capacitação específica para a gente entender o funcionamento do PDISP”</p> <p>“Eles fizeram um sistema onde a gente está colocando as metas, as iniciativas, os projetos, e a gente vai ter possibilidade de fazer esse report nesse sistema”</p> <p>Entrevistado 3:</p> <p>“A resposta, pode ser objetiva, sim!”</p> <p>“Assim a gente discutiu agora o grau de discussão e aprofundamento”</p>	<p>necessárias diversas ações, como a alocação de conhecimento e recursos.</p> <p>- A implementação é um processo sequencial que requer interações complexas.</p> <p>- O processo de implementação é a continuação do processo de formulação da política ou programa.</p>
--	--	---

	<p>“Não foram feitas reuniões presenciais, foi por meio de documentação”</p> <p>“Não. Na essência pegou as rotinas e os projetos que a gente já faz aqui, inseriu eles no plano.”</p> <p>“O PDISP, ele vem sendo implementado e a gente participou de algumas reuniões das quais foram os demandados.”</p> <p>“Não. Até tem alguns que estão contribuindo com os projetos e ações que se perguntar o que é PDISP, eles não vão saber?”</p> <p>“O monitoramento ocorre pelo EXCEL mesmo e por meio do telefone (ligação)”</p> <p>“Quem sabe a gente consiga algum tipo de ferramenta que possa nos ajudar sobre isso”</p> <p>Entrevistado 4:</p> <p>“é positiva a SSP/DF desde o início realizou reuniões prévias, né, para discutir e apresentar e desenvolver o plano de segurança pública.”</p> <p>“É teve o cronograma porque, a cada etapa se estabelecia.”</p> <p>“Cada algo deveria ir evoluindo ao longo do tempo”</p> <p>“o Plano ele é novo, ele está em fase até de maturação”</p> <p>“Sim, há algumas reuniões e palestras e encontros todos realizados pela SSP.”</p> <p>“houve a capacitação, uma discussão, a explanação Com certeza.”</p> <p>“Houve, sim, a participação de vários servidores.”</p>	<p>- As dificuldades de implementação são inerentes do próprio processo de implementação seja um programa ou política, observa-se no tópico 2.3, do presente estudo as dificuldades de uma implementação eficaz.</p> <p>- O cronograma é o principal norteador de metas e objetivos.</p> <p>- A inexistência de métodos de monitoramento, possibilitam que os burocratas de nível de rua</p>
--	--	--

	“Bem defasada, até porque não houve uma definição bem por parte da SSP de como se daria esse monitoramento”	implementem a política à luz do seu conhecimento.
--	---	---

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com o intuito de aprimorar esta avaliação preliminar, também se utilizou do Software R e RStudio, para a elaboração da lista de frequência de palavras e sua respectiva representação em nuvem de palavras, conforme observa-se na Tabela 1 e Figura 6. Esse método revelou-se bastante eficaz para destacar as 20 palavras mais frequentes nas respostas dos entrevistados, acerca do processo de implementação do Plano Distrital, sendo as maiores na imagem, naturalmente, aquelas mais mencionadas pelos participantes da entrevista.

**Tabela 1: Frequência de Palavras**

Palavras	Frequência
Projetos	29
Pdisp	24
Plano	18
Segurança	13
Pública	11
Ações	9
Alinhamento	9
Capacitação	9
Internamente	9
Cronograma	8
Reuniões	8
Iniciativas	7
Órgãos	7
Secretaria	7
Biênio	6
Ciclo	6
Dificuldade	6
Gerenciamento	6
Governo	6

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

**Figura 6: Nuvem de Palavras**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com o suporte das ferramentas de computação, foi identificado que a categoria predominante na comunicação do entrevistado foi “Projetos”, sendo está a palavra mais proeminente na Figura 6. Na sequência, destacam-se as palavras "pdisp", "plano", "segurança pública" e "alinhamento", respectivamente. Vale ressaltar, entretanto, que nesta etapa da análise, foram consideradas apenas as palavras com cinco ou mais caracteres, conforme observa-se na Tabela 1.

#### **4.3.2 Identificação das principais melhorias e impactos percebidos pelos servidores públicos decorrentes da implementação do Plano.**

##### **Quadro 12: Análise de conteúdo da entrevista sobre os impactos e estratégias.**

Tema (unidade de Registro)	Trechos da fala do Entrevistado (unidade de contexto)	Inferências iniciais (“A Análise de Conteúdo sobre a Análise de Conteúdo”)

<p>Impactos (Melhorias e capacidade de solução dos Problemas de Segurança Pública do DF)</p>	<p>Entrevistado 1:</p> <p>“[...] o plano de segurança pública, ele vem muito mais dá uma organicidade e sedimenta as ações que estavam sendo feitas. Ele traz algumas diretrizes novas, alguns novos compromissos, esses desafios. Acho que vão se sentir dali a partir dos próximos ciclos, É um, então assim é o resultado principal.”</p> <p>“[...] a questão da governança e fazer os comandantes sentarem vale para acompanhar, e essa parte tem acontecido fazer as forças conversaram entre de estruturas de governança já delimitadas e legalmente constituída”</p> <p>“Ela contribui muito para a solução dos problemas, porém é a segurança pública, ela vai mais além, só das nossas ações.”</p> <p>“Eu acho que o principal aspecto é nessa questão de governança”</p> <p>Entrevistado 2:</p> <p>“[...] a gente tem muitos projetos internos que se enquadram, mas outros projetos que a gente não pensaria são esses que a gente propõe ou que a gente entra como executor e tal, dentro do PDISP, e esses projetos muitas vezes tem um impacto muito grande social e na melhoria dos serviços de cada instituição, dada a sinergia e o foco social deles”</p> <p>“Eu acho que é muito difícil a gente mensurar ou afirmar isso, mas o que a gente pode afirmar, que isso é uma hipótese, aqui é, os impactos são totalmente positivos”</p> <p>Entrevistado 3:</p> <p>“as melhorias que a gente tem notado aqui são significativas”</p>	<p>- Os planos de segurança pública foram instituídos visando uma articulação entre as forças de segurança pública, oportunizando a cooperação entre os entes e instituições sem que ocorra a apropriação da autonomia de outrem.</p> <p>- A falta de equilíbrio de poder no sistema de implementação</p>
--	--	---

	<p>“É uma resposta um pouco complexa, nunca é o suficiente, mas eu acho que é necessário, eu acho que é suficiente não, mas eu acho que contribui bastante.”</p> <p>Entrevistado 4:</p> <p>“[...] integração dos órgãos da segurança pública”</p> <p>“Mas os resultados finais a gente só vai poder validar assim, ao final do ciclo.”</p> <p>“Então o projeto é exitoso e agora, como a gente não tem esses resultados, não posso te dizer.”</p> <p>“Sim, está em fase de melhoramentos a própria SSP vem buscando uma forma de que a indicadores, então assim o programa está no início.”.</p>	<p>impacta a própria política ou programa.</p> <p>- A lei do Sistema Único de Segurança Pública, tem como prerrogativa a unificação e a integração entre as forças de segurança pública.</p>
<p>Estratégias (Táticas e Obstáculos).</p>	<p>Entrevistado 1:</p> <p>“[...] A gente utiliza sensibilização”</p> <p>“A gente utiliza o processo de convencimento.”</p> <p>“[...] depende muito da priorização que o gestor dá para os aspectos da gestão e do planejamento.”</p> <p>“Isso acaba sendo sazonal e acaba sendo cíclico”</p> <p>“Mudança da alta gestão foi gerada tanto com intervenção quanto no caso”</p> <p>“[...] a instabilidade do Ministério da Justiça com relação às diretrizes com relação às políticas”</p> <p>“A primeira versão dele tinha um relacionamento de cada iniciativa com o estado e esse plano não</p>	<p>- Os implementadores têm esse papel de articulação, buscando o alcance dos objetivos.</p>

	<p>trouxe todas as mudanças geraram algumas dificuldades para a gente.”</p> <p>“[...] o nível de maturidade em gerenciamento de programas de projeto dos órgãos, Como nós temos algumas bolsas mais avançadas, com mais maturidade, outras com menos.”</p> <p>“à falta de disponibilidade dos órgãos de colocar os servidores sempre a disposição da agência sempre que convocados, estão presentes e tudo é pensado”</p> <p>Entrevistado 2:</p> <p>“à estratégia foi buscar dentro da nossa carteira de projetos os projetos que tinham alinhamento com PDISP e a gente também participou ativamente na construção do PDISP em todo o tempo”</p> <p>“Foi bem ativa, então a coisa foi sendo construída já com um alinhamento”</p> <p>“pontos de controle e monitoramento no sentido das reuniões em que a gente fazia novos alinhamentos, retirava, colocava, deixou a coisa muito mais fluida”</p> <p>“[...] a gente não tinha um canal de comunicação via sistema.”</p> <p>“O problema era essa fluidez no trânsito de informações e que é melhorada significativamente a partir de um sistema que faz o gerenciamento desses projetos, iniciativas e ações.”</p> <p>Entrevistado 3:</p> <p>“à estratégia que a gente tem adotado é conversar levando pra alta direção para pode ver se eles avalizam, buscando o patrocínio, então a gente vai conversar com patrocinadores para ajudar a gente nessa questão.”</p>	<p>- Um fator que interfere no andamento dos programas desenvolvidos é a mudança de gestão, diversos autores afirmam esse pensamento.</p> <p>- O desenvolvimento da gestão estratégica se mostra como um dos diferenciais, quando se fala em implementação.</p> <p>- A decisão no âmbito de programas ou políticas, demanda dos atores envolvidos uma</p>
--	---	---

	<p>“Obstáculo interno, estão muitos inerentes a maturidade, inerentes, a maturidade de planejamento da administração pública no geral, você encontra, é essa resistência, essa dificuldade é uma coisa mais, um relatório a mais para se fazer.”</p> <p>“[...] tem a questão que o Secretário trocou gestores só aqui eu já estou no terceiro diretor, é indo lá fazer reuniões do comitê de gestão.”</p> <p>Entrevistado 4:</p> <p>“O problema é que, com a rotatividade de servidores dos vários que participaram hoje, vários já não estão mais no programa, não são os mesmos que participaram apesar de estarem dentro dos mesmos setores.”</p> <p>“Eu vi impacto na própria execução é falta de recursos humanos e financeiros, e o fato, muito é a rotatividade, havendo a quebra da continuidade do segmento, isso aí prejudica bastante.”</p>	<p>reflexão acerca das estratégias a serem adotadas visando uma tomada de decisão eficaz.</p> <p>- A dimensão Gestão Qualificada de Recursos Humanos e Conhecimento, do PDISP visa combater essa rotatividade de servidores, por meio da recomposição e valorização do servidor.</p>
--	--	--

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

De mesmo modo, visando enriquecer esta avaliação preliminar, também se utilizou do Software R e RStudio, para a elaboração da lista de frequência de palavras e sua respectiva representação em nuvem de palavras, conforme observa-se na Tabela 2 e Figura 7. Esse método revelou-se bastante eficaz para destacar as 15 palavras mais frequentes nas respostas dos entrevistados, acerca dos impactos e estratégias presentes na implementação do Plano Distrital, sendo as maiores na imagem, naturalmente, aquelas mais mencionadas pelos participantes da entrevista.



Tabela 2: Frequência de Palavras

Palavras	Frequência
Segurança	16
Projetos	14
Pública	9
Pdisp	7
Ssp	7
Áreas	6
Melhoria	6
Ações	5
Órgãos	5
Programa	5
Projeto	5
Ação	4
Ciclo	4
Governança	4

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Figura 7: Nuvem de Palavras



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com o suporte das ferramentas de computação, foi identificado que a categoria predominante na comunicação do entrevistado foi “Segurança”, sendo está a palavra mais proeminente na Figura 7. Na sequência, destacam-se as palavras "projetos", "pública", "pdisp"

e "SSP", respectivamente. Vale ressaltar, entretanto, que nesta etapa da análise, foram consideradas apenas as palavras com três ou mais caracteres, conforme observa-se na Tabela 2.

### 4.3.3 Verificação dos eventuais desafios e obstáculos enfrentados pelos servidores públicos na implementação do Plano Distrital.

**Quadro 13: Análise de conteúdo da entrevista sobre a eficácia e percepção**

Tema (unidade de Registro)	Trechos da fala do Entrevistado (unidade de contexto)	Inferências iniciais (“A Análise de Conteúdo sobre a Análise de Conteúdo”)
Eficácia (Objetivos e Aplicabilidade)	<p>Entrevistado 1:</p> <p>“[...] existe inclusive uma correlação de cada objetivo da nossa política distrital”</p> <p>“A política distrital também é um reflexo da política nacional.”</p> <p>“Então essa correlação inclusive, está no preâmbulo ali do nosso decreto, esses, considerando todos, foram feitos.”</p> <p>“A medição de eficácia é uma percepção subjetiva”</p> <p>“Por que assim a eficácia a gente pode tentar verificar de várias formas.”</p> <p>“Então a eficácia dele depende o tanto que a gente consegue fazer com que as estratégias definidas são no PDISP que sejam prioridades”</p> <p>Entrevistado 2:</p> <p>“A gente teve a conclusão de alguns desses projetos, então assim a gente teve entregas relacionadas a esses projetos.”</p> <p>“A gente teve essa eficácia em alguns pontos.”</p>	<p>- A avaliação de um programa ou política consiste no monitoramento dos resultados alcançados.</p> <p>- A avaliação ex-post é utilizada para verificar o</p>

	<p>“Então assim teve entrega, teve eficácia por parte em alguns projetos e outros a gente vai dar continuidade, estabelecendo novas entregas e novos cronogramas para o próximo ciclo”</p> <p>Entrevistado 3:</p> <p>“Mas os objetivos assim, macros sem entrar nessa parte, eu acho que está tendo bons resultados, mas muito cedo para medir esse ciclo”</p> <p>“[...] se for com relação ao atingimento dos objetivos propostos, a maioria aqui das nossas iniciativas, o que foi proposto foi cumprido”</p> <p>“[...] participou 100% dos de todas as regiões que os conselhos eu conto foi realizado pelo conselho, então, olhando por essa ótica, foi se foi eficiente.”</p> <p>“o primeiro ciclo, eu acho que assim, é complicado de você mensurar, ainda não temos esses mecanismos de mensuração do próprio PDISP”</p> <p>“Legal essa conquista com relação à parte atingir os objetivos, eu acho que de uma certa forma, sim.”</p> <p>“Eu acho que eu não tenho como te responder com relação à eficácia”</p> <p>“[...] a eficácia é muito difícil de você responder essa questão, Porque na minha opinião, ainda está muito cedo para fazer avaliações, até porque você não tem uma base histórica, não tem uma medida de comparação tá começamos agora.”</p> <p>Entrevistado 4:</p> <p>“Resultados pretendidos as metas foram atingidas porque a gente não tem feedback do monitoramento”</p>	<p>cumprimento das metas estabelecidas.</p> <p>- O PDISP traz uma característica intrínseca que é pautada no aprimoramento contínuo das ações desenvolvidas.</p> <p>-A eficácia é o atingimento de metas e objetivos propostos por um</p>
--	---	---

	<p>“Então, depois do monitoramento, a gente poderia ter melhor essa resposta se ele está sendo eficaz ou não”</p>	<p>programa ou política.</p>
<p>Percepção (Assimilação percebida)</p>	<p>Entrevistado 1:</p> <p>“A gente, ter um plano por entidades e tem uma organização”</p> <p>“Eu acho que o principal aspecto é nessa questão de governança”</p> <p>“Acho que isso a gente vai sentindo mais para frente”</p> <p>Entrevistado 2:</p> <p>“[...] não foi uma coisa é nem um pouco traumático ou fora dos processos e projetos que já ocorrem internamente”</p> <p>“Então é bem bacana, coisa que a gente não conseguiria fazer sozinho sem a participação ou a coordenação da SSP.”</p> <p>“[...] se a gente faz uma ação que a gente conseguiu salvar uma vida mais, eu acho que já valeu toda a criação do PDISP um programa, então.”</p> <p>Entrevistado 3:</p> <p>“Parece que a gente carece da troca de informações”</p> <p>“Eu acho que vai demorar”</p> <p>“Tá andando independente do PDISP, Acho que é em relação ao PDISP, ainda está muito incipiente para você obter algum tipo de avaliação.”</p> <p>“talvez isso aí só venha ter algum impacto, vai ter que comparativa daqui a 2,3 ciclos”</p> <p>Entrevistado 4:</p>	<p>- A percepção apresenta as concepções pessoais vivenciadas pelo entrevistado, acerca do andamento de um programa.</p> <p>- A percepção pode ser percebida na forma da atitude, esta demonstra como um entrevistado responde acerca de um questionamento, levando em consideração seus sentimentos e inclinações.</p> <p>- O PDISP proporciona uma política de Estado e não de Governo.</p>

<p>“Acho que a ideia dele é boa, mas no momento, é preciso amadurecer mais para depois a gente ter essa percepção”.</p>
---

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Por fim, visando uma melhor compreensão da avaliação preliminar, também se utilizou do Software R e RStudio, para a elaboração da lista de frequência de palavras e sua respectiva representação em nuvem de palavras, conforme observa-se na Tabela 3 e Figura 8. Esse método revelou-se bastante eficaz para destacar as 20 palavras mais frequentes nas respostas dos entrevistados, acerca da eficácia e percepção presente na implementação do Plano Distrital, sendo as maiores na imagem, naturalmente, aquelas mais mencionadas pelos participantes da entrevista.

**Tabela 3: Frequência de Palavras**

Palavras	Frequência
Projetos	16
Plano	14
Eficácia	10
Pdisp	9
Execução	8
Monitoramento	8
Pública	8
Ações	7
Estratégia	6
Iniciativas	6
Maturidade	6
Política	6
Segurança	6
Objetivos	5
Planejamento	5
Sensação	5
Alinhamento	4
Gestão	4
Impacto	4

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Figura 8: Nuvem de Palavras



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Por fim, com suporte do Software R e RStudio, foi identificado que a categoria predominante na comunicação do entrevistado foi “Projetos”, sendo esta a palavra mais proeminente na Figura 8. Na sequência, destacam-se as palavras "plano", "eficácia", "pdisp" e "execução", respectivamente. Vale ressaltar, entretanto, que nesta etapa da análise, foram consideradas apenas as palavras com cinco ou mais caracteres, conforme observa-se na Tabela 3.

Em resumo, a avaliação do conteúdo das entrevistas, sem dúvida, possibilitou uma compreensão mais profunda da perspectiva dos entrevistados em relação às suas realidades, além de ter sido útil para evidenciar suas percepções acerca da implementação do 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança do Distrito Federal.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo resume as conclusões obtidas na investigação e, ao término, oferece algumas sugestões a serem consideradas em futuras pesquisas acerca da implementação do Plano Distrital.

O presente estudo teve como objetivo geral compreender como se deu a implementação do 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública, segundo a percepção de servidores envolvidos nesse processo.

Para isto, buscou-se investigar como o Plano Distrital de Segurança foi criado, de maneira a identificar quem foram os atores envolvidos na implementação do plano, como ocorreu o processo de implementação do Plano nas respectivas forças de segurança pública, quais as melhorias e impactos percebidos pelos servidores entrevistados decorrentes da implementação do plano, bem como, os desafios e obstáculos enfrentados durante o processo de implementação do 1º ciclo do plano distrital nas respectivas instituições.

A partir da investigação das instituições partícipes, conclui-se que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal é o órgão que coordena e faz as principais articulações acerca da implementação do plano no âmbito do Distrito Federal, bem como as outras instituições, como Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal, fazem em conjunto a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal parte do Conselho Gestor do Plano Distrital de Segurança Pública, sendo estes os principais articuladores e decisores do plano, de forma adicional tem a Secretaria de Administração Penitenciária e a Casa Militar as quais são convidadas e não fazem parte do conselho gestor, devido à natureza jurídica diferente, contudo estas estão vinculadas tecnicamente ao plano de segurança pública, sendo assim elas também participam do processo de implementação do Plano Distrital de Segurança Pública.

O processo de implementação ocorreu com certas dificuldades tanto devido a questões normativas, como a questões relacionadas a própria maturação do plano distrital, sendo esta questão um dos pontos mais abordado pelos entrevistados, pois não foi estabelecido um cronograma de execução específico, contendo somente marcos temporais para viabilizar a execução das entregas, houveram capacitações por meio workshops e reuniões, onde foram feitos diversos alinhamento entre a Secretaria de segurança pública e as instituições, visando a implementação do Plano, de mesmo modo abordou-se a questão do monitoramento, o qual é realizado por meio da solução de coletas de dados construída a partir de outra solução *Low Code* da *Google*: o *Google AppSheet*, onde são Cadastradas/Atualizadas as iniciativas (projetos, ações ou atividades), propostas pelas forças de segurança, assim como a vinculação dessas iniciativas às iniciativas previstas no PDISP e com os Eixos do Programa Segurança Integral da Secretaria de Segurança Pública, ressalta-se que as instituições com um melhor diálogo com

a Secretaria de Segurança pública apresentam um desenvolvimento mais amplo das ações dentro do PDISP, frente as outras forças que não contém o mesmo diálogo.

O Plano Distrital de Segurança Pública contribui significativamente para a melhoria da segurança pública do Distrito Federal, no ponto vista dos entrevistados, por meio do desenvolvimento de uma organicidade pública, da governança e da articulação entre as instituições, pois o plano traz em suas prerrogativas essa integração e aprimoramento contínuo, oportunizando uma maior sinergia e integração entre as força de segurança pública. Contudo, segundo os respondentes o plano em si não é suficiente para sanar todos os problemas apresentando pela segurança pública do Distrito Federal, cabendo a articulação entre as diversas esferas de poderes do DF, tanto em âmbito público como por meio da sociedade civil.

Além disso, os entrevistados listaram inúmeros obstáculos observados durante o processo de implementação do 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública, como intervenção federal no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, a qual ocasionou a ruptura de gestão impactando significativamente no andamento do Plano Distrital, a instabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto a definição da regulamentação efetiva, originando uma falta de entendimento entre os entes federativos acerca de qual normativo se orientar, a alta rotatividade de servidores, resultando na escassez de articuladores para implementarem de forma eficaz o plano no âmbito da sua instituição de origem e os impactos decorrentes da mudança de gestão que ocasionam na falta de maturação do plano, gerando uma demora no desenvolvimento dos objetivos e das metas estabelecidas.

Por fim, conclui-se que as mudanças na alta gestão impactaram de maneira significativa o andamento do Plano Distrital de Segurança Pública, pois para os entrevistados a questão da eficácia se encontra comprometida, os projetos que foram previsto foram entregues, contudo não é possível constatar no 1º ciclo do Plano Distrital de Segurança Pública segundo os entrevistados a eficácia desejada, pois o plano está em andamento porém longe do que era esperado, a percepção dos entrevistados demonstram que a partir dos ciclos seguinte sem a intercorrência de alguma mudança muito abrupta na gestão será possível afirmar se a implementação do Plano Distrital de Segurança Pública foi eficaz.

Assim, foi identificado como ponto vulnerável os desafios intrínsecos relacionados à aderência do Plano Distrital aos Planos Nacionais de Segurança Pública de 2018 e 2021. Além disso, destacou-se a fragilidade na gestão devido à intervenção federal na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Por outro lado, foram reconhecidos os aspectos positivos



resultantes da implementação do 1º Ciclo do PDISP, incluindo a integração entre as forças de segurança pública, a organicidade das políticas públicas e uma governança mais dinâmica e participativa. Estes aspectos foram considerados cruciais para o insucesso e/ou êxito do Plano Distrital de Segurança Pública.

Sendo assim, espera-se que este estudo venha contribuir com estudos futuros acerca do Plano Distrital de Segurança Pública e sugere-se que para estudos subsequentes sejam analisados os dados do Plano Distrital de Segurança Pública a partir do 2º ciclo de implementação, quando já estiverem firmados mecanismos de acompanhamento consolidados, gerando uma maior disponibilidade de dados e objetos de pesquisa.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; SANO, H. A experiência de cooperação interestadual no Brasil: formas de atuação e seus desafios. *Cadernos Adenauer*. 2011;12(4):91-110. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abrucio\\_-\\_a\\_experiencia\\_de\\_cooperacao\\_interestadual\\_no\\_brasil\\_formas\\_de\\_atuacao\\_e\\_seus\\_desafios.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abrucio_-_a_experiencia_de_cooperacao_interestadual_no_brasil_formas_de_atuacao_e_seus_desafios.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ADORNO, Sérgio. Políticas públicas de segurança e justiça penal. *Cadernos Adenauer*, v. 9, n. 4, p. 9-27, 2008 Tradução. Disponível em: <[biblio.fflch.usp.br/Adorno\\_S\\_1777950\\_PoliticPublicasDeSegurancaEJusticaPenal.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Adorno_S_1777950_PoliticPublicasDeSegurancaEJusticaPenal.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ARRETCHE, M. Democracia, centralização e federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: FGV; Fiocruz, 2012.

ARRETCHE, M. *et.al.* Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. SP: IEE/PUC, Cenpec, Cedac, p. 45-56. Cromosete Gráfica e Editora Ltda. 2001. Disponível em: <<https://marialuizalevi.files.wordpress.com/2015/05/draibe-arretche.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BALDANZA, R. F.; DE ABREU, N. R.; DE ABREU, R. A. Análise das percepções dos colaboradores e gestores sobre os dispositivos de captação de imagem e os impactos no trabalho. *Revista Ciências Administrativas*, [S. l.], v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rca/article/view/3368>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo.: Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 1-279.

BERTHOLINI, F. *et.al.* Criminalidade e Percepção Sobre Segurança Pública no Distrito Federal. *Observa DF, Brasília*, v. 1, n. 6, p. 1-19, ago./2023. Disponível em:<[https://observadf.org.br/wp-content/uploads/2023/08/RelatorioObservaDF\\_PesquisaN06-2023\\_CriminalidadeEPercepcaoSobreSegurancaPublicanoDF.pdf](https://observadf.org.br/wp-content/uploads/2023/08/RelatorioObservaDF_PesquisaN06-2023_CriminalidadeEPercepcaoSobreSegurancaPublicanoDF.pdf)> Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL, Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1937.

\_\_\_\_\_, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. [S. l.], 16 mai. 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm)>.

Acesso em: 24 out. 2023.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 9489, de 30 de agosto de 2018. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. [S. 1.], 30 ago. 2018. Disponível em: <[\\_\\_\\_\\_\\_, Decreto nº 9630, de 26 de dezembro de 2018. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências. \[S. 1.\], 26 dez. 2018. Disponível em: <\[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/\\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9630.htm\]\(https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2018/decreto/d9630.htm\)>. Acesso em: 24 mai. 2023.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9489.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.489%2C%20DE%2030,Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20e%20Defesa%20Social.>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9489.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.489%2C%20DE%2030,Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20e%20Defesa%20Social.>. Acesso em: 24 mai. 2023.</p></div><div data-bbox=)

\_\_\_\_\_, Decreto nº 10822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. [S. 1.], 28 jun. 2021. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10822.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10822.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2023.

\_\_\_\_\_, Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. 17 jan. 1936. Disponível em: <[\\_\\_\\_\\_\\_, Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. \[S. 1.\], 18 nov. 2011. Disponível em: <\[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/\\\_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm\]\(https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm\)>. Acesso em: 10 out. 2023.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L192.htm#:~:text=LEI%20192&text=LEI%20No%20192%2C%20DE%2017%20DE%20JANEIRO%20DE%201936.&text=Reorganiza%2C%20pelos%20Estados%20e%20pela,sendo%20consideradas%20reservas%20do%20Exercito.>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L192.htm#:~:text=LEI%20192&text=LEI%20No%20192%2C%20DE%2017%20DE%20JANEIRO%20DE%201936.&text=Reorganiza%2C%20pelos%20Estados%20e%20pela,sendo%20consideradas%20reservas%20do%20Exercito.>. Acesso em: 24 mai. 2023.</p></div><div data-bbox=)

\_\_\_\_\_, Lei nº 13675, de 11 de junho de 2021. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. [S. 1.], 12 jun. 2021. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13675.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.html)>. Acesso em: 31 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Segurança Pública de 2000. Brasília, DF: MJ, 2000. Disponível em: <[http://dhnet.org.br/3exec/novapolicia/plano\\_segpub.html](http://dhnet.org.br/3exec/novapolicia/plano_segpub.html)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Segurança Pública de 2003. Brasília, DF: MJ, 2003. Disponível

em:<<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/Senasp-1/pnsp.pdf/view>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BREWER, G. The policy sciences emerge to nurture and structure a discipline. *Policy Sciences*, n.5, p. 239-244, abril/1974.

CARVALHO, V. A.; SILVA, M. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálysis*, v. 14, n. 1, p. 59–67, jan. 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rk/a/bnjfd8BgmpTSXSSSyXQ3qbj#>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Relatório de Consultoria. Prestação de serviço de consultoria voltado para processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos. Objetos de atuação: Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Brasília. 2019. p. 25. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/13440.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes.” “3 ed.” “Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010. Disponível em: <[https://aprender3.unb.br/pluginfile.php/2529906/mod\\_folder/content/0/Textos%20da%20Disciplina/Creswell%2C%20John.PDF?forcedownload=1](https://aprender3.unb.br/pluginfile.php/2529906/mod_folder/content/0/Textos%20da%20Disciplina/Creswell%2C%20John.PDF?forcedownload=1)>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 40740, de 10 de maio de 2020. Altera a estrutura administrativa que especifica e dá outras providências. [S. l.], 10 mai. 2020. Disponível em: <[https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/6816734804ff483a9c64c4cdcf60b7ff/Decreto\\_40740\\_10\\_05\\_2020.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/6816734804ff483a9c64c4cdcf60b7ff/Decreto_40740_10_05_2020.html)>. Acesso em: 8 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 42831, de 17 de dezembro de 2021. Aprova o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social - PDISP, instituído pela Lei Distrital nº 6.456/2019, nos termos do art. 22, § 5º, da Lei Federal nº 13.675/2018 e dá outras providências. [S. l.], 17 dez. 2021. Disponível em: <[https://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/10/DECRETO-No-42.831-DE-17-DE-DEZEMBRO-DE-2021\\_Aprova-PDISP-INTRA.pdf](https://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/10/DECRETO-No-42.831-DE-17-DE-DEZEMBRO-DE-2021_Aprova-PDISP-INTRA.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6456, de 26 de dezembro de 2019. Institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal e dá outras providências. [S. l.], 26 dez. 2019. Disponível em: <[https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id\\_norma=b80a8a4d8aa44de381fc5ab6ea24e95b](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=b80a8a4d8aa44de381fc5ab6ea24e95b)>. Acesso em: 10 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social PDISP: 2022 - 2031. Disponível em: <<https://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/10/PDISP-plano-de-seguranca-06.01.22-PUBLICADO.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2023.

DYE, T. D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

EASTON, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

FERREIRA, H. R. S.; FONTOURA, N. de O. Sistema de justiça criminal no Brasil: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1479>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre. Penso, 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/44505059/Introducao\\_a\\_Metodologia\\_de\\_Pesquisa\\_Um\\_Guia\\_para\\_Iniciantes\\_pdf](https://www.academia.edu/44505059/Introducao_a_Metodologia_de_Pesquisa_Um_Guia_para_Iniciantes_pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FRANZESE, C.; ABRUCIO, F. L. Efeitos recíprocos entre federalismo e políticas públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P. (Org.). Federalismo e políticas públicas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 361-386.

FREEDMAN, J. L., CARLSMITH, J. M.; SEARS, D. O. Psicologia social. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

Gawronski, B. (2007). Attitudes can be measured! But what is an attitude? *Social Cognition*, 25(5), 573-581. Disponível em: <<https://www.bertramgawronski.com/documents/G2007SC.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral; tradução técnica. Francisco G. Heideman. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Atlas da Violência 2021. São Paulo, 2021. Atlas. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

JANNUZZI, P. D. M. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais.: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas. 1. ed. Campinas/SP: Alinea, 2016. p. 1-164.

LASSWELL, H. D. Politics: Who Gets What, When How. Cleveland, Meridian Books, 1936.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Maria Lúcia de Oliveira Feliciano de; MEDEIROS, Janann Joslin. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. *Revista de Administração Pública - RAP*, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1251-1270, 5 out. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2410/241024751004.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

LIMA, R. S. DE; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 23 mai. 2023.

LIMA, L.L.; D'ASCENZI, L. Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia*, v.21, n. 48, p. 101-110, dezembro/2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zpwj63WjFbZYVkSXgnXDSjz/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

LINDBLOM, Charles E. The Science of Muddling Through. *Public Administration Review*, n.19, p. 78-88, 1959.

\_\_\_\_\_, C. E. Still Muddling, Not Yet Through. *Public Administration Review*, n.39, p. 517-526, 1979.

LIPSKY, M. Burocracia do nível da rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos / Michael Lipsky; tradução, Arthur Eduardo Moura da Cunha, Edição expandida do 30o aniversário, Enap, Brasília, 2019. Disponível em: <[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua\\_Michael%20Lipsky.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2023.

LOTTA, G. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). *Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática*. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://perguntasapo.files.wordpress.com/2014/06/pend-08-gabriela-s-lotta-2-revisado-2.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 1-360.

MAZMANIAN, D.; SABATIER, P. A multivariate model of public policymaking. In *American Journal of Political Science*, v. 24, n. 3, p. 439-468, 1980. Disponível em: <<http://www.des.ucdavis.edu/Faculty/Sabatier/mazmaniansabatier1980.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

MENEZES, E. A. C; MENEZES, J. E. S. CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE ESCALA DE ATITUDES EM RELAÇÃO AO COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO: ESTUDO COM PROFESSORES PESQUISADORES. *As Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano 2*, Ponta Porã/PR - Atenas Editora, p. 250-270, 2020. DOI 10.22533/at.ed.37920090316. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/construcao-e-validacao-de-escala-de-atitudes-em-relacao-ao-compartilhamento-do-conhecimento-estudo-com-professores-pesquisadores>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed., Petrópolis: Vozes, p. 80, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. Disponível

em:<[https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod\\_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MORAES JR., M. C. DE; SPANIOL, M. I.; RODRIGUES, C. R. G. COMO TEM SIDO PLANEJADA A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança pós-redemocratização e dos seus impactos na prevenção ao crime e à violência. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 14, n. 2, p. 100–127, 2020. DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n2.1035. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1035>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

OLLAIK, L. G. A implementação da Política Nacional de Museus e a democratização de acesso: estudo comparativo de três instrumentos governamentais. 2012. 248 p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

OLLAIK, L. G.; MEDEIROS, J. J. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 6, p. 1943 a 1967, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7066>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

POLITIZE! Segurança pública brasileira: responsáveis, números e desafios. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/seguranca-publica-brasileira-entenda/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RATTÓN, J.L.; BARROS, M. *Polícia, Democracia e Sociedade*. Pernambuco: Lumen Juris, 2006.

ROS, Maria; GOUVEIA, Valdiney Veloso (Coord.). *Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados*. [São Paulo]: SENAC São Paulo, [2006]. 477 p. ISBN 8573595019.

RUA, Maria das Graças. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p. Disponível em: <<https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua%202009.pdf?dl=0>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 1-131.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 35–61, 2013. DOI: 10.21527/2237-6453.2013.22.35-61. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SCHABBACH, Letícia Maria. A agenda da segurança pública no Brasil e suas (novas) políticas. Avaliação de políticas públicas, Porto Alegre UFRGS, p. 216-231, 2014. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108157/000948607.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 1 jun. 2023.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, p. 33-61. 2012. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066895/mod\\_resource/content/1/leonardo%20secchi\\_ciclo%20de%20políticas%20publicas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066895/mod_resource/content/1/leonardo%20secchi_ciclo%20de%20políticas%20publicas.pdf)>. Acesso em: 8 mai. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Estrutura. Disponível em: <<https://www.ssp.df.gov.br/estrutura/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SILVA JÚNIOR, Aderaldo Cavalcanti da. Implementação do PPVIDA no Município de João Pessoa: eficiência e eficácia da construção da política pública sob a ótica do ativismo judicial. 2019. 114 P. Dissertação (Mestrado em direito) - Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, João Pessoa, 2019. Disponível em:

<<https://repositorio.unicid.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2743/1/ADERALDO%20CAVALCANTI%20DA%20SILVA%20JUNIOR.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2023.

SIMON; H. A. Comportamento Administrativo. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOARES, José Roberto Ângelo Barros. Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social: análise da aderência dos planos estaduais de segurança pública e das capacidades estatais. 2022. xiii, 109 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em:

<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/43723>>. Acesso em: 8 mai. 2023.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, n.16, p.20-45, 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 8 jun. 2023.

THURSTONE, L. L. Attitudes can be measured. The American Journal of Sociology, v. 33, n.4, p. 529-554. 1928. Disponível em:

<[https://brocku.ca/MeadProject/Thurstone/Thurstone\\_1928a.html](https://brocku.ca/MeadProject/Thurstone/Thurstone_1928a.html)>. Acesso em: 2 jun. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório Anual de Atividades do TCU 2018. Brasília, 2019. Disponível em:

<[https://portal.tcu.gov.br/data/files/25/21/69/67/7800371055EB6E27E18818A8/Relatorio\\_anual\\_atividades\\_TCU\\_2018.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/25/21/69/67/7800371055EB6E27E18818A8/Relatorio_anual_atividades_TCU_2018.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2023.



**Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada em pesquisa acadêmica para os servidores das Forças de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF, CBMDF, Detran/DF, PCDF, PMDF e Seape).**

1 - Inicialmente gostaria de saber se as ações definidas para implementação do PDISP foram discutidas com os atores envolvidos no processo?

- Se sim, poderia citar exemplos?
- Teve cronograma de execução das atividades?

2 - Gostaria que você falasse sobre o processo de implementação do 1º Ciclo do PDISP.

- Os servidores responsáveis pelo processo de implementação do Plano foram capacitados?
- Se sim, poderia citar exemplos de cursos e como ocorreu esse processo de capacitação?
- Existe algum site ou acervo onde os detalhes do processo de implementação estejam disponíveis para consulta?

3 - Como é feito o monitoramento da implementação das ações previstas no PDISP?

Existe plataforma de monitoramento para a sociedade acompanhar as ações do PDISP? Se sim, qual?

- Como são tratados os problemas identificados, falhas no processo?

4 - Você percebe melhorias na segurança pública em função de ações implementadas no 1º Ciclo do PDISP? Se sim, quais?

5 - As ações implementadas no âmbito do PDISP são suficientes para solucionar os problemas de Segurança Pública no Distrito Federal?

- Você vislumbra outras ações que poderiam ser conjugadas com as que já estão sendo desenvolvidas?
- Existe alguma ação que você acredita que poderia ser eliminada ou substituída por outra? Se sim, qual e por quê?

6 - Gostaria que você falasse sobre estratégias adotadas que contribuíram na execução de ações previstas para implementação do 1º Ciclo do PDISP, assim como obstáculos encontrados que prejudicaram a execução de ações.

- Os obstáculos foram superados, se sim, como?

7 - Por último, considerando que eficácia é o atingimento dos objetivos da política ou programa público, gostaria de saber se o PDISP, a partir da implementação do 1º Ciclo do PDISP, está sendo eficaz.

Vale lembrar que o PDISP tem como objetivo os objetivos da Política Distrital de Segurança Pública, porém reformulados para um enquadramento nas dimensões respectivas.

- Se sim, o que levou à eficácia do programa? Se não, quais foram os principais obstáculos ou razões que levaram à falta de eficácia?

## ANEXOS

### Anexo I - Prevenção, Segurança e Cidadania – PSC

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE	
PREVENÇÃO, SEGURANÇA E CIDADANIA PSC	Atuar na prevenção criminal, com enfoque para a proteção social de grupos vulneráveis	Fortalecimento de programas e serviços de prevenção à violência e à criminalidade	in01PSC	IPRE	E	E		E			
			in02PSC	Desenvolvimento de programa de difusão de ações de prevenção criminal pelo design do ambiente e outras ações relacionadas	C/E	P/E	P	P	P		
			in03PSC	Desenvolvimento de ações articuladas entre setores com vistas à redução do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime e a violência	E	E		E			
			in04PSC	Ampliação das medidas preventivas e o envolvimento social para enfrentamento da violência contra a mulher	E	E		E			
			in05PSC	Estruturação do Banco Distrital de Práticas de Prevenção da Segurança Pública - BIDIPRESP	C/E	P	P	P	P		
	Induzir uma Política de Segurança como investimento e em contexto amplo, além dos integrantes do SUSP	Integração de ações de Educação e Segurança prevenindo a vulnerabilidade escolar	in06PSC	Ampliação e Fortalecimento do Projeto de Gestão Compartilhada nas Escolas (Colégio Cívico-Militar do DF)	C/E	P	P				
			in07PSC	Difusão de assuntos de prevenção relacionados à violência, especialmente contra a mulher	C/E	P	P	P	P		
			in08PSC	IPRE	E	E	E	E			
			in09PSC	IPRE	E	E	E	E	E		
			in10PSC	Conscientização da necessidade atuação de outros órgãos públicos considerando os indicadores de segurança	C/E	P	P	P	P		
	Garantir a execução das políticas de segurança pública com participação social	Segurança como investimento	in11PSC	Realização de estudos e criação de indicadores de segurança e taxa de retorno social	C/E	P	P	P	P		
			in12PSC	Aprimoramento da atuação nos conselhos de participação social existentes como CONDISP e CONSEG	C/E	P	P	P	P		E
			in13PSC	Criação e melhoria de parcerias com o setor privado e terceiro setor	E	E		E	E		E
			in14PSC	Fortalecimento de ações de aproximação com o cidadão	C/E	P/E	P/E	P/E	P/E		
			in15PSC	IPRE	E	E	E	E			
	Aumentar a sensação de segurança	Promoção da segurança cidadã	in16PSC	Conscientização sobre papel da sociedade na segurança pública	E	E	E	E	E		
			in17PSC	Criação de indicadores de sensação de segurança por RISP, AISP e Microrregião, incluindo programa de aumento de sensação de segurança	E						
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTÍNUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTÍNUA**</b>	<b>LEGENDA</b>								
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)		in03PSC; in04PSC; in05PSC; in12PSC; in14PSC; in17PSC	<p>*A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.</p> <p>** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.</p> <p>Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.</p> <p>Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.</p>								
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)	in10PSC	in06PSC; in07PSC; in18PSC									
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in02PSC; in11PSC	in13PSC									
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)	in15PSC; in16PSC	in01PSC									
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)		in08PSC; in09PSC									

Fonte: PDISP, 2021

## Anexo II - Enfrentamento Qualificado da Criminalidade – EQC

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE		
Enfrentamento Qualificado da Criminalidade EQC	Reduzir os índices de Criminalidade com Enfrentamento qualificado	Especialização da atuação pela natureza criminal	in01EQC	Estabelecimento de protocolos específicos para enfrentamento do CVLI	C/E	P/E	P	P/E	P			
			in02EQC	IPRE		E		E				
			in03EQC	Estabelecimento de Programas específicos para enfrentamento do CCP	C	P/E		P/E				
			in04EQC	Ampliação do videomonitoramento inteligente de pontos estratégicos do DF	C/E	P		P	P			
			in05EQC	Estruturação de Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Femicídios – CTMHF	E							
			in06EQC	Fortalecimento do monitoramento de medidas protetivas de urgência para enfrentamento da violência contra a mulher	C/E	P		P				
			in07EQC	Ampliação do atendimento especializado e facilitação da denúncia para enfrentamento da violência contra a mulher	C/E	P/E	P	P/E				
			in08EQC	Fortalecimento dos projetos de responsabilização e reeducação dos agressores de mulheres	C/E	P/E	P/E	P/E	P			
			in09EQC	Criação de protocolo específico de atuação conjunta em ocorrência de incêndios	C/E	P	P	P	P			
			in10EQC	Intensificação do combate à corrupção nas instituições de segurança pública com fortalecimento de corregedorias e corregedorias		E	E	E	E			E
		in11EQC	Estabelecimento de Programa específico para enfrentamento do tráfico de drogas, com vistas à redução de oferta ilícitas e fortalecimento dos mecanismos de enfrentamento do narcotráfego	C/E	P/E		P					
		in12EQC	Estabelecimento de Programa específico para enfrentamento das organizações criminosas com enfoque para mecanismos de proteção dos agentes do Estado e de testemunhas	C/E	P/E		P				P/E	
		in13EQC	Estabelecimento de política específica para enfrentamento da criminalidade na área rural	C/E	P		P					
		Especialização da atuação pela regionalização	in14EQC	Aperfeiçoamento do programa de redução das desordens físicas e sociais	C/E							
			in15EQC	Consolidação e difusão da atuação com base nas Regiões Integradas de Segurança Pública – RISPs, Áreas de Segurança Pública – AISPs, e implementação das microrregiões	C/E	P	P	P	P			
			in16EQC	Estruturação de áreas de segurança prioritárias - ASP	C/E	P	P	P	P			
		Aprimoramento da inteligência de Segurança Pública e a atuação integrada dos órgãos do Susep	in17EQC	Fortalecimento do sistema de inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal	C/E	P/E	P/E	P/E	P/E			P/E
			in18EQC	Difusão da doutrina de inteligência	C/E	P/E	P	P/E	P			
			in19EQC	IPRE	C/E	P	P	P	P			
		Fortalecimento das atividades periciais e de polícia judiciária na comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes	in20EQC	Fortalecer a comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de bancos de dados de vestígios, dados periciais e de identificação biométrica				C/E				E
in21EQC	IPRE					E						
in22EQC	Aperfeiçoamento dos meios de denúncia de crimes, com enfoque para o enfrentamento ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro					E						
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTINUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTINUA**</b>	<b>LEGENDA</b>									
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)		in01EQC; in04EQC; in06EQC; in08EQC; in16EQC; in20EQC; in22EQC	* A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.									
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)	in05EQC; in09EQC	in03EQC; in07EQC; in11EQC; in12EQC; in14EQC; in15EQC; in17EQC	** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.									
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in02EQC	in10EQC; in13EQC; in18EQC	Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.									
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)		in19EQC	Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.									
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)		in21EQC										

Fonte: PDISP, 2021.

### Anexo III - Preservação da Incolumidade – PI

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE
Preservação da Incolumidade PI	Otimizar as Ações de Defesa Civil	Fortalecimento da defesa civil	in01PI	Atualização do mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal	E					
			in02PI	Aumentar a rede de atuação da Defesa Civil	E					
			in03PI	Aperfeiçoamento do plano de contingenciamento em desastres	E					
	Modernizar as Ações de Bombeiro Militar	Realização da prevenção e investigação de incêndio nos padrões internacionais	in04PI	Otimização do processo de aprovação de projetos de instalação contra incêndio e pânico.			E			
			in05PI	Promoção do gerenciamento de trânsito para viaturas de emergência de grande porte.	C		P		E	
	Aprimorar as ações de proteção do meio ambiente	Fortalecimento da prevenção, proteção e fiscalização de crimes ambientais	in06PI	IPRE	E	E	E	E		
			in07PI	Diminuição do tráfico de animais, de incêndios, de acidentes, do mau uso do solo, dos danos à fauna, à flora e à biodiversidade	C	P/E	P/E	P/E		
	Promover um trânsito seguro	Aprimoramento da gestão, educação e fluidez do trânsito	in08PI	Melhoria da sinalização das vias urbanas do Distrito Federal e da tecnologia na fiscalização				P	C/E	
			in09PI	Intensificar a retrada de circulação dos infratores contumazes, dos veículos com valores elevados de débitos e abandonados		E			E	
			in10PI	Enfrentamento da alcoolemia no trânsito		E			E	
			in11PI	Ações visando reduzir a poluição sonora no trânsito.					E	
	Aprimorar as ações de segurança pública em grandes eventos	Aprimoramento do planejamento e gestão de grandes eventos	in12PI	IPRE	C/E	P/E	P	P	P	
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTÍNUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTÍNUA**</b>	<b>LEGENDA</b>							
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)		in07PI; in08PI; in10PI	*A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.							
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)		in01PI; in03PI; in09PI; in12PI	** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.							
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in02PI; in05PI		Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.							
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)	in06PI	in04PI	Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.							
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)	in11PI									

Fonte: PDISP, 2021.

### Anexo IV - Racionalização do Sistema Penitenciário – RSP

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE		
Racionalização do Sistema Penitenciário RSP	Racionalizar o Sistema Prisional com Ênfase na Ressocialização	Redução do déficit carcerário	in01RSP	Construção e reformas de estabelecimentos prisionais		E		E		E		
			in02RSP	Ampliação e aprimoramento da Monitoração eletrônica							E	
			in03RSP	Estabelecimento de programa voltado aos egressos e futuros egressos visando ao controle da reincidência criminal							E	
			in04RSP	Realização de parcerias com a Defensoria Pública com o fim de evitar a permanência de custodiados qualificados para concessão de benefícios desencarceradores.							E	
		Promoção da ressocialização dos custodiados	in05RSP	Aumento da assistência educacional aos custodiados								E
			in06RSP	Envolvimento dos custodiados em atividades laborais								E
			in07RSP	Ampliação do atendimento das equipes de atenção básica à saúde no sistema prisional								E
		Melhoria da segurança e do controle dos custodiados	in08RSP	Aquisição e modernização dos equipamentos de segurança dos servidores do sistema prisional								E
			in09RSP	Modernização da conferência dos custodiados nas unidades prisionais								E
			in10RSP	Implementação de tecnologia para identificação e controle dos custodiados e ingressantes das unidades prisionais								E
in11RSP	Aprimoramento e efetivação dos controle de presos mais perigosos									E		
CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO	NÃO CONTINUA*	ATENÇÃO CONTÍNUA**	LEGENDA									
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)		in04RSP; in06RSP; in07RSP	*A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido. ** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta. Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo. Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.									
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)		in05RSP; in08RSP										
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in01RSP; in10RSP	in02RSP; in09RSP; in11RSP										
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)		in03RSP										
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)												

Fonte: PDISP, 2021.

### Anexo V - Melhoria do Atendimento ao Cidadão – MAC

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE
Melhoria do Atendimento ao Cidadão MAC	Assegurar a satisfação dos usuários dos serviços de segurança pública e defesa social	Promoção da qualidade e a redução do tempo de atendimento dos serviços da segurança pública, com enfoque na inovação	in01MAC	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento de ocorrências de emergência e urgência, especialmente das unidades de resposta imediata	C/E	P/E	P/E	P/E	P	
			in02MAC	Promoção da excelência e redução do tempo de atendimento dos serviços administrativos, técnicos e burocráticos voltados ao público	E	E	E	E	E	
			in03MAC	Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de procedimentos investigativos e perícias				E		
			in04MAC	Promoção da excelência e redução do tempo de conclusão de serviços internos, de gestão (áreas meio)	E	E	E	E	E	E
			in05MAC	Estruturação ou melhoria de espaços humanizados para qualificação do atendimento às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	E	E		E		
			in06MAC	Estruturação do Regime Especial para Redução de Tempo de Atendimento – RERTA	C/E	P	P	P	P	
			in07MAC	Atualização e divulgação da carta de serviços dos órgãos da Segurança Pública	E	E	E	E	E	E
			in08MAC	IPRE	E	E	E	E	E	E
CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO	NÃO CONTINUA*	ATENÇÃO CONTÍNUA**	LEGENDA							
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)		in05MAC;	<p>*A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.</p> <p>** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.</p> <p>Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.</p> <p>Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.</p>							
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)		in01MAC;in04MAC;								
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in06MAC;in07MAC;	in02MAC;in03MAC;								
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)	in08MAC;									
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)										

Fonte: PDISP, 2021.

## Anexo VI - Integração 360° – I360°

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE	
INTEGRAÇÃO 360 360	Fomentar a Integração e o Compartilhamento de Dados, Informações e Conhecimento entre os órgãos de Segurança Pública, Demais Instituições Distritais e a Cooperação Federativa	Ampliação da atuação integrada entre os órgãos de segurança pública	in01360	Desenvolvimento de projetos e ações voltados à aproximação dos órgãos de segurança pública.	CE	P	P	P	P		
			in02360	Ampliação e aperfeiçoamento dos protocolos de operações integradas das Forças de Segurança	CE	P	P	P	P		
		Ampliação das operações integradas com outras instituições, órgãos e agências do Distrito Federal	in03360	Aproximação dos órgãos de segurança pública com outras instituições	CE	E	E	E	E		
			in04360	Garantia do compartilhamento de dados e informações entre os órgãos de segurança pública	CE	P	P	P	P	P	
		Compartilhamento de dados e informações de interesse da segurança pública	in05360	Promoção de intercâmbio de dados com outras instituições, órgãos e agências do DF	E	E	E	E	E		
			in06360	Impartação do registro único de ocorrência	CE	P	P	P	P		
		Compartilhamento de boas práticas entre instituições	in07360	Fomento do compartilhamento de boas práticas entre os órgãos de segurança pública	CE	PIE	PIE	PIE	PIE	PIE	
		Atuação integrada entre os órgãos da Justiça Criminal e entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no aprimoramento e na aplicação da legislação penal	in08360	IPRE	E	E		E	E		
		Aprimoramento da cooperação federativa em segurança, em especial, entre estados do entorno do DF	in09360	IPRE	CE	P	P	P	P		
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTÍNUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTÍNUA**</b>	<b>LEGENDA</b>								
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)	in02360;	in04360;	<p>*A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.</p> <p>** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.</p> <p>Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.</p> <p>Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.</p>								
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)	in01360;	in03360;in05360;in06360;									
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in07360;										
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)		in08360;in09360;									
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)											

Fonte: PDISP, 2021.



## Anexo VII - Governança e Transparência – GT

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE	
Governança e Transparência GT	Fortalecer a Governança nas Ações de Segurança Pública	Aperfeiçoamento da gestão estratégica, cultura de planejamento e projetos dos órgãos de segurança pública	in01GT	Melhoria no nível de maturidade do processo de gestão estratégica	E	E	E	E	E	E	
			in02GT	Fortalecimento das áreas de projetos e envolvimento direto dos dirigentes no monitoramento estratégico	E	E	E	E	E	E	
			in03GT	Instituição de fórum permanente de discussão e compartilhamento de informações entre as áreas de gestão estratégica dos órgãos da Segurança Pública	C/E	P	P	P	P		
			in04GT	Mapeamento e redesenho de processos	E	E	E	E	E	E	E
	Aprimorar a Imagem, a Transparência e a Conformidade da Segurança Pública	Fortalecimento do papel de gerenciador e indutor da política pública de segurança da SSP/DF	Evolução do compliance	in05GT	Estabelecimento de uma governança deste PDISP baseada em conselhos e comitês estruturados	C/E	P	P	P	P	
				in06GT	Implantação da gestão de risco	E	E	E	E	E	E
				in07GT	Estruturação de comitês internos sobre governança, estratégia e conformidade	E	E	E	E	E	E
				in08GT	Auditoria dos dados de segurança pública	C/E	P	P	P	P	
		Proteção dos dados classificados e disponibilização dos dados abertos	Fortalecimento da imagem dos órgãos de segurança pública	in09GT	Desenvolvimento de mecanismos de proteção das informações reservadas e sigilosas dos órgãos de segurança pública	E	E	E	E	E	E
				in10GT	Ampliação da disponibilização dos dados abertos no site dos órgãos da Segurança Pública	E	E	E	E	E	
				in11GT	Manualização do atendimento à imprensa pelos órgãos da Segurança Pública	C/E	P	P	P	P	
				in12GT	Fortalecimento da imagem e propagação das ações positivas da área da segurança pública	C/E	P	P	P	P	
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTÍNUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTÍNUA**</b>	<b>LEGENDA</b>								
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)	in03GT;in05GT;in07GT;	in11GT;in12GT;	*A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.								
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)	in09GT;	in01GT;in02GT;in04GT;in10GT;	** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.								
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in06GT;in08GT;		Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.								
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)			Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.								
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)											

Fonte: PDISP, 2021.

### Anexo VIII - Reparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública – ROSP

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	P MDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE	
Reparalhamento dos Órgãos de Segurança Pública - ROSP	Investir em Tecnologias Inteligentes de Segurança Pública, Mobilidade, Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos	Aperfeiçoamento e Modernização do Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB)	in01ROSP	Reorganização e reorientação dos processos de trabalho relacionados ao CIOB	E	P	P	P	P		
			in02ROSP	Modernização da estrutura e equipamentos do CIOB	C/E	P	P	P	P		
	Modernizar a infraestrutura física, administrativa e aparatos tecnológicos e administrativos da Área de Segurança Pública	Garantia da sustentação e a modernização dos serviços de TIC	in03ROSP	Disseminação da utilização de ferramentas <i>business intelligence</i> (BI) para produção de informações gerenciais finalísticas, de gestão e inteligência	E	E	E	E	E		
			in04ROSP	Ampliação da capacidade de desenvolvimento de software	E	E	E	E	E		
			in05ROSP	Implantação do georeferenciamento da frota dos órgãos de segurança pública	E	E	E	E	E		
			in06ROSP	Estudos e implantação de ferramentas de coleta, tratamento e análise de dados com o uso de mineração de dados, Big Data, inteligência artificial, aprendizado de máquina (Machine Learning), redes neurais e processamento de linguagem natural (Natural Language Processing - NLP) com foco em análises preditivas e outras finalidades	E	E	E	E	E		
			in07ROSP	Manutenção do PD TIC atualizado e de acordo com as diretrizes deste PDISP	E	E	E	E	E	E	
			in08ROSP	Eficiência na sustentação da Infraestrutura de TIC	E	E	E	E	E		
			in09ROSP	Modernização dos processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública	E	E	E	E	E		
	Organização da estrutura física e administrativa dos órgãos da segurança atendendo ao aumento da demanda	in10ROSP	Melhoria da gestão administrativa e operacional, em especial de RH de TIC	E	E	E	E	E		E	
		in11ROSP	Definição de plano de expansão de obras e reformas com critérios técnicos de priorização	E	E	E	E	E		E	
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTINUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTINUA**</b>	<b>LEGENDA</b>								
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)	in01ROSP;	in02ROSP;	*A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.								
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)		in03ROSP;in07ROSP;in09ROSP;in11ROSP;	** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.								
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)		in04ROSP;in08ROSP;in10ROSP;	Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.								
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)	in05ROSP;		Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção								
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)	in06ROSP;										

Fonte: PDISP, 2021.

### Anexo IX - Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento – GQPC

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE	
Gestão Qualificada de Pessoas e Conhecimento GQPC	Desenvolver competências, a valorização e o comprometimento do corpo funcional	Ampliação da educação continuada com ações específicas para a gestão e para atividades técnico-profissionais	in01GQPC	Criação de capacitações ou trilhas para ocupação de funções, em especial as estratégicas e táticas	E	E	E	E	E	E	
			in02GQPC	Aumento na capacitação no tema de gestão.	E	E	E	E	E	E	
			in03GQPC	Intensificação de capacitação técnico profissional <sup>(1)</sup>	O/E	E	E	E	E	E	E
			in04GQPC	Mapeamento de competências	E	E	E	E	E		
			in05GQPC	Capacitação dos profissionais de segurança pública para o atendimento adequado às mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis vítimas de violência	E	E	E	E			
		Qualificação a gestão da recomposição, seleção e formação dos efetivos dos órgãos de segurança pública.	in06GQPC	Mensuração de maneira continuada a necessidade de ingresso de efetivo para garantir à reposição dos quadros e a fluidez da carreira dos órgãos de segurança pública	E	E	E	E	E		E
			in07GQPC	Produção de estudos científicos dos cargos de forma a desenvolver a atualização dos perfis profissiográficos, currículos das carreiras de segurança pública de forma a responder os desafios atuais	O/E	P/E	P/E	P/E	P/E		
			in08GQPC	Aperfeiçoamento de programas de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança	O/E	P/E	P/E	P/E	P/E	E	E
			in09GQPC	Implantação de Programas de incentivo a pós-graduação lato e stricto sensu	E	E	E	E	E		
			in10GQPC	Fortalecimento dos mecanismos de proteção e valorização dos profissionais de segurança pública	E	E	E	E	E	E	
	Estimular a Produção de Conhecimento Científico e Tecnológico em Segurança Pública	Estímulo à produção científica, tecnológica e de inovação nas áreas de segurança pública	in11GQPC	Desenvolvimento de parcerias aproximando a universidade e outros serviços especializados à segurança pública	E	E	E	E	E		E
			in12GQPC	IPRE	E	E	E	E	E		
		Difusão de conhecimento produzido pelos órgãos de segurança pública	in13GQPC	Desenvolvimento de banco de boas práticas	O/E	P	P	P	P	P	
			in14GQPC	Estruturação do Banco de Informações Distritais sobre Educação em Segurança Pública - BIDESP	O/E	P	P	P	P	P	
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTÍNUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTÍNUA**</b>	<b>LEGENDA</b>								
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)		in08GQPC; in11GQPC;	(1) Nos casos de Polícia Judiciária, deve ser dado enfoque para os temas relacionados à investigação, preservação do local de crime, coleta de vestígios e exames periciais. *A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.								
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)	in02GQPC; in14GQPC;	in03GQPC; in05GQPC; in09GQPC; in10GQPC;	** Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.								
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)	in04GQPC; in13GQPC;	in06GQPC;	Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.								
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)		in01GQPC; in12GQPC	Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.								
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)	in07GQPC;										

Fonte: PDISP, 2021.

### Anexo X - Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários – GROE

DIMENSÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	INICIATIVAS	SSP	PMDF	CBMDF	PCDF	DETRAN	CM	SEAPE
Gestão dos Recursos Orçamentários e Extra Orçamentários GROE	Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira das ações de segurança	Aperfeiçoamento do processo de elaboração do plano orçamentário para os órgãos da SSP/DF	in01GROE	Compartilhamento de experiências para diagnóstico de metodologia de elaboração do plano orçamentário	C/E	P	P	P	P	
		Melhoria do gasto da Segurança Pública	in02GROE	Implantação e aperfeiçoamento de plano de compras	E	E	E	E	E	
			in03GROE	Estruturação do Regime de Contratações Integradas – RECI (1)	C/E	P	P	P	P	
		Ampliação das fontes de financiamento da Segurança Pública	in04GROE	Capacitação para estruturação de processo de captação de recursos e execução de projetos de segurança pública financiados por Banco de Fomentos	C/E	E	E	E	E	
			in05GROE	IPRE	C/E	E	E	E	E	
<b>CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>NÃO CONTÍNUA*</b>	<b>ATENÇÃO CONTÍNUA**</b>	<b>LEGENDA</b>							
1º ano - Primeiro Biênio (ano 1)			<p>(1) O RECI não pressupõe nenhuma mudança na atribuição estabelecida de contratação descentralizadas de cada órgão, concentrando-se na soma de esforços em possíveis demandas comuns de segurança pública.</p> <p>**A iniciativa é considerada concluída com a entrega do escopo da ação ou projeto relacionado dentro do ciclo do biênio estabelecido.</p> <p>***Iniciativa de atenção contínua. No ciclo referido, deve ser entregue um escopo de projeto ou ação definido para a iniciativa, sendo para cada próximo ciclo definido um novo escopo e meta.</p> <p>Os prazos previstos para as iniciativas podem antecipados a qualquer tempo.</p> <p>Considerando que todas as iniciativas estão previstas para início até o terceiro biênio, para o quarto e quinto ciclos do plano decenal, serão tratadas as iniciativas de atenção contínua e as iniciativas identificadas por conta da revisão do PDISP.</p>							
2º ano - Primeiro Biênio (ano 2)	in01GROE;	in02GROE;in03GROE;								
1º ano - Segundo Biênio (ano 3)		in05GROE;								
2º ano - Segundo Biênio (ano 4)	in04GROE;									
Terceiro Biênio (anos 5 e 6)										

Fonte: PDISP, 2021.